

# iscte

INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

Gestão participada do Património Cultural Imaterial:  
discursos e práticas no caso do Adufe da Beira Baixa

Vanessa Caetano Martins

Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura

Orientadora:  
Doutora Sofia Costa Macedo, Professora Auxiliar  
Convidada,  
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2025



SOCIOLOGIA  
E POLÍTICAS PÚBLICAS

---

Departamento de História

Gestão participada do Património Cultural Imaterial:  
discursos e práticas no caso do Adufe da Beira Baixa

Vanessa Caetano Martins

Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura

Orientadora:

Doutora Sofia da Costa Macedo, Professora Auxiliar  
Convidada

Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2025

## Agradecimentos

Para a realização desta dissertação contei com o apoio direto e indireto de pessoas sem as quais este percurso não teria sido o mesmo, e às quais não posso, por isso, deixar de agradecer.

Em primeiro lugar, expresso o meu mais sincero agradecimento à professora Sofia da Costa Macedo, não apenas pela sua orientação nesta dissertação, mas também, e sobretudo, pela sua dedicação e entusiasmo na forma como transmite o seu conhecimento aos seus estudantes, e a quem atribuo o interesse que desenvolvi nas questões do património cultural e no tema que decidi desenvolver neste trabalho. Agradeço ainda à professora Maria João Vaz pelas valiosas sugestões oferecidas ao longo das aulas de apoio ao desenvolvimento da dissertação.

Dedico ainda um agradecimento especial a todos os que consagraram uma parte do seu tempo a contribuir diretamente para este trabalho, através da sua participação nas entrevistas e grupo focal que organizei para a recolha de dados. Quero agradecer particularmente à Sofia Gonçalves, presidente da Associação de Defesa do Património Cultural de São Miguel de Acha, pelo seu apoio com a cedência do espaço para a realização do grupo focal, pelas suas partilhas e pelo trabalho que faz com o Grupo de Cantares desta tão bela aldeia. À organização da Festa do Adufe – Cooperativa d’Alegria, Rui Silva e Adufeiras de Monsanto –, bem como a toda a gente que tive a oportunidade de conhecer durante esses dias, o meu sincero obrigada pelo interesse e pela abertura ao tema desta dissertação.

Agradeço ainda ao Diogo, à Leonor e à Marisa pelo apoio à revisão e pelas sugestões, a que acresce a amizade e o interesse que sempre demonstraram no tema sobre o qual me decidi debruçar neste último ano.

Por fim, agradeço a todos e todas os/as que com o seu trabalho e esforço lutam para a preservação e para a salvaguarda do adufe e do património da Beira Baixa. É a estes e estas artesãos e artesãs, adufeiros e adufeiras que dedico este trabalho, na esperança de também eu poder ter contribuído, ainda que modestamente, para que o som do adufe se continue a fazer ouvir, vivo e forte, neste território.



## Resumo

A presente dissertação explora o tema da participação das comunidades detentoras na gestão e valorização do património cultural, tópico que tem emergido com particular frequência na literatura produzida após a entrada em vigor da Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, em 2003.

Para tal, recorreu-se a um estudo de caso sobre o adufe da Beira Baixa, património vivo de relevo no concelho de Idanha-a-Nova. Desta forma, explorou-se um modelo de valorização patrimonial concreto, o que permitiu perceber de que maneira é que as comunidades associadas ao adufe estão envolvidas nesse processo e como é que é testemunhada a importância dessa participação. Adotou-se uma metodologia qualitativa, tendo sido realizadas entrevistas individuais e um grupo focal, onde se incluíram perspetivas de artesãos, adufeiros/as, associações culturais e profissionais e autoridades públicas com responsabilidade sobre a gestão patrimonial do concelho de Idanha-a-Nova, bem como uma observação participante no contexto da Festa do Adufe de 2025, um potencial exemplo paradigmático de participação comunitária na valorização deste instrumento.

Embora haja entre todos os agentes envolvidos consciência sobre a importância e a necessidade de incluir as comunidades nos processos de valorização do adufe, tal não é ainda uma realidade, pelo que a valorização deste património é ainda num processo maioritariamente *top-down*. Tal pode ser justificado, em parte, por uma heterogeneidade em torno da definição e compreensão do conceito de participação. Não obstante, existem dinâmicas integradas de valorização, como a Festa do Adufe, nas quais a comunidade detém a primazia nos processos de conceção e realização.

**Palavras-chave:** Adufe, Comunidades Patrimoniais, Idanha-a-Nova, Gestão e Valorização patrimonial, Participação.



## Abstract

This dissertation explores the theme of the participation of holder communities in the management and valorization of cultural heritage, a topic that has emerged with particular frequency in the literature produced following the entry into force of the UNESCO Convention for the Safeguarding of Intangible Cultural Heritage, in 2003.

To this end, a case study was conducted on the *adufe* of Beira Baixa, a significant living heritage in the municipality of Idanha-a-Nova. In this way, a concrete model of heritage valorization was explored, allowing for an understanding of how the holder community is involved in this process and how the importance of their participation is acknowledged. A qualitative methodology was adopted, including individual interviews and a focus group, which brought together perspectives from artisans, *adufe* players, cultural associations and heritage professionals, as well as public authorities responsible for heritage management in the municipality of Idanha-a-Nova. Participant observation was also carried out in the context of *Festa do Adufe 2025*, a potential paradigmatic example of community participation in the valorization of this instrument.

Although there is awareness of the importance and the need to include holder communities in the processes of *adufe*'s valorization, this is not yet a reality in the studied context. As such, the valorization of this instrument remains predominantly top-down. This can partly be explained by the absence of a clear and unanimous definition of participation in this context. Nevertheless, there are integrated dynamics of valorization, such as *Festa do Adufe*, in which the community holds primacy throughout the entire process of conception and execution.

**Key-Words:** Adufe, heritage communities, Idanha-a-Nova, heritage management and valorization, participation



# Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	iii
Abstract.....	v
Índice de Figuras.....	ix
Índice de Quadros.....	ix
Glossário de siglas.....	xi
INTRODUÇÃO.....	1
Contexto e antecedentes da investigação.....	1
Questões, objetivos e hipóteses de investigação.....	1
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO.....	5
Capítulo 1. Participação e património cultural: uma revisão da literatura.....	5
1.1. Vantagens da participação na salvaguarda e valorização do património cultural.....	8
1.2. Limites e condições da participação no património cultural.....	9
1.3. Modalidades de participação.....	13
1.4. Modelos de valorização do património cultural em Portugal.....	15
Capítulo 2. Conceitos.....	19
2.2. Sustentabilidade do património cultural.....	20
2.3. Comunidade (patrimonial).....	20
2.4. Governança e Participação.....	22
Capítulo 3. Contexto da investigação: o adufe da Beira Baixa.....	25
3.1. O instrumento e as suas origens históricas e musicológicas.....	25
3.2. Território, práticas e comunidades.....	27
3.3. O adufe na Beira Baixa hoje.....	32
Capítulo 4. Metodologia adotada.....	35
4.1. Modelo analítico.....	35
4.2. Métodos de recolha dos dados.....	37
4.2.1. Revisão de literatura.....	37
4.2.2. Análise de fontes primárias.....	37
4.2.3. Entrevistas semiestruturadas.....	38
4.2.4. Grupo focal.....	39
4.2.5. Observação participante.....	40

PARTE II – A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NA VALORIZAÇÃO DO ADUFE DA BEIRA BAIXA ....	43
Capítulo 5. Adufe na Beira Baixa: identidade e valores .....	43
Capítulo 6. Gestão e valorização do adufe da Beira Baixa: discursos vs. práticas .....	49
Capítulo 7. Festa do Adufe: um caso de património participado? .....	63
CONCLUSÃO .....	67
Recomendações e pistas para investigação futura .....	69
FONTES .....	71
BIBLIOGRAFIA .....	75
ANEXOS .....	I
Anexo A – Guião para a entrevista individual .....	I
Anexo B - Guião do grupo focal .....	II
Anexo C – Questionário com medidas para a valorização do adufe na Beira Baixa distribuído pelos participantes do grupo focal .....	III
Anexo D - Grelha de observação do grupo focal .....	IV
Anexo E – Festa do Adufe (Fotografias) .....	V
Anexo F - Diário de campo (ilustração) .....	VI
Anexo G - Grelha de observação participante .....	VII
Anexo H – Festa do Adufe 2025 (Programas e Cartazes) .....	VIII
Anexo I – Quadro de valores do adufe .....	XIII

## Índice de Figuras

<b>Figura 1.</b> Mapa conceptual de investigação. ....	2
<b>Figura 2.</b> Tocador de adufe representado no “Vaso de Tavira”. ....	25
<b>Figura 3.</b> Tocador de adufe representado na Basílica de Santo Isidoro (Leão), Espanha. ....	26
<b>Figura 4.</b> Logótipo do Município de Idanha-a-Nova. ....	28
<b>Figura 5.</b> Freguesias do concelho de Idanha-a-Nova.....	28
<b>Figura 6.</b> Obra alusiva ao título de Idanha-a-Nova enquanto Cidade Criativa da Música da UNESCO, localizada no Largo Municipal, Idanha-a-Nova. ....	29

## Índice de Quadros

<b>Quadro 1.</b> Modelo Analítico.....	36
<b>Quadro 2.</b> Os valores associados ao adufe no concelho de Idanha-a-Nova.....	44



## **Glossário de siglas**

ACCU – Asia/ Pacific Cultural Centre for UNESCO

ADEPAC - Associação de Defesa do Património Cultural de São Miguel de Acha

CE – Conselho da Europa

DGARTES – Direção-Geral das Artes

ERDF – European Regional Development Fund

IAP – International Association for Public Participation

ICOM – International Council of Museums

ICCROM – International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property

INE – Instituto Nacional de Estatística

MPAGDP – A Música Portuguesa a Gostar Dela Própria

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OMC – Open Method of Coordination

ONU – Organização das Nações Unidas

UNDP – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



# INTRODUÇÃO

## **Contexto e antecedentes da investigação**

O tópico da presente dissertação partiu do interesse da investigadora nas questões do património cultural, que teve a oportunidade de desenvolver e aprofundar no decurso do mestrado que agora termina. Por sua vez, o recurso a um estudo de caso sobre o adufe da Beira Baixa como método de pesquisa tem os seus antecedentes na realização de uma investigação sobre o processo de construção do instrumento na região, onde foram analisadas as perspetivas dos elementos envolvidos na sua salvaguarda no cenário hipotético de uma inserção desta prática na Lista Representativa de Património Imaterial da Humanidade da UNESCO.

Esta investigação proporcionou uma imersão nos processos de salvaguarda e gestão deste bem, por meio de entrevistas exploratórias a adufeiras/os, artesãos, líderes associativos e funcionários autárquicos do concelho de Idanha-a-Nova. Foi, assim, possível compreender dinâmicas, conhecer lugares privilegiados de atuação dos detentores do toque e da construção do adufe e fazer um mapeamento das entidades e indivíduos envolvidos na sua salvaguarda e valorização dentro do concelho, com quem se estabeleceram contactos e relações de confiança, que se revelaram úteis para o desenvolvimento desta dissertação. Exploraram-se ainda as distintas, e por vezes contrastantes, visões destes elementos sobre o significado e a gestão deste património, concluindo-se sobre a necessidade de sensibilizar comunidades e organismos de política local para a importância de dar voz aos detentores destas práticas, enquanto condição indispensável de todo e qualquer processo de patrimonialização.

Uma vez que a maior parte dos trabalhos existentes sobre o adufe assentam na sua vertente musicológica e histórica, esta investigação focou-se na dimensão de bem patrimonial deste instrumento, particularizando o papel das comunidades locais na valorização e gestão deste bem, frequentemente apontado pelas mesmas como parte integrante da sua história e identidade. A partir de um pressuposto que reconhece o adufe como um bem cultural patrimonial imaterial, resultaram ideias e pistas de investigação que contribuíram para a definição da problemática, questões e hipóteses que guiaram esta dissertação e que de seguida se apresentam.

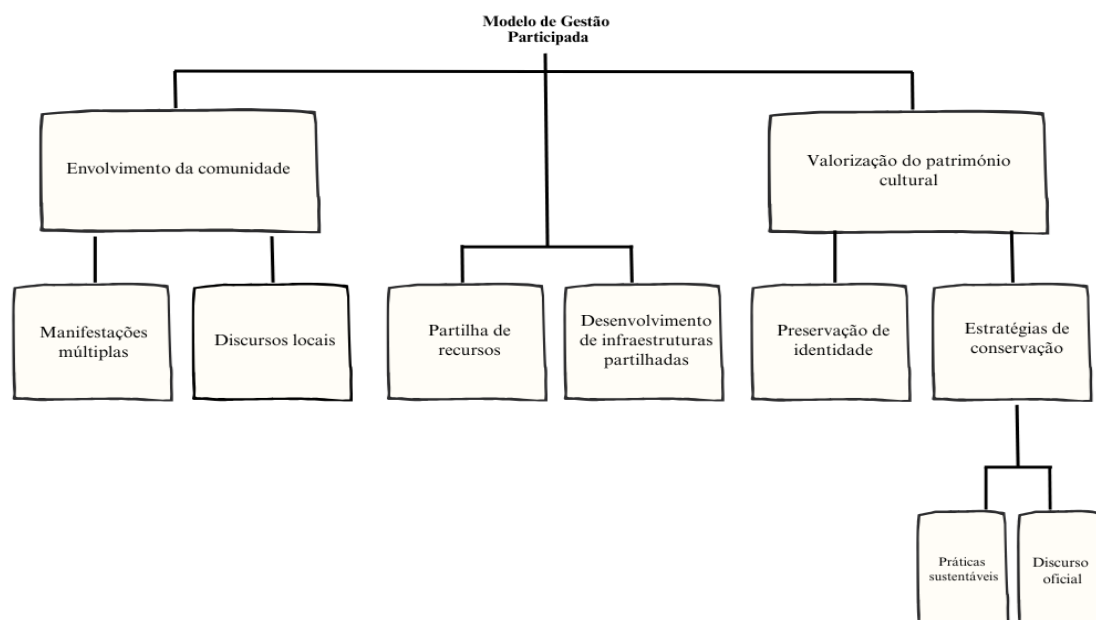
## **Questões, objetivos e hipóteses de investigação**

Partindo de uma visão crítica do que constitui o património cultural, a presente dissertação aborda o tema do património participativo (Roued-Cunliffe & Copeland, 2017), património

comunitário (Waterton & Watson, 2011) ou “património visto de baixo”<sup>1</sup> (Robertson, 2008; 2012), procurando contribuir para reforçar o conhecimento existente sobre as práticas participativas no âmbito da gestão do património cultural no caso português. Paralelamente, procura-se perceber o significado da participação para o regime administrativo português da salvaguarda do património, por meio da identificação na literatura de formas de participação existentes e da sua caracterização.

A natureza eminentemente participativa e comunitária dos processos de patrimonialização dos bens culturais imateriais, tal como definida nos instrumentos legais nacionais e internacionais, potencia uma reflexão sobre gestão participada do património cultural. É neste pressuposto que se perspetivou a escolha de uma manifestação imaterial de património cultural – o toque e a construção do adufe, associados ao cancioneiro da Beira Baixa.

Pretende-se mais concretamente compreender como pode um modelo de gestão participada do património cultural contribuir para a sua respetiva valorização, constituindo esta a questão de partida a que se pretende fornecer resposta e ao redor da qual vai ser construído o modelo de análise. A partir desta questão de investigação e das áreas temáticas em torno das quais a mesma se estrutura – gestão participada, comunidade e valorização do património –, desenhou-se um mapa conceptual (Figura 1) que permitiu a construção de hipóteses de investigação e dos métodos de recolha de dados adequados ao modelo de análise que se define.



**Figura 1.** Mapa conceptual de investigação.  
Fonte: elaboração própria.

<sup>1</sup> No original: “heritage from below”. Tradução livre.

Tendo por base esta estruturação e relação de conceitos estabeleceram-se, então, algumas hipóteses de trabalho que se procuraram aferir:

- Em primeiro lugar, considera-se que uma preservação sustentável do património cultural imaterial e, conseqüentemente, das identidades locais, é melhor feita através de processos participativos. Neste sentido, atribui-se à gestão participada uma relação direta com o processo de valorização patrimonial.

- Em segundo lugar, assume-se que um processo participativo no caso do património cultural implica a consideração e inclusão de agentes e discursos diversos em todo o processo de gestão patrimonial. Estes agentes compreendem profissionais e líderes políticos, mas também as comunidades detentoras, tradicionalmente relegadas para segundo plano nestes processos de decisão (Smith, 2006), que atuam de forma coordenada na identificação de práticas e valores, na interpretação e criação de narrativas e na gestão e avaliação de projetos e iniciativas de valorização patrimonial.

- Por fim, acredita-se que a partilha de recursos e o desenvolvimento de infraestruturas partilhadas, sejam elas espaços físicos ou de outro tipo, são estruturantes para este modelo de gestão, uma vez se constituem como lugares de ação concertada para alcançar objetivos comuns.

Para aferição destas hipóteses, e a partir de uma revisão de literatura sobre abordagens participativas ao património cultural, optou-se, como já foi referido, por desenvolver um estudo de caso sobre o adufe da Beira Baixa. O estudo de um caso concreto permite uma análise mais sistemática do tema desta dissertação – processos participativos no património cultural – uma vez que concretiza as possibilidades de refletir sobre decisões efetivas de gestão patrimonial e, a partir daí, examinar modalidades e níveis de participação e inclusão das comunidades detentoras.

Através de uma metodologia qualitativa que contemplou a realização de entrevistas individuais e de um grupo focal, procurou-se incluir visões e perspetivas de comunidades locais e associações, autoridades públicas e especialistas de património cultural e do adufe no município de Idanha-a-Nova, onde este instrumento tem expressão considerável. Para complementar estas informações, foi ainda levada a cabo uma observação participante na Festa do Adufe de 2025, realizada na aldeia de Monsanto. A escolha deste evento baseou-se no reconhecimento do seu potencial enquanto modelo paradigmático de gestão participada, hipótese que também se procurou provar por meio do presente trabalho de investigação.

Para além de se constituir como método de pesquisa, este estudo de caso pretendeu caracterizar um modelo de gestão patrimonial no contexto português, e desta forma contribuir

para um mapeamento dos processos de gestão participativa do património cultural em Portugal, tema onde ainda se reconhecem muitas lacunas (Carvalho, 2020; Macedo, 2021). Ao fornecer matéria para uma reflexão sobre o tema, o presente estudo de caso pode ser considerado instrumental (Coutinho, 2023; Stake, 1999 apud Meirinhos & Osório, 2010). Não se pretende que os resultados da análise da participação no processo de valorização e gestão do adufe da Beira Baixa sejam extrapolados para o estudo do tema, mas que se reconheçam como um contributo para uma análise mais alargada da gestão do património cultural no contexto português.

Como objetivos secundários, procurou-se aceder às perspetivas dos elementos envolvidos na gestão e valorização do adufe relativamente à participação das comunidades detentoras na identificação e gestão deste património e à relação que é estabelecida entre estas e as autoridades públicas e especialistas de património cultural/ músicos. Tentou-se ainda definir o grau de envolvimento das comunidades detentoras nos processos de tomada de decisão sobre o adufe, tendo por base uma categorização em escalas de participação na esteira do que foi desenvolvido por Sherry Arnstein no final dos anos de 1960 e aprofundado por vários autores até aos dias de hoje, embora reconhecendo que nem sempre é fácil estabelecer fronteiras claras entre os diferentes níveis (Rosetti et al., 2022).

Esta dissertação estrutura-se em duas partes. Na primeira, que se subdivide em quatro capítulos, define-se o enquadramento teórico e metodológico. Numa fase inicial, efetua-se uma revisão de literatura sobre abordagens participativas ao património cultural, em contexto nacional e internacional, onde constam as respetivas modalidades, vantagens e limites. Seguem-se a definição dos principais conceitos orientadores deste trabalho, uma contextualização do estudo de caso e, por fim, a apresentação da metodologia, do modelo de análise e dos instrumentos de recolha de dados a que se recorreu para o desenvolvimento deste trabalho.

Na segunda parte procede-se a uma descrição e exploração crítica dos resultados obtidos após a aplicação dos métodos de investigação, que são colocados em diálogo com as hipóteses definidas previamente. Paralelamente, é contextualizada e explorada a Festa do Adufe à luz dos preceitos de uma gestão participada do património cultural.

A dissertação termina com uma breve conclusão, onde são fornecidas bases para investigação futura e algumas recomendações práticas.

## PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO

### Capítulo 1. Participação e património cultural: uma revisão da literatura

A participação das comunidades tem sido incentivada no âmbito das práticas culturais e artísticas, suscitando o interesse crescente de diferentes entidades, públicas e privadas (Carvalho, 2016). Embora parta de uma gradual e inevitável dissolução das barreiras de classe e de poder no setor cultural (Bianchini et al., 2020), esta abordagem tem vindo a assumir formas cada vez mais profundas e complexas, configurando-se hoje como uma das orientações centrais das políticas públicas (Négrier, 2020). Recorrendo às palavras de Pedro Homem de Gouveia (2016, p. 83), “nos dias que correm, quem é que não quer um *projecto participativo...*?”.

As abordagens baseadas na participação começaram a ocupar um espaço relevante no setor cultural a partir de finais do século XX (Négrier, 2020) acompanhando a mudança de um paradigma de democratização da cultura, assente no acesso dos públicos à oferta cultural existente (Costa, 1997), para um paradigma de democracia cultural. Este último caracteriza-se por procurar “estimular alargadamente a criatividade cultural e propiciar a expressão cultural dos diversos grupos sociais” (Ibid, p. 6), promovendo a participação ativa e o estabelecimento de relações entre instituições e comunidades (Polivtseva, 2024). Esta abordagem parte do reconhecimento da necessidade de promover novas formas de gerir os bens culturais que não fiquem limitadas à dicotomia entre o mercado e o Estado e nas quais os cidadãos devem passar a estar envolvidos, participando na definição de medidas para o setor cultural. O incentivo a esta nova forma de gestão, que releva a voz dos cidadãos e dos governos locais, tornou-se um assunto primordial para as políticas culturais, continuando a proliferar nas agendas políticas europeias (Costa, 2020). Mais recentemente, a crise da COVID-19 veio acentuar esta necessidade (Bonet et al., 2020; Costa, 2020).

Este modelo estende-se ao setor do património cultural, sendo que os primeiros incentivos à participação nos processos de gestão do património remontam aos anos de 1990. A Carta de Burra, na sua versão de 1999, é exemplar neste sentido, e atribui à Austrália um lugar pioneiro no estímulo à participação nos processos de conservação, interpretação e gestão do património. Este documento reforça a necessidade de identificar o valor do património cultural por parte de todas as “pessoas para quem esse sítio tem associações e significados especiais” (ICOMOS, 1999, p. 11), reconhecendo, assim, a coexistência (desejável) entre diferentes valores.

Não obstante, foi a entrada em vigor da Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (UNESCO, 2003) que deu o primeiro passo no encorajamento à mudança na direção de um paradigma que contemple a atuação dos indivíduos e das comunidades e que estabeleceu os princípios para a sua participação. Uma análise do texto da Convenção permite, de facto, perceber de que forma “comunidades, grupos e, se for caso disso, indivíduos” (UNESCO, 2003) devem estar implicados nos processos de gestão e salvaguarda do património cultural. Estes devem participar na “identificação, documentação, pesquisa, preservação, protecção, promoção, valorização, transmissão [...], bem como [n]a revitalização dos diferentes aspectos desse património” (UNESCO, 2003)<sup>2</sup> e, por serem a “primeira voz”, ou seja, “a voz, literal e metafórica, dos verdadeiros detentores e guardiões das culturas e dos respetivos recursos patrimoniais” (Galla, 2008, p. 11), também podem determinar a sua extinção.

Aprofundando as premissas da Convenção de 2003, a Convenção-Quadro do Conselho da Europa sobre o Valor do Património Cultural para a Sociedade (doravante designada por Convenção de Faro) veio sublinhar a importância da relação entre o património e as pessoas, ao chamar a atenção para “a necessidade de colocar a pessoa e os valores humanos no centro de um conceito alargado e interdisciplinar de património cultural” (CE, 2005). Neste sentido, reforçou a dimensão de “património vivo”, ao reclamar a inseparabilidade entre comunidade e património (Poulios, 2011). Assim, para além de incluir expressões materiais e imateriais de património, esta Convenção reconhece o seu carácter subjetivo, objetivo e espacial<sup>3</sup> (Urbinati, 2012; Zagato, 2015), pelo que este passa a depender das comunidades que com ele se relacionam. Desta Convenção deduzem-se, assim, três premissas essenciais: primeiro de tudo, o património está em todo o lado; em segundo lugar, o património é para todos; e finalmente, toda a gente é especialista do património cultural (Schofield, 2014). Daqui resulta que as comunidades não podem ser consideradas só mais um grupo de *stakeholders*, mas uma condição necessária do património cultural (Wijesuriya et al., 2017). Como tal, as suas interpretações e perspetivas sobre o *seu* património têm de ser ouvidas, porque essas são, mais do que

---

<sup>2</sup> As Diretrizes Operativas para a Aplicação da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2016) surgem em resposta a reivindicações relativas à imprecisão da Convenção de 2003 no que à definição das atividades das comunidades, grupos e indivíduos diz respeito e, como tal, vêm definir de forma concreta os procedimentos para a sua participação.

<sup>3</sup> A doutrina (Urbinati, 2012; Zagato, 2015) define como componente subjetiva o domínio da comunidade, como componente objetiva a manifestação (material ou imaterial) do património e como componente espacial o espaço cultural em que se manifesta relação entre as duas componentes anteriores.

meramente desejáveis, indispensáveis para as decisões acerca de como esse património pode ser salvaguardado no futuro (Schofield, 2014).

Assim, enquanto bem comum (González, 2014) de “responsabilidade individual e coletiva” (CE, 2005) e enquanto direito humano (Bidault, 2018; Bonnici, 2009; Meyer-Bish, 2009; Schofield, 2014), o património cultural exige a participação das comunidades na sua gestão, através de um modelo de governança baseado numa partilha de responsabilidades ao nível da “identificação, estudo, interpretação, proteção, conservação e apresentação” (CE, 2005). Na Convenção de Faro fica claro que as autoridades públicas devem promover, encorajar e garantir as condições para a implementação de iniciativas de agentes da sociedade civil. Com base nos parâmetros e definições desta Convenção, e partindo de um conjunto de benefícios atribuídos à governança participada do património cultural, também o Conselho da União Europeia (2014) se dirige aos Estados-Membros e à Comissão Europeia com o intuito de convidá-los ao estabelecimento de um quadro de governação que inclua a participação cívica. Documentos internacionais de salvaguarda de património cultural subsequentes, tais como os Princípios de La Valleta (2011), o Documento de Política para a Integração de Desenvolvimento Sustentável na Convenção de 1972 (2015) ou as Linhas Operacionais para a Implementação da Convenção de 1972 (2019) também mencionam a participação enquanto condutor de práticas de gestão sustentáveis do património cultural (Rosetti et al., 2022).

De uma forma global, a literatura acerca da participação das comunidades na gestão do seu património emana das estruturas da governança, com relatórios oficiais (OMC, 2018) ou planos de ação (CE, 2017), das estruturas representativas dos técnicos do património, com a publicação de manuais de boas práticas (Court & Wijesuriya, 2015; Gomes et al., 2015; Tišma et al., 2021), ou ainda estudos de caso, sobretudo derivados do trabalho dos investigadores. Uma análise destes estudos de caso permite reunir informação sobre instrumentos de participação comunitária na e para a valorização do património cultural em diferentes contextos geográficos. Neste sentido, os projetos participativos recorrem frequentemente a júris de cidadãos (Barbe et al., 2015; Loeff, 2018), *workshops* participativos (Heras et al., 2019; Mackay & Johnston, 2010), entrevistas individuais (Heras et al., 2019) e/ou grupos focais (Mackay & Johnston, 2010), exposições participadas (Auclair, 2015), particularmente em parceria com museus locais, festivais comunitários (Olshanskaya, 2018; Sannemann, 2018; Vaivade, 2018), delegação da gestão financeira (Häyrynen, 2018), parcerias entre associações (Schultz, 2018) ou gestão comunitária de arquivos e inventários (Copeland, 2017; Freeman, 2017; Modwel, 2016; Ridge, 2017). Estes instrumentos podem ser levados a cabo em diferentes fases do

processo de valorização patrimonial, desde a identificação de valor, ou seja, daquilo que é relevante para a comunidade, até à definição de medidas para a sua salvaguarda.

Estes estudos de caso, bem como outra literatura académica dedicada ao tema, enumeram ainda um conjunto de vantagens e desafios que um modelo de gestão participada comporta.

### **1.1. Vantagens da participação na salvaguarda e valorização do património cultural**

A participação tem sido frequentemente associada a um vasto conjunto de vantagens, advindas quer para os participantes individuais, quer para a sociedade como um todo, quer para o património cultural *per se*.

Desde logo, aliada ao estabelecimento de orientações de longo prazo, a participação contribui para a sustentabilidade do processo (Landorf, 2009), que beneficia os bens patrimoniais enquanto dimensão dessa sustentabilidade cultural e social (Auclair & Fairclough, 2015; Kiddey & Schofield, 2015).

Osmani (2008) remete ainda para dois princípios associados à participação, que podem justificar a vantagem deste modelo: por um lado, a eficiência alocativa, na medida em que a participação das comunidades que estão expostas diretamente ao problema em questão permite conhecer previamente as suas necessidades reais; por outro, a possibilidade de combater a assimetria resultante de processos *top-down* de tomada de decisão, uma vez que a comunidade que participa possui o conhecimento para a adoção de medidas eficazes e incisivas (Fung, 2006; Fung & Wright, 2003; Santoro et al., 2021). Neste sentido, a participação contribui para aumentar a credibilidade e a legitimidade das decisões (Creighton, 2005; Fung, 2006; Court & Wijesuriya, 2015; OCDE, 2001), potenciando o acordo e o apoio da comunidade no longo prazo e contribuindo desta forma para o sucesso das medidas adotadas.

A participação das comunidades tem, ainda, o potencial de promover o seu sentido de lugar e de identificação (Auclair, 2015; Goddard, 2009; Mišetić & Ursić, 2015), bem como de garantir que os projetos advêm do interesse das próprias (Perkins, 2010), o que contribui para mais facilmente comprometer as comunidades com os diferentes projetos. Neste sentido, a participação propicia o desenvolvimento de sinergias, e deste forma constituiu-se como uma vantagem para a salvaguarda e valorização sustentável do património.

A participação pode ainda promover a equidade e a justiça nos processos de decisão, porque pressupõe que todos podem e devem expressar as suas preferências e expectativas, inclusivamente os grupos mais frágeis e tradicionalmente afastados das instâncias de decisão

pública (Fung & Wright, 2003; Osmani, 2008). Neste sentido, é possível obter um entendimento mais alargado para o valor do património, onde quem geralmente está excluído tem a possibilidade de acrescentar significados e novos contextos às interpretações vigentes. Esta possibilidade traz consigo o potencial de desenvolver a compreensão e o respeito intercultural e intergeracional (Goddard, 2009), bem como a coesão cultural e social (Auclair, 2015; Goddard, 2009; Kiddey & Schofield, 2015), a formação de capital social (Osmani, 2008) e o empoderamento comunitário (Auclair, 2015; Barbe et al., 2015; Bruku, 2015; Häyrynen, 2018).

Goddard (2009) identifica ainda benefícios pessoais que a participação comunitária pode promover: o aumento da autoconfiança e sensação de bem-estar, o desenvolvimento de competências de literacia, observação, pensamento, comunicação e cooperação, o acesso a conhecimento possuído pelos especialistas, que tradicionalmente lhes foi negado (Burström, 2014), e o aumento da compreensão sobre o património local.

## **1.2. Limites e condições da participação no património cultural**

Se por um lado o conceito de participação vem acompanhado de popularidade e entusiasmo, por outro, muitos autores identificam alguns limites desta abordagem, que devem ser reconhecidos para que melhor se possa adaptar ao contexto em que se pretende implementá-la.

Guerra (2010) reforça que, do mesmo modo que se deve afastar a ideia de que a participação é um discurso de manipulação dos cidadãos, também se deve evitar assumi-la como um bem em si mesmo, até porque esta também é vulnerável a questões de domínio e de poder (Fung & Wright, 2003; Head, 2007; Platteau, 2008). Nos casos em que os princípios da governança e da participação ainda não estão institucionalizados, as autoridades públicas podem recorrer a estratégias participadas apenas quando lhes é favorável (Fung & Wright, 2003) ou limitar-se às instâncias mínimas de participação sob uma imagem de abertura às ideias e iniciativas da comunidade, com o propósito único de alimentar agendas políticas (Auclair, 2015). Neste sentido, os projetos são muitas vezes desenhados para envolver as comunidades apenas quando estes já estão definidos *a priori*, deixando de haver lugar para a criatividade dos cidadãos (Brigham et al., 2016). Esta abordagem parte da tradicional visão binária das autoridades públicas e dos especialistas de património cultural face às comunidades, em que estas últimas, se não são vistas como um recurso para que as prioridades dos primeiros sejam apoiadas, então são assumidas como um obstáculo (Hodges & Watson, 2000). Na mesma lógica, nos casos em que as prioridades dos cidadãos não correspondem às das autoridades públicas, os processos verdadeiramente *bottom-up* podem carecer de apoio político a longo prazo (OMC, 2018).

Os desafios a uma verdadeira participação também podem partir de condições inerentes à própria comunidade. O novo conceito de património cultural, sendo mais inclusivo, é também mais suscetível ao conflito (Kisić, 2018), pelo que processos *bottom-up* não são imunes a visões e interpretações dissonantes, e muitas vezes diametralmente opostas acerca do conteúdo, dos usos e do futuro do património cultural, o que exige um esforço acrescido no processo de tomada de decisão. No entanto, tal como o mercado e o Estado apresentam as suas imperfeições, também isto deve ser tomado como uma “imperfeição da comunidade” (Osmani, 2008). Assim, em vez de o facto ser assumido como um impedimento, importa apenas reconhecer que os projetos participativos exigem cuidados específicos por forma a não deixar secções da comunidade excluídas, particularmente as minorias (Häyrynen, 2018).

Por tudo isto, um processo genuinamente participativo pressupõe o cumprimento de algumas condições, sob pena de que dele não resultem os benefícios acima expostos. Para tal, é necessário garantir o comprometimento de ambos os lados (Guthrie, 2008; Osmani, 2008), através, por um lado, da promoção de uma liderança focada no desenvolvimento comunitário e, por outro, da garantia de uma sociedade civil capaz e motivada, que deve funcionar como elemento intermediário entre o Estado e as pessoas comuns. Por outras palavras, a liderança deve apoiar e incentivar as iniciativas que partem dos cidadãos e estes, por sua vez, devem ser proativos e organizados, de forma a garantir a efetividade das suas propostas (Halme et al., 2018). Assim, enquanto fatores críticos de sucesso da governança participada, destaca-se não só o comprometimento político, condição *sine qua non* de qualquer reforma, como também a necessidade de transmissão real de poder, materializada na atribuição de recursos e de responsabilidade às comunidades que participam (Blair, 2008).

Destaca-se também a obrigação de definir clara e inequivocamente os *stakeholders* envolvidos e de garantir que há comunicação eficaz e diálogo constantes entre eles durante todo o processo participativo (Obot et al., 2022; Sannemann, 2018). Isto implica não antagonizar nenhuma das partes envolvidas, reconhecendo, pelo contrário, a importância do trabalho em parceria (Kisić, 2018; Sannemann, 2018). Só assim se pode garantir uma gestão eficaz do conflito inerente a uma metodologia participativa.

Creighton (2005) e Fung e Wright (2003) chamam ainda a atenção para a necessidade de garantir que, embora a responsabilidade seja partilhada, as autoridades centrais não se demitem das suas funções, que não incluem apenas a administração burocrática, mas também, por exemplo, o apoio no estabelecimento de parcerias e recursos que podem depois ser geridos pela comunidade (Bollier, 2012). Para além disso, é preciso garantir que a participação assenta verdadeiramente num processo deliberativo, que esta se traduza em ações concretas e que os

participantes estejam presentes não apenas na tomada de decisão, mas também na monitorização e avaliação dos seus resultados (Ibid).

Para além destas condições institucionais, Hodges e Watson (2000) identificam ainda fatores associados ao local e às próprias comunidades, cuja observância permite aumentar o potencial de gestão participada do património cultural. Assim, o perfil sociodemográfico, o grau de ameaça a que o bem patrimonial em questão está sujeito ou mesmo a riqueza e diversidade patrimonial da comunidade também podem influenciar o sucesso (ou insucesso) de um projeto de base participativa. Uma infraestrutura associativa bem desenvolvida também é relevante, uma vez que permite lidar com o “*capacity gap*” (Osmani, 2008), ou seja, com a ausência de capacidades e experiência na comunidade necessárias para que esta se faça ouvir.

No entanto, a melhor forma de garantir uma participação efetiva implica promover um procedimento em que as comunidades têm a motivação e o conhecimento suficientes para serem elas próprias a iniciar os processos patrimoniais de valorização, ou seja, em que a participação seja um impulso orgânico das comunidades (Falanga, 2013). Por outras palavras, implica o reconhecimento de que

“O compromisso com a valorização do património cultural e o desejo de realmente fazer alguma coisa a seu respeito decorrem de uma necessidade existente, e quando essa necessidade é alimentada com informações, dá-se início a um processo no fim do qual a autoridade [...] precisará de responder à questão: será que a nossa contribuição é realmente necessária?” (Soininen, 2018, p.58)<sup>4</sup>.

Neste contexto, são duas as principais questões que se levantam: primeiro, há que saber como motivar as comunidades para que sejam as próprias a sentir a necessidade de atuar na valorização patrimonial; depois, há que reconhecer qual deve ser o papel do especialista neste processo. Para a primeira questão é amplamente reconhecida a necessidade de divulgar, através do debate público e do diálogo, os novos conceitos de património e o papel das comunidades na identificação, salvaguarda e valorização do mesmo (Barbe et al., 2015; González, 2014; Soininen, 2018; Vaivade, 2018), bem como encorajar as populações para o reconhecimento do que é relevante para si (Auclair, 2015).

Sobre a segunda questão, importa referir que o paradigma da gestão participada do património cultural constitui-se como um obstáculo ao “discurso autorizado de património”, que entende o património cultural e, conseqüentemente, as medidas para a sua proteção, nos

---

<sup>4</sup> No original: “commitment to the valourisation of cultural heritage and the wish to actually do something about it stem from an existing need, and when that need is nurtured with information, it kicks off a process at the end of which the authority [...] will need to answer the question: Is our contribution really needed?”. Tradução livre.

termos do que é estabelecido oficialmente pelo Estado, instituições culturais e especialistas (Smith, 2006). Neste sentido, não só se coloca em causa o conteúdo do património cultural, que deixa de ser apenas valorizado pelas suas condições materiais e estéticas (Smith, 2014), como também se desafia o papel dos profissionais tradicionais na sua definição e proteção (Bortolotto, 2011; Carvalho, 2020; Mackay & Johnston, 2010; Schofield, 2014; Silberman, 2014; Smith et al., 2003; Smith & Campbell, 2017), ao propor uma partilha de poder e uma colaboração (De la Torre & Mason, 2002). Embora deva haver cautela ao atribuir a esta nova conceção de património cultural um carácter anti-profissional (Wolferstan, 2014), o facto é que, à luz do que a mesma pressupõe, o papel do especialista deve ser repensado, de modo a dar lugar a uma perspetiva em que profissionais e não-profissionais<sup>5</sup> – que não deixam de ser, também eles, profissionais, embora de um novo tipo (Fairclough, 2014) – interagem entre si na definição de bem patrimonial e na respetiva valorização. Se a participação do profissional tradicional não deixa de ser significativa, esta passa, no entanto, a depender também do conhecimento específico das comunidades, sem o qual uma manifestação perde o seu sentido patrimonial.

Posto isto, os especialistas devem reconhecer-se enquanto facilitadores (Bortolotto, 2015; Dragouni & Lekakis, 2023; Fairclough, 2009; Gabriel & Jensen, 2017; Mackay & Johnston, 2010; Smith et al., 2003) ou curadores (Gabriel & Jensen, 2017), cujo foco assenta na manutenção e desenvolvimento da comunidade e das condições prévias para a sua participação. Para tal, ouvir e comunicar assumem-se como competências centrais para os profissionais do património cultural. Esta postura permite acomodar as visões e perspetivas das comunidades à prática patrimonial, ultrapassando barreiras linguísticas através da adoção de uma linguagem clara e acessível (OMC, 2018; Pettinati et al., 2024), e transpondo as tradicionais tendências de comunicar apenas com os pares (Burström, 2014; Mason, 2002; Santos, 2023; Wolferstan, 2014).

Em suma, e tal como Fairclough (2014) argumenta, o que está em causa não é questionar se os profissionais *ainda* são necessários, mas sim de perceber *como* é que podem continuar a ser necessários num contexto de mudança de paradigma na prática patrimonial. O que deve ser sempre considerado é que, na ausência de uma comunicação efetiva baseada nos pressupostos enumerados, abordagens *top-down* podem potenciar reatividade da parte das comunidades, quer na fase de definição do conteúdo patrimonial, quer na fase de implementação, inviabilizando,

---

<sup>5</sup> Embora a presente dissertação reconheça o estatuto de “profissionais” às comunidades, estas serão mencionadas apenas por “*bottoms*” ou simplesmente “comunidades”. Quando a palavra “profissional” é usada, refere-se à figura do especialista tradicional de património cultural, nos termos do que é definido pelo “discurso autorizado de património”.

no limite, o projeto de valorização levado a cabo unilateralmente pelos especialistas (Taruvunga & Ndoro, 2003).

### 1.3. Modalidades de participação

Partindo do pressuposto de que deve haver um diálogo constante entre especialistas, autoridades públicas e comunidades, a participação pode ser dividida em dois tipos (Halme et al., 2018; Schofield, 2008): uma participação *top-down*, iniciada e facilitada por um corpo administrativo, e uma participação *bottom-up*, em que a iniciativa parte da comunidade. Contudo, existe um conjunto vasto de modalidades de participação no espaço intermédio, que se distinguem pelo maior ou menor envolvimento das autoridades públicas e especialistas, por um lado, e das comunidades, por outro. Por outras palavras, “duas pessoas podem estar a falar sobre melhorar a participação da comunidade, mas as suas perceções sobre o seu alcance e os resultados desejados pode ser diferente”<sup>6</sup> (Crooke, 2007). Assumindo, assim, a participação como um espetro, em que abordagens *bottom-up* se situam num extremo e abordagens *top-down* no extremo oposto, quando se fala de participação pode-se estar a remeter para um procedimento em que a comunidade tem o controlo total, em que esta controla um processo no qual os especialistas estão envolvidos de forma passiva, em que há uma colaboração de igual para igual entre comunidades e especialistas, ou em que são estes últimos que controlam a iniciativa, embora com algumas fases em que a comunidade é envolvida (Ibid)<sup>7</sup>.

A diferenciação entre graus de participação parte primeiro de Sherry Arnstein (1969), que define uma escada de participação cidadã para permitir uma análise padronizada da medida em que os cidadãos estão efetivamente implicados nos processos de tomada de decisão. Na mesma lógica do que Bill Cooke e Uma Kothari querem transmitir, anos mais tarde, na sua obra “Participation: The New Tyranny” (2001), Arnstein parte da constatação de que muitos processos participativos são “rituais vazios”, em que o topo da hierarquia recorre ao discurso participativo apenas para legitimação própria, quando na verdade os resultados não são um efeito do envolvimento dos cidadãos. A partir daí define oito degraus, onde apenas os três últimos – parceria, delegação de poder e controlo cidadão – dizem respeito a uma participação efetiva. Esta última modalidade é, aliás, a única que corresponde a um verdadeiro processo *bottom-up*, no qual os cidadãos são a principal força na tomada de decisão. Os degraus

---

<sup>6</sup> No original: “two people can be talking about enhancing community participation, but their perceptions of its scope and the desired outcomes may be quite different”. Tradução livre.

<sup>7</sup> Por exemplo, nos casos em que os especialistas decidem levar a cabo um registo videográfico que é feito por membros da comunidade.

intermédios – informação, consulta e pacificação – correspondem a processos unidirecionais, em que os cidadãos são envolvidos sem que, no entanto, definam necessariamente o resultado, que continua dependente dos *tops*. Às duas últimas modalidades – manipulação e terapia –, Arnstein refere-se como graus de “não-participação”, uma vez que o objetivo real não é uma participação genuína, mas uma forma de “educar” sob a aparência de uma imagem de abertura.

A definição destas modalidades de participação influenciou o surgimento de novos modelos teóricos, tais como a Tipologia de Participação (White, 1996), a Roda da Participação (Davidson, 1998), o Enquadramento de Participação Ativa (OCDE, 2001), o Modelo de Participação CLEAR (Lawndes & Pratchett, 2006), o Cubo da Democracia (Fung, 2006) ou o Espetro de Participação Pública (IAP, 2007). O que estes modelos têm em comum entre si e em relação ao modelo de Arnstein é o facto de todos se enquadrarem na perspetiva de que a participação é um *continuum* de possibilidades (Creighton, 2005; Head, 2007), e que nem todas implicam a partilha de poder e de responsabilidade que uma governança participada pressupõe (Forbes & Colella, 2019). Neste sentido, todos os modelos destacam fundamentalmente três orientações que informam os modelos de participação<sup>8</sup>. A primeira corresponde à mera disponibilização de informação às comunidades, seguindo-se os procedimentos de consulta, em que as visões das comunidades são ouvidas sem que, no entanto, estas sejam envolvidas na tomada de decisão. Uma participação genuína assenta, por sua vez, em formas de envolvimento dos cidadãos em que as suas visões são realmente consideradas e delas resultam as decisões tomadas. A modalidade a adotar depende do contexto em questão (Creighton, 2005; Fung, 2006; Guerra, 2010; Obot et al., 2022; OCDE, 2001; OMC, 2018).

No âmbito do património cultural, a análise do grau de participação depende da resposta às seguintes questões: quem inicia o projeto, até que ponto as comunidades estão envolvidas, quem é considerado o *especialista* no processo, qual a natureza do fluxo de informação, até que ponto o processo é emancipador e para que lugar fica relegada a “primeira voz” (Galla, 2008). Assim, o projeto verdadeiramente participativo deve partir da comunidade, a voz dos especialistas corresponde à daqueles que fazem parte dessa comunidade, e a informação parte dela, pelo que à “primeira voz” é garantido um lugar de destaque. Se a comunidade tomar parte na definição do resultado, está-se perante um processo verdadeiramente emancipador.

Sokka et al. (2021) desenvolveram, mais recentemente, um gráfico de quadrantes aplicado à governança do património cultural, onde incluem quatro formas de relação entre património,

---

<sup>8</sup> Estas são as modalidades citadas com mais frequência nos modelos mencionados, quer diretamente quer de forma implícita.

instituição pública e cidadãos. Estes quadrantes distinguem-se em relação à definição e significado de património (ou seja, ao discurso) e ao envolvimento dos cidadãos na respetiva gestão (ou seja, à prática). Se o património cultural for definido nos termos do que é determinado pelas instituições públicas e o nível da participação cidadã for diminuto, está-se perante uma forma de governança considerada “governamental”. Na situação inversa, Sokka et al. (2021) referem-se a uma forma de governança considerada “co-criativa”.

Embora haja uma vasta produção de literatura sobre o envolvimento dos cidadãos em projetos de valorização do património cultural, poucos são classificados de acordo com um quadro teórico como os que foram apresentados acima (Foroughi et al., 2023). Não obstante reconhece-se que a maioria dos projetos ditos participativos se insere num registo de “consulta” (Ibid), no qual os cidadãos raramente são determinantes nos processos de tomada de decisão. Posto isto, é possível afirmar que persiste alguma reticência em atribuir às comunidades um papel prevalente na gestão patrimonial, pelo que os processos de valorização do património cultural continuam a seguir uma lógica eminentemente *top-down* (Auclair & Fairclough, 2015; Grcheva e Vehbi, 2021; Mydland & Grahn, 2011; Silberman, 2014). Por este motivo, é possível afirmar que os níveis mais baixos da hierarquia, ou seja, os cidadãos e as organizações da sociedade civil que os representam, ainda são vistos como recetores passivos do património cultural. Smith e Campbell (2017) e Sousa (2018) afirmam mesmo que o “discurso autorizado de património” ainda continua a influenciar os modos de ação para a valorização e salvaguarda do património cultural.

#### **1.4. Modelos de valorização do património cultural em Portugal**

Em Portugal, a participação enquanto modelo de ação está explicitamente ausente dos instrumentos legislativos (pese embora a sua inserção no articulado da Carta do Porto Santo em 2021), mas é preconizado de forma implícita nas propostas associativas ou nos movimentos da cultura popular (Lopes, 2007), onde tem uma longa tradição de aplicação.

No âmbito particular do património cultural, espaço privilegiado das políticas públicas para a cultura em Portugal (Anico, 2009; Costa, 1997; Dubois, 2015; Garcia et al., 2016), encontram-se referências mais diretas à participação comunitária. Durante muito tempo, o foco das políticas para o património esteve na proteção do património arqueológico e edificado e na preocupação com os processos de conservação (Anico, 2009). O ano zero das políticas públicas para o património imaterial em Portugal (Costa, 2018) e, como tal, do incentivo a uma abordagem mais centrada nas comunidades, deu-se com as ratificações da Convenção da

UNESCO de 2003 e da Convenção de Faro, no ano de 2008<sup>9</sup>, que culminou na adoção do atual regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial, materializado no Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho. Este determina, entre outros aspetos, a existência de um Inventário Nacional criado com a participação das “comunidades, grupos e, se for o caso disso, indivíduos” (UNESCO, 2003) e destaca o papel das associações culturais e autarquias locais nos processos patrimoniais. Estas últimas devem, segundo o mesmo Decreto-Lei, apoiar a participação das comunidades, envolvendo-as “no processo de salvaguarda e gestão do património cultural [...] que criam, mantêm e transmitem”<sup>10</sup>.

Assim, o atual ordenamento jurídico nacional para o património cultural imaterial consubstancia a obrigação de participação das comunidades, e são ainda várias as iniciativas de política cultural levadas a cabo pelo Estado português com o objetivo de promover a participação cidadã, sobretudo no âmbito museológico, agente privilegiado de valorização patrimonial e importante foco das políticas culturais. Neste sentido, Neves (2021) destaca dois projetos de “forte componente comunitária” tutelados pelo Ministério da Cultura e orientados particularmente para o património cultural – o Projeto Museus no Futuro, que concede relevância à participação dos vários públicos (Camacho et al., 2021) e a Rede Portuguesa de Museus, que prevê “uma perspetiva mais ampla, inclusiva e descentralizada na tomada de decisões” (Moreira et al., 2023).

As práticas participativas parecem, assim, constituir-se como um aspeto promissor das políticas públicas em Portugal (Carvalho, 2020), sendo que, no que respeita ao processo de valorização do património cultural, este é assumido como função do Estado e autarquias locais, mas também enquanto um “dever de todos os cidadãos” (Diário da República, s.d.). No entanto, são ainda poucos os estudos sobre as dinâmicas e modalidades de participação – processos intrinsecamente participativos ou apenas contendo elementos de participação – no setor do património cultural (Carvalho, 2016) e escasseiam dados para analisar de forma adequada o impacto de iniciativas participativas (Carvalho, 2020). Importa, por isso, perceber qual a modalidade de valorização predominante no caso português, de modo a determinar que vozes estão realmente a ser ouvidas e em que termos (Sokka et al., 2021). Na literatura sobre o tema é possível encontrar algumas pistas para proceder a esta avaliação.

---

<sup>9</sup> É de destacar, no entanto, que Portugal tratava já o património imaterial de forma autónoma do material desde 2001, através da Lei n.º 107/2001, que se posicionou como instrumento pioneiro em termos de direito comparado (Claro, 2009). Contudo, os resultados práticos foram muito limitados (Carvalho, 2009).

<sup>10</sup> Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho, artigo 2.º.

No que diz respeito à ação dos museus, destaca-se o facto de que os constrangimentos a práticas participativas se dão com frequência por limitação de recursos humanos e materiais (Cardoso, 2016), algo que o contexto pandémico veio agravar, ao inviabilizar projetos baseados na participação cidadã (Camacho et al., 2021). Filipe e Camacho (2018) lembram ainda que os incentivos à participação nos museus portugueses não têm sido acompanhados de adequados instrumentos de gestão participativa. Barata (2020) por sua vez, chama a atenção para o facto da participação cidadã no património imaterial continuar a não ser vista como um problema central pelos museus, o que é agravado pela ausência de políticas públicas que estabeleçam as bases para uma verdadeira aproximação às comunidades. Tudo isto pode ajudar a justificar o facto de as práticas verdadeiramente participativas neste setor estarem ainda longe de ser a regra (Carvalho, 2016). É de destacar ainda as dificuldades por parte dos profissionais em adotar uma linguagem acessível, comprometendo assim *a priori* a ultrapassagem de barreiras à participação (Antunes, 2023).

Ana Carvalho e Roberto Falanga (2016) refletem ainda sobre o processo dos inventários participativos, tratando-se estes, segundo os autores, de uma das consequências mais diretas do paradigma participativo na gestão patrimonial em Portugal. Neste sentido, argumentam que os níveis de colaboração com as comunidades são muito diminutos e limitam-se na maioria dos casos a meros procedimentos de consulta. No mesmo sentido reflete-se sobre a aplicação do Inventário Nacional do Património Imaterial, procedimento desmaterializado e de acesso aberto e gratuito (Costa, 2009, 2013), mas com problemas técnicos e de visibilidade (Camacho et al., 2021; Carvalho, 2020; 2022). O resultado materializa-se na continuidade de práticas centralizadoras, uma vez que cabe ao poder central verificar a legitimidade e pertinência das propostas apresentadas pelas comunidades, determinando a sua inclusão (ou não) em inventário (Barata, 2020; Costa, 2018). No mesmo sentido, a exigência de participação de um antropólogo nos processos de inventariação é por muitos entendida como um obstáculo à plena participação das comunidades, que muitas vezes recusam participar no processo por verem os seus conhecimentos sujeitos a verificação e aprovação de um profissional (Barata, 2020; Carvalho, 2022; Cordeiro, 2021). Barata (2020) é ainda muito crítico em relação à tentativa do Estado português de “cortar com [a] concorrência” de outros inventários não oficiais, tal como o Memoriamedia, que resulta de um trabalho com as comunidades em que não há mediação profissional e científica (Sousa, 2015).

Pedro Homem de Gouveia (2016), a partir de iniciativas identificadas como participativas levadas a cabo em território nacional, conclui ainda que estas se desenvolvem em torno de algumas “ideias feitas sobre a participação”, muitas vezes cumulativas, que ou desencorajam

os incentivos à criação destes projetos ou fazem deles “simulacros sem verdadeiro valor” (p. 85). O autor destaca que muitas vezes a participação é levada a cabo depois de as decisões já estarem tomadas, pressionando os decisores a envolver indiscriminadamente as comunidades em todas as questões; que esta pode levantar frustrações por poder não corresponder às expectativas dos próprios participantes e porque muitas vezes os supostos participantes não comparecem; que a participação é um processo muito demorado e exigente; ou que esta é menos rigorosa se se envolverem não profissionais na tomada de decisão. Para além disso, os moldes de participação assentam normalmente nos típicos mecanismos da democracia representativa, como debates ou votações, desconsiderando que o valor da participação está precisamente em recolher e trabalhar a partir das várias contribuições (Ibid). Por tudo isto, é possível afirmar que continua a haver em Portugal uma aplicação limitada da participação, com uma barreira ainda marcada entre especialistas e não especialistas, em que os primeiros têm uma ideia pouco clara acerca do que é uma participação efetiva, continuando a cingir a sua ação às instâncias mínimas, e em que o verdadeiro contributo das comunidades é marginalizado.

Em suma, o contexto português vem confirmar que uma participação efetiva no âmbito do património cultural é ainda pouco aplicada na prática, não obstante a vontade manifestada em documentos oficiais e planos de ação de a promover. Por outras palavras, embora as comunidades sejam centrais para o modelo idealizado de valorização patrimonial, os seus contributos são muitas vezes paralelizados ou mesmo desconsiderados, o que as coloca de fora da fase de implementação. Assim, a participação pode ser vista como mais um discurso de património, e que não evolui para lá dos graus de não participação identificados por Arnstein ou dos meros procedimentos de informação e consulta considerados como as metodologias participativas mais elementares. Uma vez que, como já foi referido, uma participação efetiva deve partir de motivações e necessidades das próprias comunidades, dever-se-á começar por estimular a reflexão conjunta, oferecendo às comunidades as bases para uma compreensão aprofundada do novo paradigma patrimonial e da importância a ele inerente de as incluir.

Um primeiro passo passa pelo mapeamento e avaliação de práticas de gestão patrimonial em território nacional. Só assim se podem realmente perceber com mais profundidade os modelos de participação em vigor nos projetos de valorização patrimonial, bem como os agentes neles envolvidos (Macedo, 2021). A presente dissertação pretende-se um contributo nesse sentido.

## Capítulo 2. Conceitos

### 2.1. Bens imateriais como valor cultural

Enquanto conceito “nómada” (Choay, 2010), o património cultural não foi sempre entendido da mesma forma. Após a entrada em vigor da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, a definição passou formalmente a incluir também “práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural” (UNESCO, 2003). Assim, e de acordo com Filomena Sousa (2015; 2018), este documento é o marco da passagem de uma perspetiva “monumentalista, esteticista e historicista” para uma abordagem que valoriza a “contemporaneidade da manifestação”, introduzindo uma conceção de “património vivo” (Poulios, 2014).

Ao desestabilizar os alicerces do “discurso autorizado de património” (Smith & Campbell, 2017), a incorporação dos bens imateriais no esfera patrimonial abriu espaço para que se desenvolvesse uma visão crítica do património (Waterton & Watson, 2015), refletindo sobre a sua dimensão enquanto processo (Fairclough, 2014; Harrison, 2015; Ripp, 2018; Smith, 2006; Sokka et al., 2021; Waterton & Watson, 2015) e/ou uma construção (Anico, 2009; Crouch, 2015; Davallon, 2006; Graham & Howard, 2008; Haldrup & Bøerenholdt, 2015; Kirshenblatt-Gimblett, 2004; Prats, 2009; Sather-Wagstaff, 2015; Smith, 2006; Sousa, 2018; Wu & Hou, 2015). Ao valor intrínseco do património cultural acrescenta-se um valor que lhe é atribuído pelas pessoas e sociedades que com ele se relacionam (Graham & Howard, 2008; Poulios, 2014), que não poucas vezes suplanta o referido valor intrínseco. Como tal, o significado do património passa a ser subjetivo (Poulios, 2014), dissonante (Smith, 2006) e produzido discursivamente (Wu & Hou, 2015).

Assumindo uma perspetiva mais abrangente e inovadora do significado e dos agentes do património cultural (Zagato, 2015), a Convenção de Faro define o património cultural como o “conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade dos bens, como um reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução” (CE, 2005). Esta é, assim, a definição adotada na presente dissertação.

## 2.2. Sustentabilidade do património cultural

A visão da imaterialidade enquanto valor cultural pressupõe uma nova abordagem ao respetivo processo de valorização, ou seja, à identificação, preservação e interpretação/comunicação do património cultural imaterial. Assumindo o património como tendo um carácter “vivo” e dinâmico, a sua sustentabilidade depende, assim, da garantia da sua continuidade e relevância para as comunidades que lhe atribuem significado e valor. Como tal, a sustentabilidade do património cultural depende da presença das comunidades que estão no centro da atribuição de valor, no processo de valorização (Salvensen & Keitsch, 2021), o que é reconhecido e formalizado na Convenção de Faro (Fairclough, 2009).

Posto isto, a sustentabilidade do património cultural exige a adoção de uma abordagem participativa, em detrimento de uma gestão meramente baseada no conhecimento dos especialistas, que é limitada na identificação do dinamismo patrimonial que lhe é conferido pelo seu papel social e cultural (Jones, 2017). Esta abordagem participativa pressupõe que os conhecimentos e perspetivas das comunidades locais e os dos especialistas são complementares nos processos de tomada de decisão sobre o património.

## 2.3. Comunidade (patrimonial)

Embora se tenha tornado uma condição *sine qua non* no discurso do património cultural (Wijesuriya et al., 2017) e uma noção fulcral no aparelho da UNESCO (Adell et al, 2015), o termo “comunidade” não é unânime, o que resulta das dificuldades na sua conceptualização e compreensão (Crooke, 2007, 2008; Head, 2007; Sousa, 2015; Urbinati, 2015; Waterton & Smith, 2010).

Institucionalmente, o conceito de “comunidade” só é definido em 2006, num encontro para a discussão de assuntos relacionados com o envolvimento das comunidades detentoras, ou seja, das pessoas que praticam e mantêm as manifestações de património, na salvaguarda do património cultural imaterial. Deste encontro resultou uma definição que encara as “comunidades” como “redes de indivíduos cujo sentido de identidade e de interligação emerge a partir de uma relação histórica ancorada na prática e transmissão do seu património cultural imaterial, e na sua ligação com este” (UNESCO & ACCU, 2006)<sup>11</sup>. Esta conceção é finalmente assumida pelo direito internacional na formulação de “comunidades patrimoniais” adotada pela Convenção de Faro, no qual a “comunidade” é definida em artigo próprio como um conjunto

---

<sup>11</sup> No original: “networks of people whose sense of identity or connectedness emerges from a shared historical relationship that is rooted in the practice and transmission of, or engagement with, their ICH”. Tradução livre.

de “pessoas que valorizam determinados aspetos do património cultural que desejam, através da iniciativa pública, manter e transmitir às gerações futuras” (CE, 2005). Esta definição, bem como a que está implícita na Convenção de 2003 (Adell et al., 2015), remetem para a natureza construída da comunidade no âmbito do património cultural (Zagato, 2015), ao assumir que esta só existe na medida em que existem experiências, práticas, conhecimentos, valores e estéticas partilhados por diferentes membros em relação a um determinado elemento patrimonial.

Esta conceção parece incorporar as perspetivas frequentemente apresentadas no debate académico, onde se inclui a definição de “comunidades de prática”, definida por Etienne Wenger (1998). O autor identifica três dimensões: a existência de relações entre indivíduos; a existência de um objetivo partilhado que une esses indivíduos; e, por fim, a existência de um conjunto de elementos e recursos que estes membros partilham. Estas características também estão presentes na definição de “comunidade simbólica” apresentada por Crooke (2007), que pressupõe que esta é formada pela união de indivíduos em virtude de um elemento comum ao qual é atribuído um significado partilhado. Assim, embora possa haver uma forte componente territorial na formação de uma comunidade, este não é o elemento primordial (Chirikure & Pwiti, 2008; Crooke, 2008; Dolff-Bonekämper, 2009), pelo que aquela deve antes ser entendida em relação a interesses e valores que, por serem comuns, unem estes indivíduos nessa categoria (Obot et al., 2022).

A literatura também atribui ao conceito características que parecem, no entanto, ficar esquecidas nas definições e no *modus operandi* da UNESCO: a heterogeneidade e a diversidade (Crooke, 2007; Head, 2007; Smith & Waterton, 2012; Wenger, 1998). A uma comunidade patrimonial, podem pertencer elementos com características e perspetivas muito distintas, tais como associações da sociedade civil, organizações não governamentais e instituições que representam os interesses dos cidadãos (OMC, 2018), empresas, profissionais e autoridades públicas, na medida em que todos reconheçam importância a um determinado bem patrimonial. Assim, “comunidade” também inclui o que Schofield (2015) designa como “*feelers*”, que remetem a sua relação com o património cultural para o plano dos sentidos e das emoções.

Contudo, ao reconhecer a indispensabilidade da participação dos cidadãos e da sociedade nos processos de valorização patrimonial, ao mesmo tempo que se reconhece que o seu papel é ainda apenas parte de uma teoria que não encontra eco na prática, a presente dissertação acrescenta à definição de “comunidade” o facto de esta dever ser entendida como uma forma de descrever um discurso alternativo ao do “discurso autorizado de património” (Mydland & Grahn, 2011).

## 2.4. Governança e Participação

A participação pública não é uma novidade nem uma invenção do presente século, sendo um termo inseparável, pelo menos teoricamente, de uma sociedade democrática. No entanto, a complexidade do atual tecido social, a exigência de informação e transparência por parte dos cidadãos e a necessidade de promover a eficácia da democracia (Guerra, 2010) num contexto em que o atual modelo de democracia representativa parece cada vez menos apto para resolver os problemas do novo século (Fung & Wright, 2003), assim como a desconfiança gerada por crises económicas cada vez mais constantes (Carvalho & Falanga, 2016), justificam a adoção de modelos em que os cidadãos são incorporados nos processos de tomada de decisão.

O estímulo à adoção desta modalidade nos processos de tomada de decisão tem a ver fundamentalmente com a importância atribuída a dois conceitos que têm na sua base a participação e que, no que à sua aplicação diz respeito, ganharam destaque recentemente<sup>12</sup>: o conceito de governança e o conceito de “comuns”.

Embora também careça de consenso na sua definição (Kohler-Koch & Rittberger, 2006; OMC, 2018), a governança remete fundamentalmente para um processo de tomada de decisão que se distingue do processo de governo em aspetos como os principais atores envolvidos, o padrão de interação entre eles, o papel do Estado, a distribuição de responsabilidades e a influência no ciclo de políticas públicas (OMC, 2018), que envolve, de um modo geral, a definição do problema, a formulação de medidas para fazer face a esse problema, a sua implementação e a respetiva avaliação<sup>13</sup> (Araújo & Rodrigues, 2017). Procurando alcançar os mesmos resultados, governo e governança apenas se distinguem no que diz respeito ao procedimento (Stoker, 1998). Assim, enquanto na modalidade de governo o Estado é o principal agente envolvido na tomada de decisão, exercendo o controlo e a autoridade em todo o ciclo de políticas públicas, a governança pressupõe uma partilha de responsabilidades entre diferentes grupos, entre os quais se destacam, para além do Estado, a sociedade civil e o setor privado (UNDP, 1997), num processo que Guerra (2010) designa por “co-gestão participada da coisa pública”. Por essa razão, a UNDP (1997) define governança como um conjunto de “mecanismos, processos, relações e instituições através dos quais os cidadãos e os grupos articulam os seus interesses, exercem os seus direitos e obrigações e medeiam as suas

---

<sup>12</sup> O OMC (2018) estabelece o início do século XXI como o momento de passagem de uma abordagem de governo para um modelo de governança, considerando diferentes áreas políticas e diferentes níveis de atuação (nacional, europeu e internacional).

<sup>13</sup> Segundo Araújo e Rodrigues (2017) a definição destas etapas é apenas um entre os vários modelos teóricos de análise das políticas públicas, que peca, segundo alguns autores, pela sua excessiva simplificação.

diferenças”<sup>14</sup>. Mais recentemente têm surgido preocupações com a noção de “boa governança”, materializadas em Convenções e Resoluções internacionais (Guthrie, 2008; Sokka et al., 2021). Neste caso, é de destacar o Relatório das Nações Unidas “Investing in Development: A Practical Plan to Achieve the Millenium Development Goals” (2005), que coloca a “boa governança” no centro de uma estratégia coordenada para atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, e para a qual o fortalecimento da sociedade civil é uma prioridade.

A abertura do caminho para este novo modelo fez-se em grande medida através da revalorização do conceito de “comuns” (Amaro, 2018a; Amaro, 2018b), ou seja, de uma espécie de bem caracterizado por ser “suficientemente grande para tornar dispendioso (mas não impossível) excluir potenciais beneficiários da obtenção de benefícios da sua utilização”<sup>15</sup> (Ostrom, 1990, p. 30). Abrange assim os “recursos cujo controlo e uso os cidadãos comuns em geral ou comunidades específicas têm interesses políticos e morais” (Bollier, 2012, p. 44) e que, por essa razão, exigem uma autogestão levada a cabo pelas próprias comunidades, quer de forma exclusiva, quer em parceria com empresas, Estado central e/ou local e outras organizações (Amaro, 2018b). Nesse sentido, a OCDE (2001) reconhece que uma “boa governança” assenta necessariamente no envolvimento dos cidadãos na tomada de decisões, através de processos como a disponibilização de informação, a criação de procedimentos de consulta e/ ou uma *participação ativa*, que envolve a capacidade de os cidadãos contribuírem para a discussão e para a formulação de opções políticas.

---

<sup>14</sup> No original: “mechanisms, processes, relationships and institutions through which citizens and groups articulate their interests, exercise their rights and obligations and mediate their differences”. Tradução livre.

<sup>15</sup> No original: “sufficiently large as to make it costly (but not impossible) to exclude potential beneficiaries from obtaining benefits from its use”. Tradução livre.



## Capítulo 3. Contexto da investigação: o adufe da Beira Baixa

### 3.1. O instrumento e as suas origens históricas e musicológicas

As origens histórica, geográfica e musicológica do adufe não são claras nem unânimes (Dias, 2011; Molina, 2006; Silva, 2011). São conhecidos registos iconográficos de instrumentos da família dos *frame drums*<sup>16</sup> que remontam a civilizações anteriores às da Antiguidade Clássica, utilizados sobretudo em rituais de fertilidade e, nesse contexto, tocados geralmente por mulheres (Molina, 2006). A aparição deste tipo de instrumentos na Península Ibérica é, de acordo com as fontes disponíveis, mais tardia. Segundo Dias (2011), a Idade Média é o ponto de charneira entre os usos cristão e islâmico dos *frame drums*, sendo esses os dois principais contextos aos quais se pode associar o adufe nesta região. A iconografia produzida na Península Ibérica por artistas cristãos, judeus e muçulmanos (Molina, 2006) permite aferir esta origem temporal provável em contexto ibérico, a forte relação que o adufe tem com o domínio religioso e, por fim, as possíveis proveniências geográficas do adufe. O *Vaso de Tavira*, recipiente com a tipologia de um vaso, de origem popular, é o mais conhecido elemento iconográfico de origem islâmica onde o adufe aparece representado e data, provavelmente, do final do século XI (figura 2).



**Figura 2.** Tocador de adufe representado no “Vaso de Tavira”.  
Fonte: ADEPAC, s.d.

---

<sup>16</sup> Esta expressão designa, na sua tradução literal, “tambores de quadro” ou “tambores de moldura”. No entanto, adota-se a expressão inglesa, a mais corrente nos trabalhos de investigação consultados sobre instrumentos com estas características.

Do lado cristão, o elemento iconográfico mais antigo remete aproximadamente ao ano de 1063, numa representação localizada na porta da Igreja da Colegiata de Santo Isidoro, em Leão, onde um dos menestréis do rei David surge a tocar adufe (Dias, 2010; 2011) (figura 3).



**Figura 3.** Tocador de adufe representado na Basílica de Santo Isidoro (Leão), Espanha.  
Fonte: Silva, s.d.

É também do período medieval que datam as primeiras referências ao termo *adufe*, encontradas em escritos do século XIII em território castelhano (Cohen, 2008; Molina, 2006), que referem um instrumento de tipo *frame drum* de formato quadrangular. Esta designação, por surgir nas fontes com mais frequência do que qualquer um dos outros termos que designam os *frame drums* na região ibérica (Molina, 2006) dá, por razões linguísticas, mais força à teoria segundo a qual o instrumento tem as suas origens no mundo árabe<sup>17</sup>. O facto é que este termo predomina em algumas regiões do país, como a Beira Baixa, enquanto noutras, onde este assume outras formas que não a quadrada, este instrumento dá mais frequentemente pelo nome de pandeiro (ou *pandero*, na região espanhola de fronteira), sendo que ambas as designações são contemporâneas (Dias, 2010).

Não sendo objetivo da presente dissertação localizar com precisão o adufe nas suas origens, algo que os vários trabalhos de investigação sobre o tema (Dias, 2010; 2011; Molina, 2006; Silva, 2011) ainda não conseguiram, aliás, fazer, será suficiente dividir a história do adufe em três partes, seguindo o trabalho de investigação levado a cabo pelo investigador, músico e artesão de adufes Rui Silva (s.d.a): a primeira corresponde ao período a que reportam as várias representações de instrumentos quadrangulares fora da Península Ibérica; a segunda inicia-se

---

<sup>17</sup> “Adufe” resulta da adaptação da expressão árabe “*Al-duff*”.

quando se conhecem as primeiras iconografias nos territórios espanhol e português; e a última parte do momento em que se começaram a registar as práticas musicais que hoje se conhecem em relação ao adufe, e que serão exploradas no subcapítulo seguinte.

No que às suas características diz respeito, o adufe é um instrumento de percussão da família dos membranofones, identificado por Ernesto Veiga de Oliveira (2000) como um bimembranofone de forma quadrangular, embora se verifique também a existência, ainda que rara, de adufes em formato triangular. O instrumento é tradicionalmente fabricado a partir de pele de ovelha, de borrego, ou de cabra, cozida em torno de uma estrutura de madeira, e no seu interior são colocadas soalhas, que permitem produzir o som tipicamente associado ao adufe. Este som pode ser mais metálico, se no interior forem colocadas caricas<sup>18</sup>, ou mais grave, caso se utilizem sementes ou pedras (Silva, 2011). A maioria dos adufes continua a ser decorado com maravalhas<sup>19</sup> e com uma tira de tecido que cobre a estrutura de madeira e “disfarça” a costura da pele.

### **3.2. Território, práticas e comunidades**

Embora se reconheça a falta de estudos que comparem os contextos musicológicos rurais espanhol e português (Dias, 2011), sabe-se que é na zona raiana que ambos partilham uma ruralidade semelhante, sendo nesse território que se cruzam as tradições do adufe e do *pandero cuadrado*<sup>20</sup>. Por essa razão, o adufe encontra maior expressão na faixa oriental de Portugal, sobretudo em regiões pastoris, desde Trás-os-Montes até ao Baixo Alentejo. No entanto, segundo Veiga de Oliveira (2000), é na Beira Baixa que o adufe pode ser considerado o instrumento musical característico, uma vez que, por oposição ao que acontece nas outras regiões do país, onde está em vias de extinção (Silva, 2011), o adufe continua a ser um instrumento muito presente na vida quotidiana destas comunidades.

É particularmente no concelho de Idanha-a-Nova, localizado no distrito de Castelo Branco, que o adufe é considerado “elemento vivo de identidade” (Cabral, 2013), tendo aí o seu grande pilar e sendo, por essa razão, parte integrante da imagem do município (figura 4).

---

<sup>18</sup> Embora a utilização das caricas seja um processo mais recente, a maioria dos adufes na região de Idanha-a-Nova é hoje produzida desta forma.

<sup>19</sup> Maravalhas são as fitas que normalmente são pregadas em cada um dos cantos do adufe (geralmente quatro).

<sup>20</sup> A tese de Ana Carina Dias (2011) é exemplar a este respeito, uma vez que descreve o conjunto de fluxos humanos e políticos que explicam a aproximação dos contextos espanhol e português da zona raiana.



**Figura 4.** Logótipo do Município de Idanha-a-Nova.  
Fonte: Município de Idanha-a-Nova, s.d.

O concelho é composto por treze freguesias, a saber, por ordem crescente de população, Proença-a-Velha, Aldeia de Santa Margarida, Toulões, Medelim, Oledo, Rosmaninhal, Monfortinho e Salvaterra do Extremo, São Miguel de Acha, Penha Garcia, Monsanto e Idanha-a-Velha, Zebreira e Segura, Ladoeiro e Idanha-a-Nova e Alcafozes (figura 5).



**Figura 5.** Freguesias do concelho de Idanha-a-Nova  
Fonte: Geneall, s.d

O concelho faz fronteira com a região espanhola da Extremadura e encontra-se numa posição equidistante das áreas metropolitanas de Lisboa, Porto e Madrid. Aí situam-se importantes infraestruturas culturais, sendo de assinalar o Centro Cultural Raiano, que tem um papel na programação cultural do município, e o Centro de Artes Tradicionais, criado pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova nos anos de 1990 para institucionalizar as práticas artesanais do território. Idanha-a-Nova é ainda palco de eventos culturais como o *Boom Festival*, o *Fora do Lugar – Festival Internacional de Músicas Antigas*, que tem o apoio do

Município e da DGARTES, e o Ecofestival Salva a Terra. São ainda várias as festividades tradicionais que continuam a acontecer no território, sendo de sublinhar a romaria de Nossa Senhora do Almutão, uma das maiores e mais antigas celebrações religiosas da Beira Baixa, e outras festividades da Semana Santa e do período de Páscoa<sup>21</sup>. Estas dinâmicas, “que acabaram por sedimentar a riqueza musical” (Gonçalves & Alexandre, 2023, p. 16) do território, contribuíram para a atribuição, no ano de 2015, do título de Cidade Criativa da Música pela UNESCO a Idanha-a-Nova, após uma candidatura que teve no adufe a sua imagem (figura 6). Idanha-a-Nova tornou-se assim o primeiro território da ruralidade a fazer parte da Rede das Cidades Criativas da UNESCO.



**Figura 6.** Obra alusiva ao título de Idanha-a-Nova enquanto Cidade Criativa da Música da UNESCO, localizada no Largo Municipal, Idanha-a-Nova.  
Fonte: Diário Digital Castelo Branco, 2021

Mais recentemente, o concelho passou ainda a acolher os Encontros MED e a Festa do Adufe, ambos realizados na aldeia de Monsanto. O primeiro é um encontro dedicado ao património musical de raiz mediterrânica que une artistas, investigadores e a comunidade local em sessões públicas. A Festa do Adufe, organizada pelas Adufeiras de Monsanto, pela Cooperativa d’Alegria e por Rui Silva, é um evento que junta anualmente adufeiras, artesãos, comunidades locais e visitantes em sessões formais e informais de aprendizagem do toque, das cantigas e da construção do instrumento. Monsanto é ainda parte do Geoparque Naturtejo da UNESCO e da rede de Aldeias Históricas de Portugal, à qual se junta ainda a aldeia de Idanha-a-Velha.

Em termos populacionais, o concelho revela uma tendência de decréscimo, contabilizando um total de 8355 habitantes à data do último recenseamento populacional, menos 1361 face ao

---

<sup>21</sup> Neste âmbito, a Câmara Municipal edita a revista “Mistérios da Páscoa em Idanha”, que reúne o programa de atividades e celebrações religiosas que têm lugar no período de Páscoa em todo o concelho.

ano de 2011 (INE, 2021). A faixa etária predominante é a dos 70-79 anos, o que permite concluir que a população do território é muito envelhecida. No entanto, é sobretudo entre as mulheres mais velhas que ainda permanece vivo o repertório e o toque do adufe (Cohen, 2008), que sempre foi, até aos dias de hoje, feminino na sua essência (Cohen, 2008; Silva, 2011). Deve referir-se que na tradição oral o ritmo que o adufe produz não existe de forma isolada, sem relação com o cântico (Silva, s.d.b), pelo que as duas manifestações culturais ficam dissolvidas entre si.

Na Beira Baixa o toque do adufe e as cantigas que o acompanham, a par com o grosso da tradição musical desta região, são tradicionalmente práticas de grupo (Cohen, 2008) com “um misto de influências religiosa e pagã”<sup>22</sup> (Gonçalves & Alexandre, 2023, p. 16). Assim, estes associam-se, por um lado, a romarias e festividades religiosas (Dias, 2011) e, por outro, a cerimónias de carácter profano, como os rituais de fertilidade (Cohen, 2008; Dias, 2011; Oliveira, 2000). Há ainda uma relação muito forte do adufe com a jornada de trabalho (Dias, 1971). No entanto, embora os usos e costumes associados ao instrumento sejam semelhantes, o toque, movimentação e, como tal, a sonoridade do adufe variam de região para região, mesmo entre as freguesias do concelho de Idanha-a-Nova.

No que à transmissão desta prática diz respeito, esta fazia-se tradicionalmente por via oral e de forma intergeracional, num processo em que as avós ensinavam as filhas e as netas o cancionero e o toque do adufe (Cohen, 2008; Silva, 2011). Por essa razão, este instrumento é reconhecido por várias adufeiras da região como uma forma de representação dos seus antepassados, que lhes deixaram um legado que procuram manter<sup>23</sup>.

O adufe surge ainda associado a processos de folclorização, ou seja, de “institucionalização de práticas performativas tidas por tradicionais” (Castelo-Branco & Branco, 2003, p. 1), que se iniciou no final dos anos trinta do século passado em Portugal. Nesta lógica, o instrumento surge na eleição de Monsanto como “a aldeia mais portuguesa de Portugal”, resultado de um concurso organizado pelo Secretariado de Propaganda Nacional em 1938. Este visava premiar

---

<sup>22</sup> O adufe (e o pandeiro) não está intrinsecamente ligado à religião. Embora essa seja a sua principal conotação na Beira Baixa, o facto é que na região do Alentejo, Trás-os-Montes e em alguns territórios espanhóis de fronteira o adufe associa-se a ambientes mais populares e festivos (Dias, 2010), produzindo ritmos mais rápidos e menos repetitivos do que aqueles que frequentemente se registam na Beira Baixa.

<sup>23</sup> A propósito, Rui Silva recolhe o testemunho de um dos membros do grupo Adufeiras de Monsanto, Amélia Fonseca, que refere que “Nós não somos mais do que ninguém, limitamo-nos a fazer aquilo que fazemos, bem feito, porque trabalhamos muito para o fazer bem feito e com dignidade, de maneira a que quando estamos no palco estamos a representar os nossos antepassados, estamos a representar uma época, e, fazemo-lo com toda a dignidade, com a mesma dignidade com que eles nos deram esse legado e é com essa dignidade que queremos continuar a cantar” (<https://adufes.com/website/beira-baixa/> , última consulta em 03/09/2025).

a aldeia com maior interesse etnográfico e folclórico, aqui entendida como a que mantivesse ainda traços de “portugalidade” e primitivismo nos seus usos e costumes (Félix, 2003). Enquanto símbolo da ancestralidade e religiosidade, em parte revisto na imagem das adufeiras (Dias, 2011), Monsanto materializava assim os conceitos de base do Estado Novo (Félix, 2003). Desta eleição (e do concurso no geral) resultaram ainda inúmeras recolhas por via de cancioneiros de música tradicional na região da Beira Baixa, de entre os quais figuram importantes cantigas que têm no adufe o seu instrumento de acompanhamento por excelência. De entre esses cancioneiros destaca-se “A Canção Popular Portuguesa” de Lopes-Graça, editada ainda nos anos 1950 e o “Cancioneiro Popular Português” de Lopes-Graça e Michel Giacometti (Gonçalves & Alexandre, 2023).

No que respeita à construção do adufe, esta caracteriza-se por ser uma prática artesanal tradicional que, de acordo com o que se sabe em relação às suas origens, tem um carácter popular (Dias, 2011), e é aptidão de um número limitado de indivíduos que fazem dela o seu modo de vida, por sua vez apreendido por meio de transmissão geracional. Na filmografia de Michel Giacometti estão registados, para além das técnicas de toque do adufe, alguns pormenores da sua construção, recolhidos durante a década de sessenta do século XX no concelho de Idanha-a-Nova. Num destes trabalhos é possível observar um artesão residente no Rosmaninhal, José Carvalho, a construir o instrumento (Giacometti, 1972), seguindo procedimentos semelhantes aos que continua a seguir o seu conterrâneo e, segundo o próprio, único construtor de adufes que ainda segue os modos de produção tradicionais<sup>24</sup>, José Relvas. O artesão constrói adufes desde os seus dez anos por legado do seu pai e avô e ainda se mantém em atividade no seu atelier na vila de Idanha-a-Nova.

A revista cultural do município, que dá pelo nome *Adufe*, assim como o trabalho de investigação de Rui Silva, compilam nomes de outros artesãos que, embora recorram a técnicas diversas, também se encontram em atividade no território: Maria José Caroço, que trabalha no Centro de Artes Tradicionais desde a sua criação, em conjunto com duas adufeiras mais jovens que com ela aprenderam; Maria de Fátima Silva, com o seu projeto Adufartes; Maria Amélia Fonseca, que é também adufeira; Maria Alice Gabriel e Rui Mendonça.

Embora a construção e o toque do adufe não se cinjam apenas ao contexto rural e à Beira Baixa, é no concelho de Idanha-a-Nova que existe ainda um grande número de grupos populares que usam o instrumento nas suas práticas: as Adufeiras de Monsanto, as de Idanha-a-Nova e as das Soalheiras, e ainda a Filarmónica Idanhense, para além dos vários Ranchos Folclóricos e

---

<sup>24</sup> Informação obtida por meio de entrevista exploratória realizada em novembro de 2023.

Grupos de Cantares existentes nas aldeias de Segura, Toulões, Zebreira e São Miguel de Acha, esta última um território privilegiado das recolhas musicais de Fernando Lopes-Graça no seu périplo pela Beira Baixa (Weffort, 2023). Para além disso, regista-se ainda a existência de organizações e instituições de defesa e proteção das práticas associadas ao adufe, tais como a Associação de Defesa do Património Cultural e Natural de Penha Garcia, a Associação de Defesa do Património Cultural de São Miguel de Acha (ADEPAC), a Modas e Adufes em Proença-a-Velha ou o já mencionado Centro de Artes Tradicionais, em Idanha-a-Nova.

É também na região da Beira Baixa que se regista o maior número de entradas para o termo “adufe” em inventários digitais de manifestações patrimoniais de carácter imaterial. Embora o inventário de património imaterial oficial português não apresente qualquer resultado, existem alguns registos localizados no site do inventário Memóriamedia e, em especial, no site do projeto “A Música Portuguesa a Gostar dela Própria”, que se tem destacado na recolha e documentação de práticas, sobretudo musicais, da cultura popular. No primeiro caso, registaram-se doze entradas para o termo “adufe”, sendo que duas delas remetem para o toque do instrumento e uma delas para a construção, neste caso pelas mãos de José Relvas. No caso da MPAGDP, são quarenta e seis as referências ao adufe, sendo que catorze são recolhas efetuadas na Beira Baixa (das quais seis no concelho de Idanha-a-Nova). Estas representam diferentes formas de tocar e acompanhar o som deste instrumento, bem como histórias que são contadas por adufeiras e contextualizam os usos e o valor pessoal do adufe para as pessoas da região<sup>25</sup>.

### **3.3. O adufe na Beira Baixa hoje**

Atualmente, o adufe não é usado exclusivamente em contexto rural ou em celebrações religiosas, nem é tocado apenas pelas mãos de mulheres mais velhas e transmitido de geração em geração, como, aliás, deixam notar as recolhas efetuadas pela MPAGDP. Desde os anos de 1970, após o uso do adufe nas canções de intervenção de Zeca Afonso, o instrumento começou a ser usado de forma crescente por artistas dos mais variados contextos, com ou sem o acompanhamento destas adufeiras. Como refere Judith Cohen (2008), esta tradição está a ser transferida para o palco do concerto, e hoje facilmente se encontram grupos musicais que têm

---

<sup>25</sup> Neste caso, destaca-se o vídeo realizado em 2019, na aldeia de Oledo, concelho de Idanha-a-Nova, onde se pode ouvir Maria José, adufeira, dizer “Depois eu fui para o Porto servir, tinha doze anos quando fui, e depois lá comprei um adufe e andava sempre lá a tocá-lo dentro da casa da patroa... pequenino assim. Eu gostava muito de adufe.” (<https://amusicaportuguesaagostardelapropria.org/map>, última consulta em 13/08/2025).

no adufe o seu elemento principal, quer produzindo “música tradicional reinventada em contexto urbano” (Silva, 2011), quer aliando o som deste instrumento a ritmos modernos, como o *pop* ou a eletrónica.

Da mesma forma, o adufe também já não é construído seguindo sempre um mesmo modelo “tradicional”, e nos últimos anos surgiram várias formas novas de produzir este instrumento. Neste caso, vale salientar, entre outros, o trabalho de Rui Silva, que introduziu uma técnica de construção que incorpora no instrumento um sistema de afinação, algo que não é concebível em adufes produzidos de forma tradicional.

Estas inovações, a par com outras dinâmicas como, por exemplo, o turismo, acompanham duas tendências discursivas na região. Se por um lado há quem veja na inovação uma forma de recuperar uma tradição em vias de desaparecimento, por outro ela suscita receios de ver o adufe perder a sua autenticidade<sup>26</sup>. Judith Cohen, no trabalho de campo que efetuou em territórios raianos nos quais o adufe tem considerável expressão, dá voz a algumas destas preocupações, ao referir que “quando o adufe se transforma num símbolo, com considerável controlo masculino transferido da igreja para o palco, não posso senão questionar para onde foram as fortes vozes das mulheres”<sup>27</sup> (2008, p. 119).

---

<sup>26</sup> Informação obtida por meio de entrevistas exploratórias realizadas em novembro de 2023.

<sup>27</sup> No original “when the *adufe* becomes a symbol, with considerable male control transferred from the church to the stage, I cannot but wonder where the strong women’s voices have gone.” Tradução livre.



## Capítulo 4. Metodologia adotada

Para alcançar os propósitos do presente estudo, que privilegia a análise de um caso específico, optou-se por recorrer a uma metodologia qualitativa, uma vez que esta permite mobilizar variados instrumentos de recolha de dados que contribuem para alcançar um maior grau de profundidade da informação (Babbie, 2013) e, assim, favorecer uma análise mais ampla e detalhada do fenómeno social na complexidade que lhe é inerente (Martins, 2004).

Contudo, porque uma metodologia qualitativa produz conclusões que resultam da interpretação subjetiva do investigador, colocando em causa a fiabilidade dos resultados (Ibid), a presente dissertação propõe-se não só a realizar uma descrição minuciosa de todo o processo de investigação, promovendo um juízo informado acerca das conclusões do estudo (Coutinho, 2023), como opta pela triangulação da análise (Coutinho, 2023; Creswell, 1994; Dewalt & Dewalt, 2002; Meirinhos & Osório, 2010). Neste sentido, recorreu-se a várias fontes de informação e métodos de pesquisa, que não só garantiram que as conclusões passaram por um conjunto de confirmações diversificadas, como também permitiu um melhor balanço entre as suas respetivas forças e as fraquezas. Esses métodos, assim como a descrição dos procedimentos de amostragem, são explicitados após a apresentação do modelo analítico que se propôs adotar.

### 4.1. Modelo analítico

Como referem Campenhoudt, Marquet e Quivy (2017), as perspetivas e ideias geradas a partir da revisão bibliográfica e da definição da problemática devem ser traduzidas numa linguagem que permita passar à fase da observação. Esta linguagem consiste na definição de um modelo analítico, que parte dos conceitos definidos previamente para estabelecer dimensões de análise e respetivos indicadores (Campenhoudt et al., 2017).

Para responder à questão de partida optou-se, assim, por seguir o modelo de análise que se apresenta abaixo (Quadro 1) e que, pela natureza qualitativa do estudo, foca particularmente em perceções e interpretações das entidades abordadas no processo de recolha dos dados (Babbie, 2013).

**Quadro 1. Modelo Analítico**

<b>Dimensão de análise</b>	<b>Indicadores</b>
Valorização patrimonial	Perceções sobre a inovação nas manifestações patrimoniais associadas ao adufe
	Perceções sobre a importância de salvaguardar as manifestações patrimoniais associadas ao adufe
	Sentimentos de identidade e pertença associados ao adufe (expressões de orgulho, histórias associadas, etc.)
Envolvimento da comunidade	Diversidade de manifestações que a comunidade considera relevantes para a preservação do adufe
	Iniciativas dedicadas ao adufe organizadas pelas comunidades com ou sem o apoio autárquico
	Número de associações e grupos informais de defesa do património cultural no concelho (que incluem a proteção das manifestações associadas ao adufe na sua missão)
	Reconhecimento mútuo entre discurso oficial e discurso da comunidade
	Grau de satisfação das comunidades em relação ao seu papel nas iniciativas de valorização do adufe existentes
	Perceções sobre o grau de envolvimento das comunidades na valorização do adufe
Papel das autoridades públicas	Missão das autoridades públicas na valorização do património cultural do concelho
	Perceções das autoridades públicas sobre o envolvimento da comunidade na valorização do adufe
Papel do conhecimento dos especialistas	Perceções sobre a necessidade do conhecimento técnico dos especialistas e da investigação académica
	Envolvimento de definições técnicas de património cultural e de conhecimentos teóricos nos discursos sobre a salvaguarda do adufe
	Envolvimento de músicos profissionais e especialistas nos eventos/ iniciativas sobre o adufe
Impactos da participação na valorização patrimonial	Perceções sobre as vantagens de incluir as comunidades no processo de valorização do adufe
Barreiras à participação	Perceções sobre impedimentos à participação das comunidades na gestão patrimonial

## **4.2. Métodos de recolha dos dados**

### **4.2.1. Revisão de literatura**

O primeiro passo para a presente dissertação baseou-se numa exploração bibliográfica, que forneceu ideias iniciais para a investigação a desenvolver e que se realizou inicialmente a par com entrevistas exploratórias, levadas a cabo no âmbito de uma investigação prévia sobre o saber-fazer da construção do adufe na região da Beira Baixa. Esta fase constitui o que Campenhoudt, Marqet e Quivy (2017) designam como a segunda etapa do processo de pesquisa – a exploração.

Uma vez decidido o tema específico a abordar, a questão de partida a responder e a problemática a adotar, e porque nenhum trabalho académico é produzido num vazio teórico e metodológico, a revisão bibliográfica realizada posteriormente providenciou o estado da arte, bases teóricas para formular as hipóteses de investigação (Coutinho, 2023; Ocaña-Fernandéz & Fuster-Guillén, 2021) e procedimentos metodológicos sugeridos (Coutinho, 2023). Neste sentido, efetuou-se uma pesquisa em repositórios de dissertações académicas e em bibliotecas físicas e digitais de artigos, livros e revistas científicas nacionais e internacionais sobre património cultural, participação/ governança, gestão participada do património cultural, com foco no contexto português, e investigação no seio das ciências sociais. Porque esta dissertação recorre ao estudo de caso, que, enquanto método de investigação carece de uma contextualização, efetuou-se ainda uma pesquisa bibliográfica sobre a presença do adufe na tradição musical da região da Beira Baixa, encontrada com particular frequência, mas não exclusivamente, no âmbito de teses de mestrado (Dias, 2011; Molina, 2006; Silva, 2011).

### **4.2.2. Análise de fontes primárias**

Para a realização desta dissertação, foi ainda analisada legislação nacional e internacional relativa à proteção do património cultural e outros documentos que revelam a presença do adufe na região de Idanha-a-Nova, que se afiguram como importantes contributos para analisar a participação da comunidade local na valorização deste instrumento.

Uma vez que o estudo de caso recorre frequentemente a uma diversidade de fontes primárias/ documentais, o que possibilita o cruzamento dos dados recolhidos com material já produzido noutros contextos (Calado & Ferreira, 2005; Meirinhos & Osório, 2010), optou-se ainda por recorrer a entrevistas realizadas a adufeiras e artesãos – quer em contexto exploratório

pela investigadora, quer por meios de comunicação locais<sup>28</sup> disponíveis *online* –, documentos disponibilizados no *website* do Município de Idanha-a-Nova e diferentes edições da revista *Adufe*. Foram ainda consultados material de arquivo e inventários digitais de património cultural imaterial – MPAGDP, Memóriamedia e MatrizPCI. Foi dada particular ênfase ao material recolhido a propósito da candidatura de Idanha-a-Nova à Rede de Cidades Criativas da UNESCO. Esta escolha deveu-se à relevância que o adufe teve neste processo de candidatura, que, não se tratando exclusivamente de um procedimento de patrimonialização do instrumento, veio a constituir-se como um momento de relevo para o seu reconhecimento ao nível internacional.

O recurso a estas fontes primárias permitiu não só complementar a informação obtida pelos restantes métodos de recolha de dados (Calado & Ferreira, 2005), como também economizar tempo com a realização de entrevistas adicionais (Quivy & Campenhoudt, 2017).

#### **4.2.3. Entrevistas semiestruturadas**

Por se pretender obter informação detalhada sobre o tópico em análise no contexto escolhido, optou-se ainda pela realização de entrevistas semiestruturadas. Assim, foi desenvolvido um plano geral de questões, sem uma ordem pré-definida, o que permitiu, por um lado, dar liberdade de resposta ao entrevistado ao mesmo tempo que, por outro, lhe impôs um quadro de referência (Anexo A). Tal foi necessário para orientar as entrevistas no sentido de obter respostas às questões de investigação previamente definidas (Ghiglione & Matalon, 2001), bem como para possibilitar um grau de comparação analítica entre as respostas fornecidas nas diferentes entrevistas (Babbie, 2013; Coutinho, 2023; Dewalt & Dewalt, 2002). As questões foram, assim, estruturadas no sentido de recolher perspetivas sobre: 1) os valores atribuídos a este bem patrimonial, 2) o conceito de gestão participada, 3) os principais atores envolvidos na valorização do adufe na região da Beira Baixa, 4) os níveis de participação das comunidades detentoras, 5) as vantagens atribuídas a essa participação, bem como 6) os desafios ao envolvimento comunitário neste processo.

Reconhecendo que não é objetivo fazer generalizações a partir dos resultados obtidos no âmbito do estudo de um caso particular (Babbie, 2013; Vaus, 2001), não se procurou constituir uma amostra com base em critérios de representatividade da população, mas sim tendo em conta a sua adequação aos objetivos e ao contexto da investigação (Ghiglione & Matalon, 2001).

---

<sup>28</sup> As entrevistas consultadas foram realizadas pela Beira Baixa TV durante a Feira Raiana de 2024, em Idanha-a-Nova.

Assim, foram selecionados indivíduos que, “pela sua posição, ação ou responsabilidades, têm um bom conhecimento do problema” (Campenhoudt et al., 2017, pp. 71-72), mas que, ao mesmo tempo, representam diferentes tipos de relação com o adufe, de modo a garantir que os membros se distinguem entre si em termos de questões relevantes para a pergunta de partida (Babbie, 2013). Neste sentido, foi escolhido um membro da Divisão de Educação, Ação Social, Cultura, Turismo, Desporto e Tempos Livres da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, em representação dos procedimentos mais formais e institucionalizados de valorização patrimonial na região (doravante designado por E1) e um artesão, músico e investigador das tradições musicais do adufe, que configura uma relação mais quotidiana com o instrumento ainda que, simultaneamente, um conhecimento técnico que não se encontra geralmente no seio dos tradicionais grupos de cantares e de adufeiras (doravante designado por E2). Ambas as entrevistas tiveram lugar no mês de março de 2025.

Para facilitar o manuseamento da informação recolhida e a posterior interpretação dos dados (Costa, 2014), as entrevistas foram gravadas, com o devido consentimento, e transcritas *ipsis verbis*, o que permitiu a identificação de repetições temáticas e de formas de estruturação do discurso (Bardin, 2016).

#### **4.2.4. Grupo focal**

Procurou-se complementar os dados recolhidos por meio das entrevistas com a realização de um grupo focal, que teve lugar na ADEPAC, na aldeia de São Miguel de Acha, no dia 14 de abril de 2025, e que teve a duração de cerca de uma hora e meia. A escolha deste método para a triangulação dos dados deveu-se à necessidade de apoiar o conteúdo das respostas dos participantes com as interações estabelecidas entre eles (Coutinho, 2023; Sagoe, 2012), assim como com as pistas não-verbais e com os sentimentos, emoções e crenças dos envolvidos (Sagoe, 2012), que se conseguem analisar mais facilmente neste caso (Masadeh, 2012).

O procedimento de amostragem baseou-se nos mesmos preceitos que foram descritos para as entrevistas individuais, com a consideração adicional de que o grupo escolhido não poderia ser excessivamente heterogéneo, para garantir a existência de uma relação clara de todos com o adufe, nem demasiado homogéneo, por forma a assegurar a representação de um leque de perspetivas variado (Masadeh, 2012). Do mesmo modo, teve-se em conta que o número de participantes não poderia ser muito elevado, para permitir dar voz a todos, nem muito pequeno, sob pena de não se distinguir, em termos dos resultados obtidos, de uma entrevista individual (Merton et al., 1990, apud Masadeh, 2012). Assim, participaram neste encontro um membro da Junta de Freguesia de S. Miguel de Acha, com formação académica e funções no âmbito do

património cultural (GF1), um músico profissional e membro da Filarmónica Idanhense, com responsabilidade sobre um projeto de ensino do adufe a crianças e jovens do concelho<sup>29</sup> (GF2) e uma tese de doutoramento desenvolvida sobre o adufe, um elemento da ADEPAC (GF3) e ainda uma adufeira do Grupo de Cantares Tradicionais de S. Miguel de Acha (GF4). Acreditando-se no potencial de incluir mais participantes, na esteira do que é mencionado frequentemente na literatura académica sobre o tópico (Babbie, 2013; Coutinho, 2023; Guest et al., 2017; Gundumogula, 2020), foram ainda contactados integrantes dos grupos Modas e Adufes, Adufeiras e Rancho Folclórico de Idanha-a-Nova, bem como da Associação de Defesa do Património Cultural e Natural de Penha Garcia. No entanto, não foi obtida qualquer resposta por parte destes últimos.

Para facilitar a interação, a discussão foi desenvolvida com base num guião com questões semiestruturadas (Smithson, 2008), divididas em dois tipos: por um lado, questões introdutórias e gerais, de modo a criar um ambiente confortável e a potenciar liberdade de intervenção para os participantes e, por outro, questões apresentadas sob a forma de cenários (Anexo B). No final do encontro, foi distribuído um questionário em papel com algumas opções de medidas a tomar para valorizar o adufe, intencionalmente pensadas para refletir graus diferentes de envolvimento das comunidades detentoras (Anexo C). Dessa forma, foi possível colocar os participantes perante possibilidades concretas para a valorização do adufe e a partir daí recolher as respetivas perspetivas e opiniões.

Tal como com as entrevistas, o encontro foi registado em áudio e posteriormente transcrito. Foi ainda desenhada uma grelha de observação, onde constam notas sobre as dinâmicas e interações entre o grupo, bem como sobre as perceções e dificuldades sentidas pela investigadora no processo (Anexo D).

#### **4.2.5. Observação participante**

Para promover a validade ecológica do estudo, ou seja, para recolher contributos o mais próximos possível do que acontece efetivamente no quotidiano do contexto em questão (Babbie, 2013; Dewalt & Dewalt, 2002; Campenhoudt et al., 2017), o que muitas vezes não é fácil de obter por via de outros métodos de recolha de dados, optou-se ainda por proceder a uma observação participante na Festa do Adufe, que teve lugar na aldeia de Monsanto entre os dias 1 e 4 de maio de 2025 (Anexo E). Deste modo, foi possível identificar eventuais contradições

---

<sup>29</sup>[https://idanhense.wixsite.com/adufando?fbclid=IwAR2\\_kDYQ0Xrrx57JCBaHsXwy21CZCMzsux-HQ3b6G095j9VcgijwxYK5kQA](https://idanhense.wixsite.com/adufando?fbclid=IwAR2_kDYQ0Xrrx57JCBaHsXwy21CZCMzsux-HQ3b6G095j9VcgijwxYK5kQA). Última consulta em 23/04/2025.

entre, por um lado, o discurso, como captado através de entrevistas, do grupo focal e da análise documental, e, por outro, a prática. Acredita-se ainda no potencial deste método para recolher dados no âmbito específico do tema de investigação, uma vez que este permite aceder a dimensões importantes das manifestações patrimoniais, tais como a performativa e a simbólica.

Reconhecendo que são vários os contextos e os territórios onde era possível proceder a esta observação, a decisão de o fazer na Festa do Adufe justifica-se essencialmente porque se acredita que o evento reúne um conjunto de condições importantes para a análise de uma potencial gestão participada do adufe, nomeadamente porque se trata de uma iniciativa organizada por entidades externas à autarquia e conta com a participação do grupo local de adufeiras. Para além disso, o evento apresenta uma programação exclusivamente dedicada às manifestações patrimoniais associadas ao adufe, reunindo pessoas de todo o país com interesse particular neste instrumento. Adicionalmente, foi possível à investigadora envolver-se como participante nas atividades programadas, que incluem aulas de canto, toque e construção do adufe com músicos, especialistas e adufeiras e, assim, apreender aspetos tácitos do contexto (Dewalt & Dewalt, 2002). Por fim, a escolha justifica-se com o facto de a Festa do Adufe ter sido criada para coincidir com um evento inerente à vida cultural da comunidade da aldeia de Monsanto – a Festa da Divina Santa Cruz, uma festividade religiosa que ainda hoje se celebra no terceiro dia do mês de maio com uma subida ao castelo ao som dos adufes.

Esta observação foi levada a cabo com o apoio de um diário de campo (Anexo F), onde se descreveram os acontecimentos e se captaram sensações e dificuldades no processo, e de grelhas de observação estruturadas (Anexo G) desenvolvidas para cada uma das sessões constantes no programa da Festa do Adufe. Nelas procurou-se captar aspetos como o ambiente, a liderança e os elementos decisivos nas sessões e as interações verbais e não verbais observadas durante e após as mesmas. Uma vez que a observação participante não favorece o controlo do contexto de pesquisa por parte do investigador (Dewalt & Dewalt, 2002), optou-se por levar a cabo, simultaneamente, entrevistas informais, onde se procurou desenvolver conversas com os participantes no sentido de as direcionar para aspetos importantes da questão de partida da investigação (Ibid).



## PARTE II – A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NA VALORIZAÇÃO DO ADUFE DA BEIRA BAIXA

### Capítulo 5. Adufe na Beira Baixa: identidade e valores

Como já foi referido, uma análise do envolvimento e participação na gestão e valorização do adufe da Beira Baixa implica, desde logo, uma identificação de todos os seus *stakeholders* (Conforti et al., 2015; Foroughi et al., 2023; Häyrynen, 2018; Heras et al., 2018; Macedo, 2021; Pettinati et al., 2024; Soininen, 2018), ou seja, de todos aqueles que mantêm com o adufe uma relação de proximidade e que, por essa razão, lhe atribuem valor e são afetados pelas decisões que são tomadas relativamente à sua gestão. Este reconhecimento é um passo fundamental para recolher perspetivas e, desta forma, perceber quais os significados atribuídos ao adufe na Beira Baixa e, neste caso concreto, no concelho de Idanha-a-Nova. Assim, é possível relacionar *a posteriori* o conteúdo deste património com as formas que caracterizam a sua gestão e, desta maneira, proceder a uma avaliação crítica e rigorosa da mesma.

Mapeados os principais intervenientes, que incluem os tradicionais agentes de decisão sobre o património cultural, tais como os especialistas, profissionais e autoridades públicas locais (Smith, 2006), mas também as comunidades detentoras responsáveis pelos processos de transmissão e pela continuidade das práticas, exploraram-se então manifestações de identidade e pertença associadas ao adufe. Nesse âmbito, auscultaram-se perceções sobre a importância de salvaguardar as práticas associadas ao adufe e sobre as inovações surgidas nos seus modos de construção e de percussão. Embora o propósito primário da presente dissertação não seja o de aferir os valores que as comunidades locais associam ao adufe, o que seria, aliás, um processo não alheio a dificuldades metodológicas específicas (Low, 2002; Mason, 2002), as respostas recolhidas contribuíram com pistas nesse sentido, que aqui se encontram sistematizadas (Quadro 2). A interpretação que se apresenta combina os dados obtidos por meio de todos os instrumentos de recolha a que se recorreu neste trabalho de investigação. O recurso, nesta análise, às tipologias de valores de Mason (2002) e de Throsby (2002) justifica-se pelo facto de estes investigadores terem compilado num modelo contribuições de vários autores que refletem sobre a presença dos valores na definição do património cultural desde as primeiras discussões sobre o tema no seio da investigação académica.

**Quadro 2.** Os valores associados ao adufe no concelho de Idanha-a-Nova

Categoria de valor (Mason, 2002; Throsby, 2002)	Referências nos dados recolhidos
Histórico	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Referência à antiguidade das práticas de toque e construção do adufe;</li> <li>- Alusão a personalidades que constroem e tocam (ou tocavam) o instrumento na região (Catarina Chitas e José Relvas);</li> <li>- Referências à relação histórica do adufe com os territórios de fronteira.</li> </ul>
Cultural/ Simbólico	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Referências constantes ao adufe enquanto símbolo da identidade territorial e como “ícone” do município (e, como tal, enquanto símbolo adotado na heráldica e na candidatura da UNESCO);</li> <li>- Referências à presença do adufe na infância de alguns dos entrevistados;</li> <li>- Alusão ao cancionero tradicional enquanto parte de um “legado familiar”;</li> <li>- Referência ao adufe como parte de uma “herança cultural”;</li> <li>- Menção a um registo de perda que se faz sentir, sobretudo no toque e reprodução dos grupos tradicionais;</li> <li>- Referências ao adufe como símbolo de orgulho, honra e identidade familiar;</li> <li>- Alusão às “pessoas” como sendo a “força do adufe”.</li> </ul>
Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Menção às festividades que ainda são celebradas pelas comunidades no concelho de Idanha-a-Nova;</li> <li>- O papel do elemento feminino nos grupos de toque de adufe e a contestação da presença masculina – elemento de dissonância;</li> <li>- Referência aos grupos de mulheres que se uniam à porta de casa para tocar em conjunto;</li> <li>- O adufe como elemento que une as pessoas e, como tal, enquanto forma de combate ao isolamento e aos sentimentos de solidão;</li> <li>- Relação entre o adufe e a coletividade.</li> </ul>
Religioso/ Espiritual	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Menção à presença do adufe nas festividades religiosas das comunidades no concelho de Idanha-a-Nova;</li> <li>- O toque do adufe como uma forma de “chamamento” e relação com a “ancestralidade”;</li> <li>- O toque do adufe como forma de provocar “algo espiritual” e que “eleva”;</li> <li>- Referência à música tradicional tocada pelos grupos tradicionais como algo que se vive e se sente.</li> </ul>
Económico (valor de mercado/ uso)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Referência à presença do adufe em festivais e programas televisivos de divulgação do território.</li> </ul>
Económico (valor de não-uso)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- As referências ao adufe na sua qualidade de elemento performativo;</li> <li>- A presença do adufe em contexto de trabalho;</li> <li>- A inovação (nos modos de produção e no cruzamento com a música contemporânea) vista enquanto forma de garantir a continuidade do toque e da construção do adufe ou, pelo contrário, enquanto forma de desvirtuar o tradicional toque do adufe – elemento de dissonância;</li> <li>- Referência ao ato de tocar adufe como forma de aliviar o stress.</li> </ul>

A análise dos dados recolhidos indica que as relações que se estabelecem com o adufe nesta região são de vária ordem. Desde logo, menciona-se com frequência as origens e a história deste instrumento, bem como a sua longa e antiga presença neste território:

“o adufe ficou reservado quase numa cápsula que chegou aos nossos dias, neste território específico [Idanha-a-Nova]”.

[GF 1]

No mesmo sentido, são referidas por quase todos os entrevistados as figuras de Catarina Chitas, adufeira de Penha-Garcia e presença regular em material etnográfico recolhido na zona, e José Relvas, construtor de adufes por transmissão familiar ainda em atividade na vila de Idanha-a-Nova.

O valor de antiguidade do adufe é reconhecido em paralelo com os usos que tradicionalmente lhe estão associados: a construção comunitária e a religião. Neste sentido, falar do adufe significa, sobretudo para quem toca este instrumento, falar das festividades e tradições religiosas que continuam a marcar o compasso destas comunidades. Nesse contexto religioso ou fora dele o adufe continua também a ser associado ao toque e canto em grupo, bem como a uma tradição de base feminina. No entanto, as disputas sobre o “género” que melhor representa a prática do adufe constituem-se como um ponto de análise para refletir sobre a dissonância inerente à definição de património (Graham & Howard, 2008; Kisic, 2018; Robertson, 2008; Smith, 2006; Waterton & Watson, 2015; Watson & González-Rodríguez, 2015). Se a alegação de que o toque do adufe está associado ao elemento feminino é a mais recorrente, quer na literatura (Cohen, 2008; Dias, 2011), quer empiricamente por meio deste trabalho de investigação, ela não é a única interpretação possível. Prova disso é a afirmação de um dos elementos participantes no grupo focal, que declara que a associação entre a mulher e o adufe é uma “historieta de historiadores” (GF2), que coloca em causa a continuidade do toque do instrumento.

A inovação, que se tem verificado no âmbito da produção e do toque do adufe, é outra dimensão de dissonância. Se os músicos e profissionais se referem a ela como um aspeto inerente à vida deste instrumento e fundamental para a sua reprodução, as adufeiras e os artesãos mais velhos mostram-se mais descrentes (GF4), referindo-se à inovação como uma forma de desvirtuar o instrumento e a sua história. GF3 declara, por exemplo que se se apresentar aos habitantes da aldeia um adufe que não seja produzido com pele, “ninguém quer”. José Relvas, por sua vez, intitulado-se como o único construtor de adufes que ainda o faz na sua forma

tradicional, critica os modos de construção do Centro de Artes Tradicionais que, por recorrer a peles sintéticas e agrafos, está, nas suas palavras, apenas a alimentar uma produção em massa moldada à procura turística<sup>30</sup>.

A atitude de descrença face à inovação é reconhecida também no seio institucional, na medida em que:

“(...) esta apropriação continua a ser, em muitos momentos, vista como uma espécie de desvirtuar, algo que vai ultrapassar os processos tradicionais (...)”.

[E1]

Os elementos mencionados com mais frequência e, simultaneamente, mais transversais a todos os depoimentos recolhidos, são aqueles que remetem para o valor cultural e simbólico que o adufe representa. São particularmente recorrentes as alusões ao toque, construção e repertório enquanto símbolos de identidade, legado e herança, sobretudo entre aqueles que cresceram e ainda habitam o território. Nesses casos, a relação com a infância e a imagem das adufeiras a tocar o instrumento à porta de casa estão muito presentes.

Os dados recolhidos permitem ainda separar a natureza identitária do adufe em duas categorias, consoante a sua esfera de construção: por um lado, as identidades pessoal e familiar, que dizem respeito ao valor do adufe enquanto elemento representativo de uma “honra” ou “orgulho”<sup>31</sup> e de ligação afetiva a um passado familiar e a uma continuidade geracional, respetivamente; por outro, a identidade territorial, na medida em que o instrumento, bem como os grupos de adufeiras, são mencionados como parte da identidade cultural do território ou como o “ex-libris de Idanha”<sup>32</sup>. Se a relação entre o adufe e o território é mais frequentemente destacada nos discursos dos representantes de autoridades públicas da região, verifica-se que as dimensões pessoal e familiar surgem nas declarações de todos os intervenientes como elementos relevantes da formação identitária, embora se destaque com particular ênfase no seio da comunidade de adufeiros/as<sup>33</sup>.

---

<sup>30</sup> Informação obtida em entrevista exploratória realizada a José Relvas em novembro de 2023.

<sup>31</sup> [https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch\\_permalink&v=3727043407533569](https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=3727043407533569) (última consulta no dia 14/08/2025)

<sup>32</sup> <https://www.facebook.com/beirabaixatv/videos/1530739767879841> (última consulta no dia 14/08/2025)

<sup>33</sup> Neste contexto, realçam-se as referências constantes por parte da adufeira entrevistada em sede de grupo focal a elementos da sua família que tocavam e que tocam este instrumento. Em particular, destaca-se o momento em que interrompe a discussão para ir buscar uma fotografia da sua mãe a tocar adufe, referindo-a como uma memória vívida que tem da sua infância.

Estes aspetos contribuem para evidenciar empiricamente o vínculo entre património e identidade no quadro do novo paradigma patrimonial (Graham & Howard, 2008; Kirshenblatt-Gimblett, 2004; Lowenthal, 1985; Neal, 2015; Peralta & Anico, 2008; Smith, 2006; Wetherell et al., 2018; Waterton & Watson, 2015; Wu & Hou, 2015), bem como a importância do processo de transmissão das práticas na manutenção de um sentido de continuidade face às gerações anteriores (Kirshenblatt-Gimblett, 2004)

Neste sentido, o *afeto* assume um lugar de destaque na relação que se estabelece com o adufe no território. Tal é perceptível especialmente nos discursos sobre a perda e a extinção dos transmissores que asseguram a continuidade da produção e do toque do adufe, que constitui uma das principais ameaças identificadas ao património imaterial (Velasco, 2012). Estas preocupações são manifestadas em particular pelas vozes de artesãos e adufeiras, que lamentam a falta de interesse em dar continuidade a estas práticas. Sobre este aspeto, é particularmente pertinente o facto de a Festa do Adufe, coorganizada pelas Adufeiras de Monsanto, ter nascido de um apelo do grupo motivado pelos receios e inquietações sobre a perda de uma tradição religiosa e de base comunitária – a Festa da Divina Santa Cruz – onde o adufe assume um papel de destaque. Este facto é coerente com os argumentos segundo os quais emoção e afeto orientam para a ação e, como tal, não apenas assumem espaço na definição do conteúdo do património como também têm implicações práticas (Wetherall et al., 2018).

Menos transversais são as referências ao adufe nas suas dimensões estética e económica, que apenas surgem nos discursos dos elementos com funções técnicas nas instituições públicas do concelho. Com efeito, é frequentemente mencionado por E1 o papel da entidade pública na promoção cultural do território, na qual o adufe tem um lugar evidente. Neste contexto, o adufe é o elemento escolhido em processos de divulgação e promoção do território, tais como a candidatura à Rede das Cidades Criativas da UNESCO ou a definição da heráldica do município.

Não obstante, a generalidade dos dados aponta para uma tendência de reconhecer o adufe enquanto elemento de “património vivo” ou de “património em construção” (Dragouni & Lekakis, 2023), na medida em que este instrumento continua a ser assumido como parte orgânica da vida das comunidades locais no território. Tal fica patente em afirmações que sublinham a vertente performativa (ou seja, imaterial) do adufe e do reconhecimento de que, para além da importância de garantir a continuidade da construção do adufe ou a criação de registos e cancionários, é necessário apostar no ensino e promoção do toque deste instrumento:

“Mas para haver construção tem que haver quem o toque. Se não houver quem o toque a construção não faz nada”.

[GF4]

“Eu acho que devia de haver workshops para as pessoas irem aprendendo, mesmo até meterem a juventude nisso, porque não é só o instrumento que valoriza. A própria pessoa saber tocar também. Ela tem que saber tocar para o instrumento valorizar alguma coisa”.

[GF4]

“Porque as adufeiras que nós temos, e que são muito conhecedoras das coisas, têm 70, 80, 90 anos. E estas senhoras daqui a uns anos vão desaparecer e este conhecimento todo desaparece. Ainda que nós o estejamos a escrever em teses e a documentar e a registar, mas é preciso saber como é que se faz na prática”.

[E2, 2025].

Esta perspetiva fica sistematizada naquilo que Howard (2022) argumenta, em referência aos instrumentos musicais enquanto objetos patrimoniais, ao mencionar que estes precisam de ser performados para permanecerem significativos.

## Capítulo 6. Gestão e valorização do adufe da Beira Baixa: discursos vs. práticas

Para analisar o envolvimento da comunidade local nos processos de valorização do adufe no concelho de Idanha-a-Nova cruzou-se a informação obtida e explanada no capítulo anterior com as práticas efetivas de gestão deste património na região. Estas foram identificadas por meio da análise de fontes primárias, dos discursos resultantes das entrevistas e grupo focal realizados, bem como dos resultados da observação participante. Começou-se, assim, por averiguar perceções sobre o conceito de gestão participada no caso do adufe e a sua respetiva aplicação. Paralelamente, aferiram-se perspetivas sobre iniciativas e atores relevantes na salvaguarda deste instrumento na Beira Baixa.

À questão “Como definiria um processo participativo na gestão patrimonial do adufe?”, levantada nas duas entrevistas individuais, obtiveram-se duas respostas substantivamente distintas, não apenas em relação aos exemplos apresentados, como também à sua justificação. Para E2, uma gestão participada fica sistematizada naquilo que acontece na Festa do Adufe, na medida em que as adufeiras:

“(...) têm um papel ativo naquilo que se faz, nas decisões, na direção artística”.

[E2]

Sobre a presença de músicos de formação, refere que o seu papel no evento é apenas o de descodificação do que é transmitido pelas adufeiras, que são quem escolhe o repertório e aquilo que é transmitido aos participantes. As entrevistas informais realizadas *in loco* a outros elementos da organização da Festa do Adufe confirmam este ponto de vista, uma vez que é sublinhada a natureza horizontal dos processos de decisão antes e durante a realização de todo o evento. E2 sinaliza ainda a intenção de criar um Conselho de Adufeiras, que tenha como objetivo unir, a nível nacional, “as senhoras mais velhas desta tradição” (E2). Assim, e em consonância com o que é mencionado relativamente à Festa do Adufe, uma gestão participada envolve, para o entrevistado, a criação de uma plataforma que reúna as comunidades detentoras numa discussão e na tomada de decisão sobre o futuro do adufe.

No caso de E1, a resposta à questão é feita sobretudo através de exemplos de ações da instituição pública da região na relação que se estabelece com associações e grupos que trabalham com e para o adufe, assumindo-se que existe um esforço da mesma para que as

comunidades sejam incorporadas nos processos de gestão patrimonial. Para exemplificar, é desde logo mencionado o papel da Câmara Municipal na auscultação do tecido cultural local através da revista *Adufe*. Uma análise das últimas páginas da mais recente edição da revista (Município de Idanha-a-Nova, 2024) permite aceder ao número de grupos e associações ativos na divulgação e salvaguarda do cancionero e do toque do adufe. Aí são contabilizados pelo menos três grupos de Adufeiras<sup>34</sup>, seis grupos de cantares<sup>35</sup> e duas associações de defesa do património cultural<sup>36</sup>, números esses que, no entanto, estão em decréscimo, como é dado conta pelos entrevistados e pela adufeira de Penha Garcia, Idalina Gameiro numa das sessões da Festa do Adufe<sup>37</sup>.

É também reforçado, por meio do exemplo da Festa do Adufe e das festividades locais, que existem dinâmicas e iniciativas para a valorização do instrumento que ocorrem de forma autónoma, à margem do controlo do município, o que o entrevistado considera ser um sinal positivo. Assim, refere-se à Câmara Municipal como um “parceiro em potência” (E1) que pode contribuir com recursos, reforçando, no entanto, que esta instituição não pode ser obrigada a ceder a propostas provenientes de grupos da sociedade civil com as quais não se identifica.

Descreve-se ainda o processo de candidatura de Idanha-a-Nova à Rede das Cidades Criativas da UNESCO, na categoria da Música, enquanto mais uma iniciativa do município na promoção do adufe como símbolo do território. Embora a decisão tenha partido da instituição pública, salienta-se que o seu desenvolvimento só se deu após uma “reflexão conjunta” (E1). Como explica, essa reflexão baseou-se numa sessão de esclarecimento, na qual se apresentaram a proposta, as vantagens e as implicações da candidatura, e em que se deu oportunidade para que as associações e outras entidades locais, entre as quais as que têm trabalho feito em relação ao adufe, manifestassem os seus pontos de vista. Uma análise de material relativo à divulgação da candidatura de Idanha-a-Nova ao título contribui com pistas relevantes para uma reflexão sobre o nível de participação das comunidades locais no processo, bem como sobre a inclusão das respetivas expectativas.

---

<sup>34</sup> Adufeiras de Monsanto, Adufeiras das Soalheiras e Adufeiras de Idanha-a-Nova.

<sup>35</sup> Grupo de Cantares Tradicionais da A.C.R.D. de Medelim, Modas e Adufes de Proença-a-Velha, Grupo de Cantares Tradicionais de São Miguel d’Acha, Grupo de Cantares de Segura, Grupo de Cantares de Toulões “Modas de Dantes” e Grupo de Cantares Tradicionais da Zebreira.

<sup>36</sup> ADEPAC e Associação de Defesa do Património Cultural e Natural de Penha Garcia.

<sup>37</sup> Idalina Gameiro refere neste contexto que a extinção do Rancho Folclórico de Penha Garcia significou para ela o término de uma fase marcada pelo convívio em torno da prática do adufe, lamentando que agora tenha de o fazer sozinha.

Desde logo, é de assinalar que a Comissão da Candidatura foi formada por um grupo de trabalho composto por uma empresa de consultadoria<sup>38</sup> e elementos técnicos da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, que foi responsável pelo preenchimento do formulário de candidatura (Município de Idanha-a-Nova, n.d.-a). Em conjunto com esta, também participou no procedimento uma Comissão Consultiva. Embora não seja possível aceder à lista completa de todos os intervenientes, o que se destaca desta Comissão é a participação de “personalidades e especialistas no âmbito da música e da cultura”, que incluem “pessoas de relevo no contexto internacional e nacional bem como representantes de instituições regionais e locais ligados à música, à cultura e às indústrias criativas” (Ibid). Neste sentido, sublinha-se o envolvimento de músicos, maestros, professores, investigadores e compositores (Lusa, 2014), sem que, no entanto, se mencionem associações ou outros grupos da sociedade civil incluídos.

Sobre os benefícios da candidatura destacam-se particularmente as vantagens para a economia e para o turismo na região, reforçando-se o contributo para o desenvolvimento territorial, para a criação de parcerias e para as potencialidades identificadas no setor dos negócios (Município de Idanha-a-Nova, n.d.-b). Assim, embora o presidente da autarquia, a propósito da apresentação da candidatura, destaque o valor da música para a identidade cultural e a necessidade de garantir a transmissão das práticas culturais ligadas à música na região (Município de Idanha-a-Nova, 2015), estes elementos não são enfatizados publicamente enquanto benefícios deste procedimento de patrimonialização. Este facto é coerente com as críticas que são direcionadas à formalização de processos de salvaguarda de património imaterial pela UNESCO, na medida em que o turismo surge frequentemente em precedência face aos objetivos de preservação, e muitas vezes como um dos motivos implícitos dos processos de candidatura (Hafstein, 2009). Posto isto, é plausível afirmar que, no caso particular do adufe e da candidatura de Idanha-a-Nova à Rede das Cidades Criativas da UNESCO, foi concedida primazia ao discurso oficial, onde se incluem os discursos do turismo e do poder local (Groote & Haarsten, 2008), em detrimento das visões e expectativas das comunidades locais.

Face ao exposto, pode-se concluir que existe uma adesão parcial à hipótese que assume que um processo participativo no caso do património cultural implica a inclusão de agentes e discursos diversos em todo o processo de gestão patrimonial. Se por um lado há uma visão de gestão participada que envolve um processo de tomada de decisão conjunta e um cruzamento entre os conhecimentos e as expectativas das comunidades detentoras e as competências dos

---

<sup>38</sup> IPI Consulting Network.

especialistas, por outro há a consideração de que este envolvimento se efetiva através de procedimentos de consulta e de transmissão unilateral de informação. As duas lógicas de participação distinguem-se na medida em que a primeira destaca um processo de cocriação e de agência comunitária direta, ao passo que a segunda assenta em procedimentos formais e numa retórica de representação mediada.

Neste sentido, existe uma falta de consenso relativamente ao significado de participação no caso da gestão patrimonial do adufe na Beira Baixa, provando a complexidade da ligação entre património cultural, comunidade e participação (Tauscheck, 2015; Sokka et al., 2021). Esta falta de consenso no caso dos processos de valorização e gestão do adufe na Beira Baixa é semelhante à que é registada em estudos de caso que exploram tensões na definição de participação comunitária em diferentes contextos geográficos. Nesses casos, o envolvimento da comunidade pode consubstanciar-se numa implicação total em toda a cadeia de decisão ou apenas num procedimento de divulgação pública de iniciativas ou de integração posterior das comunidades nas decisões já definidas pelo poder público ou pelos especialistas (Borona & Ndiema, 2014; Human, 2015).

No entanto, parece haver uma reflexão pouco estruturada e consistente sobre o assunto da participação das comunidades neste contexto, pelo menos da parte da instituição pública. Embora se reconheça que há um esforço para incluir as comunidades, o próprio entrevistado admite que “a realidade [da participação comunitária] acaba por ficar (...) um bocadinho aquém” (E1), classificando a questão da definição de gestão participada como uma pergunta de resposta complicada. Assim, as considerações tecidas em relação à gestão patrimonial do adufe por parte do município não se sustentam em certezas e afirmações claras de que esse processo está a ser participativo, baseando-se apenas num conjunto de intenções e esforços da instituição nesse sentido.

No âmbito do grupo focal, por sua vez, procurou-se aferir perspetivas sobre o grau desejável de participação das comunidades na gestão patrimonial do adufe por meio de cenários colocados aos participantes. Assim, tentou-se apurar, em primeiro lugar, perspetivas sobre quem deveria ficar responsável por 1) gerir um eventual museu dedicado ao adufe e 2) assumir a responsabilidade por organizar e dinamizar oficinas de transmissão do toque e da construção do adufe. Posteriormente, os cenários foram colocados no sentido de antecipar reações a 1) uma candidatura à lista de património imaterial da UNESCO sem a participação ativa das comunidades, 2) a intervenção de profissionais de património cultural e músicos de formação externos ao território na definição e implementação de boas práticas para a salvaguarda das práticas associadas ao adufe e 3) a dinamização de encontros recorrentes entre comunidades

detentoras e instituições locais para discussão conjunta de medidas de proteção deste património.

Os resultados obtidos apresentam alguns elementos para análise. Em primeiro lugar, merece destaque o facto de a criação de um museu e a perspectiva de uma candidatura à Lista de Património Imaterial da UNESCO serem prontamente descartadas.

“(…) nem acho que faça sentido neste momento uma candidatura, acho que primeiro deveremos continuar a trabalhar, porque há trabalho feito, muito trabalho feito”.

[GF2]

“E depois isso não garante nada objetivamente, não é?”.

[GF1]

“Eu acho que o que está cá é que valoriza a coisa, agora ir a gente pedir para que seja valorizado por eles? Não senhora, nós temos o que temos, aqui é que está, aqui é que é nosso. Portanto não é a candidatura que vem cá trazer alguma coisa. Acho que não.”

[GF4]

Este ponto de vista também é, aliás, partilhado por alguns dos entrevistados individuais:

“(…) não vale a pena tentar fechar isso dentro de uma garrafa, de uma caixa, porque o que lá ficar fica, mas não é isso que vai garantir o sucesso fora. (...) quem disser o contrário, pronto, tem todo o direito de o fazer, mas eu confesso que não me revejo nisso.”

[E1]

Sobre o eventual processo de candidatura a esse título, GF1 destaca que a presença ativa das comunidades detentoras deve verificar-se logo numa fase inicial, uma vez que “a força do toque, a força do adufe, são as pessoas” e, como tal, uma candidatura bem-sucedida implica considerar a “força do todo” (GF1, GF4).

Assim, as respostas às questões colocadas no âmbito do grupo focal sugerem uma visão do adufe coerente com uma imagem de património vivo, assente numa necessidade de garantir a sobrevivência da transmissão do seu toque e construção, mais do que a sua musealização ou a atribuição de um valor universal. Posto isto, partindo da afirmação de que a construção do adufe está garantida pelo trabalho do Centro de Artes Tradicionais, todos destacam a prioridade de assegurar a continuidade do toque deste instrumento por via da formação, sobretudo entre as

camadas mais jovens. Em relação a quem deveria ficar responsável por essa formação, são referidos a Câmara Municipal e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, assumido como uma alternativa à ação da autarquia, que, como refere GF1, “não pode ser a única instituição com compromisso”. GF2 refere, a este propósito, que já existem aulas dedicadas ao adufe dinamizadas pela Universidade Sénior, entidade coordenada pela Filarmónica Idanhense em conjunto com a autarquia. Nestas aulas, refere, os professores são os responsáveis pela transmissão do toque do instrumento, sendo que, no entanto, estes se baseiam nos ensinamentos das próprias adufeiras.

No que concerne à formalização de encontros entre comunidades detentoras e instituições locais para discussão conjunta de medidas de salvaguarda do adufe, parece haver acordo em relação à sua ocorrência por meio de iniciativas já existentes, como os Encontros MED e a Festa do Adufe.

Contudo, embora seja destacada a necessidade de continuar a transmitir e manter vivas as manifestações culturais associadas ao adufe e, como tal, de apoiar as comunidades que as sustentam, uma participação ativa destas últimas não é sugerida de forma clara em quase nenhum momento do encontro, e as respostas obtidas no questionário distribuído posteriormente concorrem para confirmar esta premissa. De entre todas as opções que preconizam um grau de maior envolvimento e controlo por parte das comunidades locais, apenas a proposta de fornecimento de apoio financeiro a projetos propostos pela comunidade foi assinalada, e somente por um dos participantes. A opção de criação de um Conselho de Adufeiras e Artesãos da Beira Baixa, inspirada pela sugestão de E2 e pensada como a forma mais expressiva de participação das comunidades, não é assinalada nem comentada por nenhum dos participantes.

As opções que foram identificadas por todos os intervenientes, por sua vez, são as que advogam a promoção de mais investigação académica sobre o adufe e a criação de sessões informativas conduzidas por profissionais de património cultural. Este facto remete para uma prevalência do discurso académico e profissional na consideração de boas práticas de gestão patrimonial, confirmando o que é identificado por vários autores que exploram a relação entre comunidades detentoras e especialistas neste processo (Deacon & Smeets, 2013; Silberman, 2014; Waterton & Smith, 2010). O domínio dos dois participantes com relação profissional e académica com o adufe – GF1 e GF2 – na discussão, bem como o desenvolvimento teórico de

temas como o contexto histórico e geográfico ou a qualidade do som e do toque do adufe<sup>39</sup>, também concorrem para evidenciar essa consideração.

Para avaliar a eventual predominância do discurso técnico no âmbito de medidas de salvaguarda do património cultural em geral e do adufe em particular, procurou-se ainda analisar planos de salvaguarda ou outros instrumentos oficiais de gestão patrimonial. Contudo, como foi possível saber através de E1, não existe nenhum plano estruturado de ação, pelo que o papel da autarquia na gestão patrimonial do adufe apenas “é perceptível na ação quotidiana” (E1) e nos trabalhos de recolha e edição efetuados ao longo do tempo.

A propósito da recolha e dos registos fonográficos, digitais e escritos, importa ainda sublinhar algumas tendências. Se para E1 a recolha e a edição fonográfica, apoiadas pelo município nas últimas décadas, foram fundamentais para um processo de salvaguarda do adufe com envolvimento de grupos locais no processo de valorização e de construção identitária, as respostas de outros intervenientes evidenciam de forma mais clara a insuficiência dos registos enquanto instrumento de preservação<sup>40</sup>:

“Para fazeres música tradicional tens que ir à fonte aprender com as pessoas da fonte, não é aprender nos cancioneiros que estão escritos, não é aprender nas teses de mestrado, não é aprender nos registos de Giacometti, não é aprender a cantar o cancioneiro do Lopes Graça com as melodias transcritas. Aí não se vai aprender nada. Vai-se aprender um bocadinho, e é importante para fazer um estudo comparativo e uma análise crítica das coisas, mas quem vive na cidade e quer participar numa tradição tem que ir onde estão as pessoas da tradição, aprender com elas, viver com elas, perceber como é que elas vivem, como é que elas cantam, como é que elas tocam.”

[E2]

“O grupo de São Miguel tem um trabalho fantástico para trás, que fez a recolha. Só que agora não basta termos recolha, não é? Temos que tratar, promover.”

[GF2].

---

<sup>39</sup> GF1 começa por introduzir uma discussão sobre as origens históricas e a iconografia onde o adufe aparece representado e GF2 tece considerações sobre a qualidade do toque. Ambos os momentos tomaram grande parte do encontro.

<sup>40</sup> E1 também reconhece a insuficiência dos registos para uma efetiva salvaguarda. Contudo, este processo é mencionado com muita frequência pelo entrevistado, sobretudo quando se refere à missão da Câmara Municipal relativamente ao património cultural e ao adufe.

Para avaliar o nível de participação das comunidades e as perspectivas sobre a importância da mesma, tentou-se ainda perceber quais as iniciativas e agentes que os entrevistados percebem como sendo mais relevantes para o processo de valorização do adufe na Beira Baixa. Neste contexto, são mencionados com frequência a Festa do Adufe (E2, GF1, GF2), os Encontros MED (E2, GF1, GF2) e o Centro de Artes Tradicionais de Idanha-a-Nova e, como tal, o papel da Câmara Municipal (E1, GF1, GF2, GF3, GF4). A este último atribui-se, como já foi referida, a responsabilidade pela sobrevivência do processo de construção deste instrumento<sup>41</sup>. Contudo, GF3 e GF4 referem que a qualidade dos adufes produzidos pelo Centro de Artes Tradicionais não é comparável à dos que são produzidos por José Relvas, o que, associado à intransigência deste artesão em trabalhar em parceria com a autarquia<sup>42</sup>, pode contribuir para levantar questões sobre a inclusão das visões, saberes e expectativas dos artesãos nas práticas da Câmara Municipal. A Festa do Adufe e os Encontros MED, por sua vez, são considerados importantes para a transmissão do toque do adufe e respetivo repertório.

Posto isto, é possível concluir que a partilha de recursos e a existência de infraestruturas abertas ao envolvimento das comunidades são consideradas importantes para a garantia de um modelo de gestão participada. Esses recursos e infraestruturas são exemplificados através de iniciativas já existentes, tais como festivais – Festa do Adufe e Encontros MED –, espaços culturais abertos à comunidade – Centro de Artes Tradicionais – ou plataformas de divulgação – Revista *Adufe*, de distribuição gratuita e disponível online – ou por meio de intenções sinalizadas por alguns participantes para consolidar a presença das comunidades detentoras – no caso do Conselho de Adufeiras proposto por E2. Contudo, e em conformidade com a hipótese sobre a qual se refletiu acima, o grau de participação comunitária que cada uma destas iniciativas comporta é distinto. Com efeito, a Revista *Adufe* envolve as comunidades através da divulgação do trabalho de artesãos e dos grupos e associações locais, ao passo que no Centro de Artes Tradicionais a participação se consubstancia na presença de três artesãos que exibem o processo de construção aos visitantes do espaço. Quando questionado sobre o envolvimento da comunidade em outro tipo de iniciativas que decorrem no local, E1 refere que o Centro de Artes Tradicionais:

---

<sup>41</sup> O representante da Câmara Municipal e todos os participantes no grupo focal referem que o processo de construção do adufe só está garantido porque o Município interveio na institucionalização do procedimento por meio do Centro de Artes Tradicionais.

<sup>42</sup> Informação obtida em entrevista exploratória realizada em novembro de 2023.

“(…) é um espaço aberto para outras comunidades, para a comunidade escolar, para a comunidade visitante, para a comunidade sénior, que tem ali também uma forma de... de se ocupar, em alguns casos até de recuperar e de fazer pontes entre gerações”

[E1]

Contudo, não é desenvolvida a forma como esta participação é levada a cabo em concreto.

A Festa do Adufe, por sua vez, é apresentada como um espaço que, para além de promover o contacto entre visitantes e adufeiras da região, envolve estas últimas na organização do evento, tal como já foi referido. Por essa razão, esta iniciativa é percecionada, no contexto do grupo focal e em resposta ao cenário segundo o qual a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova proporia a realização de encontros regulares com adufeiras e construtores para promover a tomada de decisão com a participação da comunidade, como exemplar nesse sentido. Não obstante, a entrevista realizada a E2, bem como a observação participante e as entrevistas informais levadas a cabo nesse contexto, indicam que a iniciativa conta com um apoio muito limitado por parte do poder autárquico. Efetivamente, nos materiais de divulgação da Festa do Adufe (Anexo H), apenas consta o logótipo da União de Freguesias de Monsanto e Idanha-a-Velha, que, ao que foi possível aferir, apenas contribui com algum apoio de natureza logística<sup>43</sup> (E2 e entrevistas realizadas na Festa do Adufe). No que concerne à Câmara Municipal, os organizadores referem que esta adota uma lógica mais orientada para objetivos empresariais, o que compromete o seu envolvimento no evento, uma vez que:

“pôr as pessoas a tocar adufe e a cantar as cantigas de Monsanto [...] às vezes parece muito pouco para as instituições locais”.

[E2]

E2 destaca ainda o trabalho dos grupos de Adufeiras e das associações de defesa do património, quando questionado sobre quem considera serem os mais ativos agentes de valorização do adufe.

As entrevistas exploratórias realizadas previamente também apontam para uma visão mais crítica do trabalho da autarquia, na medida em que nenhum dos artesãos consultados considera estar a haver apoio suficiente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova à prática de construção do adufe. Para estes, é o seu próprio trabalho de intermediação com outros contextos e com

---

<sup>43</sup> O apoio da Junta de Freguesia materializa-se na cedência dos espaços para a realização dos workshops e concertos na aldeia de Monsanto.

potenciais compradores de fora de Idanha-a-Nova que garante a sustentabilidade da prática de construção. José Relvas refere mesmo que a divulgação do adufe começou a partir da sua presença em festivais e exposições, acrescentando que, sem ele, “não havia adufes em Portugal”<sup>44</sup>.

Para E1, no entanto, eventuais obstáculos a uma participação mais ativa das comunidades detentoras no processo de valorização do adufe prendem-se menos com a ação ou possíveis constrangimentos impostos pela autarquia e mais com o fechamento e intransigência de certos grupos tradicionais relativamente ao perfil de novos integrantes, o que mais uma vez confirma a visão de participação exposta acima. De acordo com o entrevistado, esta intransigência, embora seja interpretada positivamente enquanto expressão de autonomia e, conseqüentemente, de participação destes grupos, pode ser uma das razões para comprometer a continuidade das manifestações ligadas ao adufe na Beira Baixa, explicando dificuldades de regeneração.

Em jeito de síntese, E1 refere que a situação da valorização do adufe no território é tripartida: enquanto agente imprescindível na valorização do adufe, pelos recursos que possui, destaca-se o papel da Câmara; de outro lado, os grupos e associações, que, pela sua capacidade de gerar projetos de forma autónoma, conseguem “fazer um papel extraordinário de dinamização”; e, por fim, sublinha-se a atuação de outras entidades externas à Câmara e à comunidade, que reconhecem o potencial do instrumento e das comunidades que o suportam<sup>45</sup>.

Procurou-se, finalmente, compreender a relação causal entre a participação de artesãos e adufeiras/os e a valorização do adufe. À questão “É vantajoso para a valorização do adufe que as comunidades participem na sua gestão?”, ambas as entrevistas oferecem respostas positivas, o que é justificado pelo facto de as comunidades detentoras serem o suporte deste património:

“Eles são os agentes principais. Aí não há volta a dar. Nós não podemos fazer uma coisa destas, sobretudo quando estamos a lidar com algo que é uma herança, um património, um legado, sem, tendo-as... se não as tivermos é uma coisa, porque há situações em que nós estamos a lidar com elementos patrimoniais que já ficaram numa posição em que não temos suportes, não temos comunidades de suporte, não temos sociedade capaz de lhes dar a continuidade que seria dita normal (...). Portanto, quando temos este nível de interesse, este nível de empenho, em dar continuidade a um processo, neste caso a um processo de execução de um bem, de um bem cultural que é um instrumento musical e (...) imediatamente ligado a isto, toda a dimensão

---

<sup>44</sup> [https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch\\_permalink&v=3727043407533569](https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=3727043407533569) (última consulta no dia 14/08/2025)

<sup>45</sup> A este propósito, E1 exemplifica com o *Boom Festival*, que contacta diretamente grupos de adufeiras para participarem na abertura do festival, sem a intermediação da instituição pública.

performativa, de execução musical que lhe está associada, isto vai fazer sociedade. Portanto, enquanto isto fizer sentido, fantástico. E as comunidades são absolutamente essenciais neste processo.”

[E1]

“Portanto, aqui a importância da comunidade é: a comunidade tem o conhecimento e tem o saber ancestral, que foi passado de geração em geração. Nós vivemos numa cidade, não podemos partir o país a meio e dizer assim "pronto, eu agora vou tocar adufe na cidade e vou fazer música tradicional". Não, não vais fazer música tradicional. Para fazeres música tradicional tens que ir à fonte aprender com as pessoas da fonte”.

[E2]

E2 vai mais longe, referindo que a “revolução” que se deu nos últimos anos com o adufe teve no seu centro as comunidades. Neste sentido, atribui à abertura das adufeiras a pessoas que não são da região, mas que querem aprender a tocar este instrumento, bem como a músicos e profissionais que se dedicaram a traduzir o toque do adufe, a responsabilidade pela sobrevivência de uma prática outrora perto da extinção. Essa “revolução” é materializada, segundo o entrevistado, no facto de atualmente existir um número considerável de pessoas a querer aprender a tocar adufe<sup>46</sup>.

Para além do reconhecimento de que as comunidades se constituem como suporte destas práticas, a ausência da sua participação é percecionada de forma negativa, na medida em que a mesma pode comprometer o sucesso e a eficácia das iniciativas nas quais elas não são envolvidas ou com as quais não se identificam, na mesma lógica do que é frequentemente mencionado em estudos de caso que retratam processos de intervenção no património cultural sem a colaboração ou a concordância das comunidades detentoras (Taruinga & Ndoro, 2003):

---

<sup>46</sup> E2 estima que existam atualmente mais de 350 pessoas a aprender com regularidade a tocar adufe em Portugal.

“Se as pessoas não se reveem naquilo que estão a fazer, e estão só a interpretar algo que lhes é imposto de fora, não lhes diz nada, pronto, é meio caminho andado para a coisa não correr bem, como se costuma dizer. E enquanto que este tipo de atitude denota uma claríssima consciência daquilo que é o seu sentimento de pertença e, a par desse sentimento de pertença, aquilo que faz sentido na forma de lidar com ele. Portanto, nós entendemos assim, e não é uma pessoa que chegou aqui agora e que vem com outro *set* de argumentos, e de fórmulas ou de formalismos que me vai dizer como é que eu devo ou não fazer.”

[E1]

Porque a questão não é colocada de forma direta no grupo focal, as respostas dos participantes não são tão incisivas como as apresentadas anteriormente. No entanto, as reações a um eventual processo de patrimonialização, por via de uma candidatura à Lista Representativa de Património Imaterial da UNESCO, que “não leva consigo as pessoas” (GF1), fornecem pistas para corroborar a visão segundo a qual o envolvimento comunitário é fundamental para o sucesso de qualquer processo de valorização:

“Essa candidatura construída assim não ia trazer nada. Nada de bom. Porque uma candidatura construída, como nós sabemos, para ter sucesso, mesmo ao nível da própria candidatura quando se está a submeter, para ser válida como tal, ela tem que passar por várias fases. E essas fases implicam uma base sólida, não é? Essas fases anteriores à submissão, porque senão chega lá e quem for analisar também não... dificilmente vai aprovar algo que não leva consigo as pessoas, não é?”

[GF1]

Posto isto, a hipótese de acordo com a qual uma preservação sustentável do património imaterial é melhor garantida por meio de processos participativos parece encontrar eco nas respostas dos participantes, na medida em que o valor da participação comunitária é reconhecido por todos. O que é distinto, no entanto, é a forma como é percebida a inclusão dessas comunidades nos processos de valorização, como já foi aprofundado ao longo deste capítulo.

Perante isto, é possível definir a participação nos processos de gestão e valorização do adufe na Beira Baixa em degraus diferentes da escada de participação pensada por Arnstein (1969). As medidas identificadas como potencialmente participativas pelo poder político, como por exemplo a candidatura de Idanha-a-Nova à Rede de Cidades Criativas da UNESCO, inserem-se nos patamares em que há uma concessão mínima de poder às comunidades detentoras –

processos de informação ou consulta. Neste sentido, está-se perante uma abordagem *top-down*, em que as comunidades detentoras não estão presentes nas fases iniciais do processo de gestão e na qual os especialistas assumem um papel de maior destaque. Não obstante, não havendo um encerramento da instituição pública a outras iniciativas, há espaço para medidas onde a parceria ou a delegação de poder, abordagens mais *bottom-up*, são uma realidade mais evidente. Tal parece acontecer com a Festa do Adufe, a explorar em maior pormenor no capítulo que se segue.

A forma como a participação é duplamente apreendida parece, a partir dos dados recolhidos, poder ser justificada com base em dois fatores: por um lado, em virtude da perceção do que é uma comunidade detentora; por outro, enquanto reflexo dos valores que são associados às práticas do adufe.

Assim, no discurso de E1, o foco na comunidade justifica-se com o facto de esta ser o *suporte* e o garante da continuidade das práticas. Assim, mais do que agentes de intervenção, as comunidades são consideradas agentes de transmissão, na esteira do que é identificado por Kirshenblatt-Gimblett (2004). No caso de E2, embora esta ideia também apareça representada, é mais evidente uma perspetiva que se centra na condição destas comunidades enquanto *pessoas*, o que justifica as críticas que são direccionadas à atuação das instituições públicas dentro deste contexto:

“Às vezes as instituições, não sei se são muito sensíveis às pessoas. E é preciso serem sensíveis às pessoas. Quando nós temos numa aldeia duas ou três senhoras que tocam muito bem adufe e que sabem o reportório todo, essas pessoas é aquilo que importa valorizar”

[E2]

Este último ponto de vista parece, assim, ser mais coerente com a perspetiva que associa o património cultural a uma abordagem centrada nas pessoas e na sua respetiva importância para a gestão patrimonial (Auclair & Fairclough, 2015; Wijesuriya et al., 2017). Para a instituição pública, por sua vez, a maior valorização dos aspetos económicos e turísticos do adufe contribui para a promoção de práticas que podem, por vezes, não ter em conta as perspetivas e as expectativas dos/as adufeiros/as e artesãos, o que potencia visões mais críticas e hostis à atuação da primeira. Neste contexto, destacam-se as referências à necessidade de promover o toque do adufe, em complemento ao já estabelecido incentivo à prática da construção, bem como a incompreensão de algumas adufeiras face ao fim das aulas de adufe promovidas pela Câmara Municipal (E2). É de sublinhar ainda a insatisfação de adufeiras e artesãos com o reconhecimento da sua participação por parte da instituição pública que, segundo a adufeira

Amélia Mendonça se manifesta, por exemplo, através da falta de apoio a iniciativas promovidas pela comunidade, como considera ser a Festa do Adufe, da qual faz parte como coorganizadora<sup>47</sup>. Outro dos organizadores deste evento questiona ainda os usos que a instituição pública quer dar ao adufe, colocando em confronto a opção de o promover em lojas de recordações e, por outro lado, a de garantir a sua preservação. A propósito deste último ponto, chama a atenção para a necessidade de ouvir os intervenientes, sem os quais não pode haver uma salvaguarda efetiva<sup>48</sup>.

Não obstante, a concordância em relação ao que importa preservar e salvaguardar – o toque, a construção do adufe e o cancionero associado – e, como tal, o valor dado às comunidades transmissoras, contribui para evidenciar um desfasamento entre discurso e prática no âmbito da gestão e valorização do adufe na Beira Baixa, coincidente com o que acontece na generalidade do panorama português relativo à gestão do património cultural. Neste sentido, o discurso oficial privilegia uma visão de património vivo e de participação comunitária, sendo que na realidade ela fica aquém do que é esperado de processos verdadeiramente participativos ou, seja, de processos em que as comunidades detentoras assumem a iniciativa e/ ou são implicadas desde o início na gestão patrimonial. Por esta razão, e a partir do modelo de quadrantes definido por Sokka et al. (2021), é possível atribuir à gestão patrimonial do adufe na região um carácter de “governança orientada para um serviço”<sup>49</sup>, na qual as visões não institucionais do património são incluídas sem que, no entanto, haja uma participação ativa dos cidadãos nos processos de valorização.

Neste sentido, pode-se concluir que o conceito de gestão participada não está enraizado nos modos de gestão patrimonial no concelho de Idanha-a-Nova, onde a entidade administrativa continua a ser assumida como o elemento principal de salvaguarda, quer por parte da própria instituição pública, quer por parte de comunidades e outros elementos da sociedade civil, como é possível constatar por meio dos resultados obtidos com o grupo focal.

Contudo, e em virtude da existência de uma “situação tripartida” (E1), que dá espaço para iniciativas de outros atores que não a instituição pública e os especialistas, existem nuances de património participado no âmbito da valorização do adufe neste território, sobre as quais importa dedicar atenção para poder adotar uma abordagem comparativa.

---

<sup>47</sup> Informação obtida em observação participante na Festa do Adufe 2025.

<sup>48</sup> Informação obtida em observação participante na Festa do Adufe 2025.

<sup>49</sup> No original: “service orientation of cultural heritage governance”. Tradução livre.

## Capítulo 7. Festa do Adufe: um caso de património participado?

A Festa do Adufe é um evento organizado pelas “Adufeiras de Monsanto” em conjunto com a “Cooperativa d’Alegria” e o músico e investigador Rui Silva, tendo lugar anualmente na aldeia de Monsanto, no concelho de Idanha-a-Nova. Tal como foi possível saber através das entrevistas informais levadas a cabo na terceira e mais recente edição, decorrida em 2025, bem como do site oficial do evento (Festa do Adufe, s.d.-a), a Festa do Adufe tem como objetivos principais a promoção do toque e do cancionero associados a este instrumento, o cruzamento entre pessoas interessadas vindas de fora e de contextos urbanos e o contexto tradicional, a valorização do adufe e das adufeiras, artesãos e habitantes locais e a preservação e divulgação da tradição do 3 de maio. Esta última celebração acontece todos os anos no mesmo dia e corresponde a uma prática da comunidade local em louvor da Divina Santa Cruz. Nesse dia, as mulheres da aldeia preparam potes com flores que levam à cabeça até ao topo do castelo, em cortejo que decorre ao som dos adufes e de cantigas tradicionais. Do cimo do castelo, esses potes, que simbolizam a abundância, são lançados em memória da vitória da aldeia a um cerco do exército romano<sup>50</sup>. Contudo, essa prática tem vindo a perder força, como é dado conta por relatos datados dos anos 1970 (RTP, s.d.) e das Adufeiras de Monsanto, que lamentam o facto de a celebração ser sustentada apenas por algumas pessoas da aldeia. Amélia Mendonça, sublinhando que é o dia 3 de maio que tem significado para a população de Monsanto, endereça, juntamente com outros membros da organização da Festa, críticas à atuação da instituição pública, que promove a comemoração fora desse dia e em conjunto com a realização de uma feira medieval descontextualizada do significado da festa da Divina Santa Cruz. Porque visa preparar os participantes da Festa do Adufe para ser parte ativa na celebração do terceiro dia de maio, que é o ponto alto do evento, a iniciativa decorre nos primeiros dias desse mês.

A Festa do Adufe baseia-se num conjunto de aulas de canto e de toque do adufe, que acontecem a par com a realização de workshops para adultos e para crianças dedicados à divulgação da construção do instrumento. Paralelamente, são promovidos uma feira de adufes, aberta à inscrição de construtores locais, um conjunto de espetáculos e visitas em lares e escolas do concelho e tertúlias dedicadas à discussão sobre o presente e o futuro deste instrumento. Os

---

<sup>50</sup> Segundo a lenda, aquando do cerco romano à aldeia foi lançada do castelo uma bezerra alimentada com o pouco trigo e aveia que sobrava à população de Monsanto, para enganar o exército romano, que, desmoralizado, acabou por abandonar a aldeia.

dias da Festa terminam, geralmente, com noites à fogueira, onde os participantes se unem a Amélia Mendonça para tocar adufe e cantar canções que fazem parte do repertório do grupo das Adufeiras de Monsanto.

As aulas são, assim, pensadas para introduzir os participantes ao repertório de Monsanto, que é disponibilizado online (Silva, s.d.-c) e Rui Silva refere na primeira sessão, dinamizada por ele, que os ritmos transmitidos são os das Adufeiras de Monsanto, bem como alguns dos de Penha Garcia e da região do Paúl. Quanto ao seu papel na Festa, acrescenta que é apenas o de traduzir em linguagem mais clara e acessível aquilo que aprendeu com as Adufeiras de Monsanto no seu trabalho de investigação. É ainda reforçado o papel de intermediação que os dinamizadores, todos eles profissionais e académicos ligados ao canto ou à percussão, assumem durante o evento. Por essa razão, foram frequentes, durante as sessões de canto e de toque do adufe, as referências às adufeiras e à sua primazia no evento:

“Vamos prestar atenção à forma como elas [as Adufeiras de Monsanto] fazem.”

[Joana Costa, dinamizadora de aula de canto na Festa do Adufe, 2025]

“Estamos aqui para aprender com elas, são elas que mandam, não nós.”

[Joana Costa, dinamizadora de aula de canto na Festa do Adufe, 2025]

“Nós temos de ouvi-las, temos de ceder sempre às adufeiras.”

[Rui Silva, dinamizador de aulas intermédias de toque e organizador da Festa do Adufe, 2025]

Efetivamente, a observação levada a cabo nas sessões da Festa do Adufe que uniam os dinamizadores às Adufeiras de Monsanto, e que decorriam no final de cada dia da Festa, permitem confirmar a primazia das últimas nas decisões. Estas, sobretudo na figura de Amélia Mendonça, eram quem guiava os participantes e decidia o repertório, que muitas vezes era desconhecido dos dinamizadores, o mesmo acontecendo nas noites à fogueira. Estes últimos, por sua vez, limitavam-se a ajudar os participantes a acompanhar o toque das adufeiras, confirmando o que é referido nas entrevistas informais sobre o seu papel no evento. O mesmo pode ser referido em relação ao *workshop* de construção de adufes que decorreu no terceiro dia do evento, onde Maria José Carçoço, artesã do Centro de Artes Tradicionais de Idanha-a-Nova foi convidada a conduzir o processo, sem a intermediação dos organizadores. A participação de profissionais na qualidade de “facilitadores” revelou-se positiva, na medida em que contribuiu

para tornar mais compreensível o conhecimento transmitido pelas adufeiras e artesã, cuja apreensão se revelou, para muitos dos participantes, mais exigente.

De forma paralela à programação oficial decorreu, no último dia da Festa do Adufe, um encontro em formato de tertúlia, no qual organizadores e adufeiros/as do concelho<sup>51</sup> convidados apresentaram as motivações para a realização do evento e a sua narrativa relativa às celebrações do dia 3 de maio. Foram ainda discutidos os efeitos da Festa do Adufe para a valorização do instrumento e do território, onde se referiu o aumento gradual do número de participantes no evento e, conseqüentemente, nas celebrações da Festa da Divina Santa Cruz, o que levou Amélia Mendonça a sublinhar a importância destes participantes para a continuidade e preservação das práticas associadas ao adufe em Monsanto. Rui Silva chega mesmo a contrastar a imagem produzida durante o Estado Novo, que associa o adufe à “ancestralidade”, à situação atual do instrumento, que conheceu não apenas um aumento do número de interessados em aprender a tocar, como também do nível de execução técnica, atribuindo à Festa do Adufe um papel central nesse reconhecimento e valorização.

Em suma, a Festa do Adufe pode ser enquadrada num paradigma de “património participado” (Roued-Cunliffe & Copeland, 2017), na medida em que, não dependendo de instituições oficiais de património cultural, parte da iniciativa de um conjunto de cidadãos e comunidades, que veem no projeto uma oportunidade de valorizar as adufeiras, artesãos e o instrumento. A colaboração que se estabelece entre os organizadores da Festa do Adufe pode ser considerada *bottom-up* na medida em que é reconhecida e alimentada a diversidade de conhecimentos que são transmitidos: de um lado, o conhecimento dos especialistas e, de outro, o das adufeiras e artesãos.

Não obstante, a ausência, já mencionada anteriormente, da participação ativa de instituições de património e do poder político local pode potenciar dificuldades de escalabilidade e de sustentabilidade a longo prazo (Ibid), algo que é reconhecido por todos os membros da organização. Assim, acredita-se que os próximos desafios para a Festa do Adufe são os de conseguir garantir mais condições aos participantes do evento e o de trazer mais convidados à região, algo que também depende, segundo a organização, da criação de uma parceria com a instituição pública.

---

<sup>51</sup> Participaram, para além de Amélia Mendonça, Daniel Régio, de Monsanto, e Idalina Gameiro, de Penha Garcia.



## CONCLUSÃO

A presente dissertação beneficiou de uma visão crítica do património cultural, entendido segundo uma perspetiva construtivista, e propôs-se a explorar o tema da participação nos processos de salvaguarda, valorização e gestão patrimonial. Embora abundantemente teorizada após os anos de 1990 e, sobretudo, após a entrada em vigor das Convenções para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial e de Faro, no início do atual século, a governança no domínio do património cultural é ainda uma realidade longe de se constituir como a regra nos modelos de gestão patrimonial, e Portugal não é uma exceção, não se encontrando com facilidade evidências referentes ao paradigma de “património participado”. Também não foram encontrados estudos de caso que reflitam sobre projetos de participação cidadã na valorização do património cultural, o que se considera ser problemático para uma avaliação sistemática dos modelos de gestão participada em Portugal.

Na tentativa de contribuir para colmatar essas lacunas, procurou-se com a presente dissertação analisar um caso concreto, que envolve processos de gestão de uma manifestação cultural patrimonial, sistematizando-se não apenas a descrição do envolvimento dos cidadãos no processo, como também promovendo a avaliação crítica do mesmo à luz dos preceitos do paradigma participativo. Para tal, partiu-se do interesse pessoal da investigadora e da consideração do património imaterial enquanto terreno privilegiado de atuação das comunidades locais para a escolha do adufe da Beira Baixa, ao qual se associam manifestações intangíveis como o canto, o toque ou a construção, enquanto estudo de caso e ponto de partida para uma avaliação mais ampla da participação comunitária na valorização do património em contexto nacional. Para além disso, a escolha partiu do facto de o adufe na Beira Baixa se tratar de um elemento vivo de património cultural, sobretudo no concelho de Idanha-a-Nova, do qual é símbolo. Acresce o facto de, no território selecionado, ser ainda considerável o número de associações ou organizações informais dedicadas à transmissão das práticas associadas ao instrumento, bem como de existirem iniciativas autónomas face ao poder público para a sua valorização, de entre as quais se destaca a Festa do Adufe, realizada em Monsanto.

Por meio deste estudo de caso tentou-se responder à questão “Como pode uma gestão participada do património cultural imaterial contribuir para a sua valorização?”, através, desde logo, da aferição da hipótese segundo a qual uma preservação sustentável do património cultural imaterial é melhor feita através de processos participativos. Procurou-se, paralelamente, verificar a indispensabilidade da participação comunitária em toda a cadeia de decisão sobre a

gestão do património cultural e da existência de recursos partilhados por todos os *stakeholders* para este modelo de gestão. Porque os estudos de caso sobre a participação comunitária neste contexto carecem de uma definição das modalidades de envolvimento das comunidades, a presente dissertação assumiu também como objetivo a delimitação da participação da comunidade patrimonial do adufe no concelho de Idanha-a-Nova segundo modelos teóricos que problematizam a relação entre autoridades públicas, especialistas, e comunidades de artesãos/ãs e adufeiras/os. Teve-se em especial atenção a escada da participação de Sherry Arnstein (1969) e os quadrantes de governança de Sokka et al. (2021), que colocam em confronto discursos e práticas na gestão do património cultural.

Por meio de uma metodologia qualitativa, materializada na realização de entrevistas individuais e de um grupo focal, que consideraram a heterogeneidade na relação com o adufe, bem como na análise de fontes documentais e na realização de uma observação participante durante a última edição da Festa do Adufe, em 2025, foi possível extrair conclusões relevantes sobre o tema em causa. No entanto, importa referir que a presente investigação não se fez sem a existência de desafios e limites. Neste sentido, destaca-se a dificuldade em conseguir obter uma amostra mais representativa, que se deveu à ausência de resposta por parte de alguns dos contactados, sobretudo no âmbito do grupo focal.

Enquanto conclusões, realça-se em primeiro lugar, o facto de não haver uma definição uniforme de participação nos processos de valorização patrimonial, o que justifica, por sua vez, as perceções distintas sobre os obstáculos e o real grau de envolvimento das comunidades na gestão do adufe no concelho de Idanha-a-Nova. Neste sentido, a instituição pública tende a considerar uma visão *top-down* de participação, na medida em que as comunidades são envolvidas em procedimentos de consulta e de receção de informação, o que é, aliás, bem evidente no procedimento de candidatura de Idanha-a-Nova à Rede de Cidades Criativas da UNESCO. Se essa visão é igualmente partilhada por alguns elementos externos à instituição pública, artesãos/ãs e adufeiros/as tendem a considerar insuficiente o nível da sua participação nos processos de valorização, apontando a importância de iniciativas que partem das comunidades e que dependem delas.

Não obstante, é evidente a concordância em relação à necessidade de envolver as comunidades nesta gestão. Tal justifica-se, por um lado, pelo facto de estas serem o elo de transmissão do cancionero, toque e construção do adufe e, por outro, devido à inviabilidade dos projetos e procedimentos nos quais as comunidades detentoras não se revejam. É também uniforme a visão associada ao adufe na região, que representa sobretudo um valor histórico, simbólico, social e religioso, inclusivamente para a instituição pública. Por esse motivo, existe

uma descrença face ao potencial de processos de musealização, de candidaturas destas práticas à UNESCO ou da eficiência dos registos audiovisuais enquanto forma privilegiada de valorização e salvaguarda do adufe.

Por tudo isto, é possível afirmar que, à semelhança do que sucede no contexto nacional de governança e participação no património cultural, existe um desfazamento entre o discurso, que valoriza o envolvimento comunitário e uma perspetiva de património vivo que importa preservar, e a prática, segundo a qual o envolvimento comunitário fica aquém do que deveria numa gestão verdadeiramente *bottom-up*.

Não obstante, e embora a autoridade pública seja a entidade mais frequentemente mencionada no que respeita à sua importância para a salvaguarda das práticas ligadas ao adufe, sublinha-se o papel de grupos informais e de agentes responsáveis por iniciativas que decorrem à margem desta e que envolvem uma coexistência entre comunidades e especialistas de património cultural. De entre as iniciativas referidas, destaca-se a Festa do Adufe, onde o grupo local de adufeiras possui um nível de controlo e de influência consideráveis. Uma vez que a Festa do Adufe assenta na transmissão de conhecimentos detidos pelas Adufeiras de Monsanto, com a presença de profissionais e investigadores apenas na qualidade de facilitadores e coorganizadores, e se baseia na narrativa da comunidade local, este evento pode ser considerado um caso de “património participado”. Contudo, sublinha-se a necessidade, frequentemente assinalada em procedimentos de gestão participada de património cultural (Roued-Cunliffe & Copeland, 2017), de criar parcerias e sinergias entre todos os elementos com responsabilidade sobre a salvaguarda e valorização – instituição pública, especialistas e comunidades detentoras.

### **Recomendações e pistas para investigação futura**

As conclusões que resultaram desta dissertação permitem ainda destacar algumas recomendações práticas para a promoção de modelos de gestão participada aplicados ao adufe da Beira Baixa e extensíveis a outras manifestações de património cultural. Desde logo, é premente a definição unívoca e a operacionalização do conceito de gestão participada, de modo a descartar interpretações ambíguas e, conseqüentemente, a promover uma ação concertada na valorização do adufe, que envolva a instituição pública, os profissionais e especialistas e as comunidades de artesãos/ãs e adufeiros/as. Para tal, impõe-se ainda uma sensibilização das comunidades e dos órgãos de política local para o conteúdo da Convenção de 2003 e da Convenção de Faro em relação aos procedimentos de gestão do património e da novidade que as mesmas constituem no modo como permitem dar voz às pessoas e às comunidades

detentoras. No mesmo sentido, sublinha-se a indispensabilidade de promover o diálogo constante entre todos os envolvidos na gestão e salvaguarda do adufe na região – adufeiros/as, artesãos, associações, grupos de cantares, autoridades públicas e investigadores. Este diálogo deverá promover uma reflexão sobre as potenciais sinergias entre a ação da instituição pública e as iniciativas da sociedade civil, tais como, por exemplo, a Festa do Adufe, que deverá ser acompanhada por uma análise do papel dos especialistas de património cultural e músicos profissionais nos projetos e iniciativas de valorização deste instrumento.

Do ponto de vista da investigação académica, a presente dissertação pode constituir-se como um primeiro passo para uma análise mais sistemática e para a definição de modelos de participação na valorização do património cultural em Portugal onde, como já foi referido, se trata ainda de uma área pouco explorada. Neste sentido, sugere-se a realização de estudos comparativos em relação a outros contextos, permitindo a identificação de obstáculos, padrões e boas práticas. Recomenda-se ainda uma investigação sobre os impactos de iniciativas de valorização patrimonial levadas a cabo pelas comunidades, na esteira do que foi aqui explorado em relação à Festa do Adufe, de modo a avaliar as potencialidades e as dificuldades de uma gestão participada do património cultural.

No caso concreto do adufe, a presente dissertação pode ainda potenciar uma investigação mais aprofundada sobre o significado do instrumento para as comunidades detentoras na região, favorecendo uma maior reflexão das mesmas sobre o seu próprio papel na gestão e valorização do seu património.

## FONTES

### Legislação Internacional

Conselho da Europa (2005). *Convenção-Quadro Europeia sobre o valor do Património Cultural para as Sociedades*. Conselho da Europa.

Conselho da Europa. (2014). Regulamento (UE) n.º 390/2014 do Conselho de 14 de abril de 2014 que institui o programa «Europa para os Cidadãos» para o período de 2014-2020.

Conselho da Europa (2017). *Recommendation of the Committee of Ministers to Member States on the European Cultural Heritage Strategy for the 21st century*.

ICOMOS Australia. (1999). *The Burra Charter: The Australia ICOMOS charter for the conservation of places of cultural significance*. Australia ICOMOS.

ICOMOS. (2011). *Princípios de La Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos*. ICOMOS.

UNESCO (2003). *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*. UNESCO.

### Legislação Portuguesa

Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro. *Diário da República*, Série I-A, n.º 209, de 2001-09-08, pp. 5808 – 5829. Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

Decreto-Lei n.º 139/2009, de 04 de agosto. *Diário da República*, Série I, n.º 150, de 2009-08-04, pp. 3647- 3653- Regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial.

Diário da República. (s.d.). Valorização do património cultural. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/lexionario/termo/valorizacao-patrimonio-cultural> [última consulta a 02/09/2025].

### Fontes Estatísticas

Instituto Nacional de Estatística. (2021). *População residente*. Disponível em: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_qa\\_populacao](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_qa_populacao) [última consulta a 02/09/2025]

## Fontes Administrativas

MatrizPCI (s.d.). Disponível em: <https://matrizpci.patrimoniocultural.gov.pt/> [última consulta a 02/09/2025]

Memoriamedia (s.d.). *Inventário PCI*. Disponível em: <https://www.memoriamedia.net/index.php/todo-fundo-memoriamedia?resetfilters=0&clearordering=0&clearfilters=0> [última consulta a 02/09/2025]

Plano Nacional das Artes. (2021). *Carta do Porto Santo: A cultura e a promoção da democracia: para uma cidadania cultural europeia*. Ministério da Cultura.

UN Millennium Project. (2005). *Investing in Development: A Practical Plan to Achieve the Millennium Development Goals*.

UNDP (1997). *Governance for Sustainable Human Development*. United Nations Development Programme.

UNESCO (2015). *Policy for the Integration of a Sustainable Development Perspective into the Processes of the World Heritage Convention*. Paris: UNESCO.

UNESCO (2016). *Diretrizes Operativas para a Aplicação da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*. UNESCO.

UNESCO (2019). *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. UNESCO.

UNESCO & ACCU (2006). *Expert Meeting on Community Involvement in Saveguarding Intangible Cultural Heritage: Towards the Implementation of the 2003 Convention*.

## Fontes audiovisuais

A Música Portuguesa a Gostar Dela Própria (s.d.). Disponível em: <https://amusicaportuguesaagostardelapropria.org/map> [última consulta a 02/09/2025].

Beira Baixa TV (2024a). Disponível em: [https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch\\_permalink&v=3727043407533569](https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=3727043407533569). [última consulta a 14/08/2025].

Beira Baixa TV (2024b). Disponível em: <https://www.facebook.com/beirabaixatv/videos/1530739767879841> [última consulta a 14/08/2025].

RTP (s.d.). *Festa da Divina Santa Cruz em Monsanto*. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/festa-da-divina-santa-cruz-em-monsanto/> [última consulta a 02/09/2025]

RTP (s.d.). *O S. João na Tradição Musical Popular*. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/o-s-joao-na-tradicao-musical-popular/> [última consulta a 02/09/2025]

## Imprensa

Diário Digital Castelo Branco. (2021). Câmara de Idanha-a-Nova homenageia Adufe. Disponível em: <https://www.diariodigitalcastelobranco.pt/noticia/58673/camara-de-idanha-a-nova-homenageia-adufe> [última consulta em 02/09/2025].

Lusa (2014, 19 de novembro). *Idanha-a-Nova candidata-se a Cidade da Música da UNESCO*. (2014, 19 de novembro). Disponível em: <https://www.publico.pt/2014/11/19/culturaipsilon/noticia/idanhaanova-candidatase-a-cidade-da-musica-da-unesco-1676776> [última consulta a 02/09/2025]

Câmara Municipal de Idanha-a-Nova. (2024). Revista Adufe, 31. Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

## Outras Fontes

Festa do Adufe (s.d.). Programação. Disponível em: <https://festadoadufe.com/programacao/> [última consulta a 04/09/2025].

Festa do Adufe (s.d.). *FAQ*. Disponível em: <https://festadoadufe.com/faq/> [última consulta a 02/09/2025]

Filarmónica Idanhense (2020). Adufando: O ensino de Adufe a crianças e jovens. Disponível em: [https://idanhense.wixsite.com/adufando?fbclid=IwAR2\\_kDYQ0Xrrx57JCBaHsXwy21CZCMzsux-HQ3b6G095j9VcgijwxYK5kQA](https://idanhense.wixsite.com/adufando?fbclid=IwAR2_kDYQ0Xrrx57JCBaHsXwy21CZCMzsux-HQ3b6G095j9VcgijwxYK5kQA) [última consulta a 23/04/2025]

Geneall. (s.d.). Idanha-a-Nova (Concelho de). Disponível em: <https://geneall.net/pt/mapa/83/idanha-a-nova/> [última consulta a 02/09/2025].



## BIBLIOGRAFIA

- Adell, N., Bendix, R., Bortolotto, C. & Tauschek, M. (2015). Introduction. Between Imagined Communities and Communities of Practice: Participation, Territory and the Making of Heritage. In N. Adell, R. Bendix, C. Bortolotto & M. Tauschek (Eds.), *Between Imagined Communities of Practice* (pp. 7-21). Göttingen University Press.
- ADEPAC. (s.d.). *Adufe*. Disponível em: <https://adepac.pt/adufe/> [última consulta a 02/09/2025].
- Amaro, R. R. (2018<sup>a</sup>). Nota editorial. *Revista de economia solidária – A economia solidária e os comuns imateriais – o caso específico da moeda* 12, 7-11. Associação Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico.
- Amaro, R. R. (2018b). *Manual de práticas e métodos sobre grupos comunitários*. Leigos para o Desenvolvimento.
- Anico, M. (2009). Políticas da Cultura em Portugal e Espanha. *PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 7(1), 57–71. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2009.07.005>
- Antunes, J. L. (2023). A arte da relevância implica ouvir as pessoas, antes de começarmos a falar. In *10+1: Acesso, participação e democracia cultural: visões e experiências*. 36-47. Acesso Cultura, Associação Cultural.
- Araújo, M., & Rodrigues, M. L. (2017). Modelos de análise das políticas públicas. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 83, 11–35. <https://doi.org/10.7458/SPP2017839969>
- Arnstein, S. R. (1969). A ladder of citizen participation. *Journal of the American Institute of Planners*, 35(4), 216–224. <https://doi.org/10.1080/01944366908977225>
- Auclair, E. (2015). Ordinary Heritage, participation and social cohesion – the suburbs of Paris. In E. Auclair & G. Fairclough (Eds.), *Theory and Practice in Heritage and Sustainability: Between Past and Future* (1st ed, pp. 25-39). Routledge.
- Auclair, E. & Fairclough, G. (2015). Living between past and future: An Introduction to Heritage and Cultural Sustainability. In E. Auclair & G. Fairclough (Eds.), *Theory and Practice in Heritage and Sustainability: Between Past and Future* (1st ed, pp. 1-22). Routledge.
- Babbie, E. (2013). *The Practice of Social Research (13th edition)*. Wadsworth CENGAGE Learning.
- Barata, F. T. (2020). A Legislação Portuguesa sobre Património Imaterial, o papel das Comunidades e a Gestão Integrada dos Museus: Caminhos divergentes? In

- NUGEP/UNIRIO (Ed.), *Gestão Integrada do Património em Museus e Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, Vol. 1 (pp. 44–59).
- Barbe, N., Chauliac, M., & Tornatore, J.-L. (2015). Intangible cultural heritage exposed to public deliberation: A participatory experience in a regional nature park (M. Deer, Trans.). In N. Adell et al. (Eds.), *Between Imagined Communities of Practice* (Göttingen Studies in Cultural Property; pp. 201-217). Göttingen University Press. <https://doi.org/10.4000/books.gup.227>
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo (1st ed.)*. Edições 70.
- Bianchini, F., Collin, J.-D., Dal Pozzolo, L. & Matarasso, F. (2020). 1.5. What’s new about participation? In F. Dupin-Meynard & E. Négrier (Eds.), *Cultural policies in Europe: A participatory turn?* (pp. 105–119). Éditions de l’Attribut. <https://doi.org/10.3917/e.attri.dupi.2020.01.0105>
- Bidault, M. (2018). Heritage and participation as matters of human rights. In A.-M. Halme, T. Mustonen, J.-P. Taavitsainen, S. Thomas, & A. Weij (Eds.), *Heritage is ours: Citizens participating in decision making* (pp. 74–85). Europa Nostra Finland.
- Blair, H. (2008). Innovations in Participatory Local Governance. In *Participatory Governance and the Millennium Development Goals (MDGs)* (pp. 77–120). United Nations.
- Bollier, D. (2012). Os bens comuns: um setor negligenciado da criação de riqueza. *Lugar Comum*, 31, 43–54.
- Bonet, L., Carnelli, L., Calvano, G., Dupin-Meynard, F., Négrier, E. & Zuliani, E. (2020). Conclusion. In *Cultural policies in Europe: a participatory turn?* (pp. 217–232). Occitanie en scène.
- Bonnici, U. M. (2009). The human right to the cultural heritage – The Faro Convention’s contribution to the recognition and safeguarding of this human right. In *Heritage and Beyond* (pp. 53–58). Council of Europe Publishing.
- Borona, G. & Ndiema, E. (2014). Merging research, conservation and community engagement: Perspectives from TARA’s rock art community projects in Kenya. In *Journal of Cultural Heritage, Management and Sustainable Development*, 184-195.
- Bortolotto, C. (2011). Le trouble du patrimoine culturel immatériel. In C. Bortolotto (Eds.), *Le patrimoine culturel immatériel: Enjeux d’une nouvelle catégorie* (pp. 21-43). Éditions de la Maison des sciences de l’homme.
- Bortolotto, C. (2015). UNESCO and Heritage Self-Determination: Negotiating Meaning in the Intergovernmental Committee for the Safeguarding of the ICH. In N. Adell, R. Bendix, C.

- Bortolotto & M. Tauscheck (Eds.), *Between Imagined Communities of Practice*. (pp. 249-272). Göttingen University Press.
- Brigham, L., Brigham, R., Brown, P. & Graham, H. (2016). Living with history in York: Increasing participation from where you are. In G. Chitty (Ed.), *Heritage, conservation and communities: Engagement, participation and capacity building* (pp. 143–162). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315586663-21>
- Bruku, S. (2015). Community Engagement in Historical Site Protection: Lessons from the Elmina Castle Project in Ghana. *Conservation and Management of Archaeological Sites*, 17(1), 67–76. <https://doi.org/10.1179/1350503315Z.00000000094>
- Bryman, A. (2016). *Social research methods* (5th ed.). Oxford University Press.
- Burström, M. (2014). More than a Sensitive Ear: What to Expect of a Professional Expert. In J. Schofield (Ed.), *Who Needs Experts? Counter-mapping Cultural Heritage* (pp. 101–112). Routledge.
- Cabral, L. P. (2013). Adufes. *Revista Adufe*, 21, 44-53.
- Calado, S. S. & Ferreira, S. C. R. (2005). Análise de Documentos: Método de Recolha e Análise de Dados. *Metodologia da Investigação I*. 1, 13.
- Camacho, C. F., Carvalho, A. M., Ferreira, E., Ferro, I., Fernandes, I. M., Varejão, J. M., Silva, R. H., Jerónimo, R. & Brighenti, S. B. (2021). *Grupo de Projeto Museus no Futuro. Relatório Final*. DGPC.
- Campenhoudt, L., Quivy, R., & Marquet, J. (2019). *Manual de investigação em ciências sociais* (2.<sup>a</sup> ed.). Gradiva.
- Cardoso, M. M. (2016). Centro de Memórias do Museu do Trabalho Michael Giacometti. In A. Carvalho (Ed.), *Participação: Partilhando a Responsabilidade*, 95-102. Acesso Cultura, Associação Cultural.
- Carvalho, A. (2016). Introdução: Perspetivas sobre Projectos Participativos nas Instituições Culturais. In A. Carvalho (Ed.), *Participação: Partilhando a Responsabilidade*, 4-16. Acesso Cultura, Associação Cultural.
- Carvalho, A. (2020). Reflexões sobre Património Cultural Imaterial e Museus: das Políticas às Práticas. In NUGEP/ UNIRIO (Ed.), *Gestão Integrada do Património em Museus e Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* (Vol. 1, pp. 13–43).
- Carvalho, A. (2022). Intangible cultural heritage and public policies in Portugal: An overview. In Universidade de Évora (Ed.), *Intangible Cultural Heritage and Digital Media: Portugal - Slovakia Readings* (pp. 46–63).

- Carvalho, A. & Falanga, R. (2016). Da Democratização das Formas de Governação na Política à Partilha de Autoridade no Campo dos Museus e do Património. In A. Carvalho (Ed.), *Participação: Partilhando a Responsabilidade*, 29-44. Acesso Cultura, Associação Cultural.
- Chirikure, S. & Pwiti, G. (2008). Community Involvement in Archaeology and Cultural Heritage Management: An assessment from case studies in southern Africa and elsewhere. *Current Anthropology*, 49, 467-485. <https://doi.org/10.1086/588496>
- Choay, F. (2010). *A alegoria do património*. Edições 70.
- Cohen, J. (2008). 'This drum I play': Women and square frame drums in Portugal and Spain. *Ethnomusicology Forum*, 17(1), 95–124. <https://doi.org/10.1080/17411910801972966>
- Conforti, M. E., Fernández-Lomana, J. C. D., Mariano, M., Endere, M. L. & Alonso, A. J. R. (2015). World Heritage and the Local Community: The Case of Atapuerca (Burgos, Spain). *Conservation and Management of Archaeological Sites*, 17(4), 327–339. <https://doi.org/10.1080/13505033.2016.1175904>
- Cooke, B. & Kothari, U. (2001). *Participation: The New Tyranny*. Zed Books.
- Copeland, A. (2017). The Bethel AME Church Archive: partners and participants. In H. Roued-Cunliffe & A. Copeland (Eds.), *Participatory Heritage* (pp. 15-24). Facet Publishing.
- Cordeiro, P. (2021). *Inventário do Património Cultural Imaterial. Contributos para uma caracterização da sua implementação em Portugal entre 2011-2021*. [Dissertação de Mestrado – Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/137689/2/514683.pdf>
- Costa, A. F. da. (1997). Políticas Culturais: Conceitos e Perspectivas. *OBS*, 2, 10–14.
- Costa, C. S. Q. da. (2018). *Património Cultural Imaterial: Políticas patrimoniais, agentes e organizações. O processo de patrimonialização do Kola San Jon em Portugal*. [Tese de Doutoramento – Universidade Nova de Lisboa]. RUN- Repositório da Universidade Nova. [https://run.unl.pt/bitstream/10362/61279/1/Tese\\_Final.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/61279/1/Tese_Final.pdf)
- Costa, P. (2020). Cultural participation and territorial development: some insights from the Portuguese case. In F. Dupin-Meynard & E. Négrier (Eds), *Cultural policies in Europe: a participatory turn?* (pp. 123–140). Occitanie en scène.
- Costa, P. F. da. (2009). Drawing-up a nation-wide inventory of intangible heritage in Portugal. *International Journal of Intangible Heritage*, 4, 138–142.
- Costa, P. F. da. (2013). Património imaterial: entre as comunidades e as organizações. *Revista Património*, 154–159.

- Costa, R. P. (2014). Ridendo Castigat Mores. A Transcrição de Entrevistas e a (Re)construção Social da Realidade. In *Actas do VIII Congresso Português de Sociologia: “40 Anos de Democracia(s): Progressos, Contradições e Prospetivas”*. 1-12.
- Court, S., & Wijesuriya, G. (2015). *People-Centred Approaches to the Conservation of Cultural Heritage: Living Heritage*.
- Coutinho, C. P. (2023). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática* (2ª ed.). Almedina.
- Creighton, J. (2005). *The Public Participation Handbook: Making Better Decisions Through Citizen Involvement*. Jossey-Bass.
- Creswell, J. W. (1994). *Research design: Qualitative & quantitative approaches*. Sage Publications, Inc.
- Crooke, E. (2007). *Museums and Community: ideas, issues and challenges*. Routledge.
- Crooke, E. (2008). An Exploration of the Connections among Museums, Community and Heritage. In B. Graham & P. Howard (Eds.) *The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity* (pp. 415-424). Routledge.
- Crouch, D. (2015). Affect, Heritage, Feeling. In E. Waterton & S. Watson (Eds.), *The Palgrave handbook of contemporary heritage research* (pp. 177–190). Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1057/9781137293565>
- Davallon, J. (2006). *Le Don Du Patrimoine: Une Approche Communicationnelle de la Patrimonialisation*. Hermes Science Publications.
- Davidson, S. (1998). Spinning the wheel of empowerment. *Planning*, 1262(1). (pp. 14-15).
- Deacon, H. & Smeets, R. (2013). Authenticity, Value and Community Involvement in Heritage Management under the World Heritage and Intangible Heritage Conventions. *Heritage & Society*, 6(2), 129–143. <https://doi.org/10.1179/2159032X13Z.0000000009>
- De la Torre, M. & Mason, R. (2002). Introduction. In Getty Conservation Institute (Ed.), *Assessing the Values of Cultural Heritage* (pp. 3-4). Getty Conservation Institute.
- Dewalt, K. M. & Dewalt, B. R. (2002). *Participant observation: A guide for fieldworkers*. AltaMira.
- Dias, A. C. M. (2010). *As faces do adufe*. Comunicação apresentada no V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular, Universidade do Algarve, Portugal.
- Dias, A. C. M. (2011). *O Adufe: Contexto Histórico e Musicológico*. [Dissertação de Mestrado – Universidade do Algarve]. RCAAP – Repositório Comum. <https://comum.rcaap.pt/bitstreams/5c4dc06f-6ea5-4cce-abd7-a5262e71593f/download>
- Dias, J. L. (1971). *Etnografia da Beira* (2nd ed.). Livraria Morais.

- Dolff-Bonekämper, G. (2009). The social and spatial frameworks of heritage – What is new in the Faro Convention? In *Heritage and beyond* (pp. 69-74). Council of Europe Publishing.
- Dragouni, M. & Lekakis, S. (2023). Co-creating the future of heritage in-the-making: empirical evidence from community deliberation at Naxos Island, Greece. *International Journal of Heritage Studies*, 29(4), 294–313. <https://doi.org/10.1080/13527258.2023.2181376>
- Dubois, V. (2015). Cultural Policy Regimes in Western Europe. In J. D. Wright (Ed.), *International Encyclopedia of The Social & Behavioral Sciences* (2nd ed., pp. 460–465). Elviesier.
- Fairclough, G. (2009). The cultural context of sustainability – Heritage and living. In *Heritage and beyond* (pp. 125–127). Council of Europe Publishing.
- Fairclough, G. (2014). What Was Wrong With Duffon? Reflections on Counter-Mapping: Self, Alterity and Community. In J. Schofield (Ed.), *Who Needs Experts? Counter-mapping Cultural Heritage* (pp. 241-248).Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315547251>
- Falanga, R. (2013). Participation and Public Sector: A Democratic Challenge. *Universitas Humanas*, 10(2), 11–20.
- Félix, P. (2003). O concurso “A Aldeia Mais Portuguesa de Portugal” (1938). In S. E. Castelo-Branco & J. F. Branco (Eds.), *Vozes do Povo: A folclorização em Portugal* (207-232). Etnográfica Press,
- Filipe, G. & Camacho, C. F. (2018). Que futuro queremos dar ao(s) museu(s)? Algumas questões da museologia contemporânea, entre o panorama mundial e a situação em Portugal. *RP – Revista Património*, (5), 49–59.
- Forbes, N., & Colella, S. (2019). Embedding engagement: Participatory approaches to cultural heritage. *SCIRES-IT*, 9(1), 69–78. <https://doi.org/10.2423/i22394303v9n1p69>
- Foroughi, M., de Andrade, B., Roders, A. P. & Wang, T. (2023). Public participation and consensus-building in urban planning from the lens of heritage planning: A systematic literature review. *Cities*, 135(10), pp. 1-6. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2023.104235>
- Freeman, J. (2017). A communal rock: sustaining a community archives in Flat Rock, Georgia. In H. Roued-Cunliffe & A. Copeland (Eds.), *Participatory Heritage* (pp. 3-14). Facet Publishing.
- Fung, A. (2006). *Varieties of participation in complex governance*. *Public Administration Review*, 66, 66–75. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2006.00667>
- Fung, A., & Wright, E. O. (2003). Thinking about Empowered Participatory Governance. In *Deepening Democracy. Institutional Innovations in Empowered Participatory Governance*, Vol. 4 (pp. 1–40). Verso.

- Gabriel, L. W. & Jensen, T. (2017). Who is the expert in participatory culture? In H. Roued-Cunliffe & A. Copeland (Eds.), *Participatory Heritage* (pp. 3-14). Facet Publishing.
- Galla, A. (2008). The First Voice in Heritage Conservation. *International Journal of Intangible Heritage*, 3, 10–25.
- Garcia, J. L., Lopes, J. T., Martinho, T. D., Neves, J. S., Gomes, R. T. & Borges, V. (2016). Mapping cultural policy in Portugal: From incentives to crisis. *International Journal of Cultural Policy*, 24(5), 577–593. <https://doi.org/10.1080/10286632.2016.1248950>
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (2001). *O Inquérito*. Oeiras: Celta Editora.
- Goddard, S. (2009). Heritage partnerships: Promoting public involvement and understanding. In *Heritage and beyond* (pp. 141–148). Council of Europe Publishing.
- Gonçalves, J. & Alexandre, J. R. (2023). Introdução. In J. Gonçalves & J. R. Alexandre (Eds.), *Cancioneiro da Música Tradicional de São Miguel de Acha*, 15-89. Edições Colibri.
- González, P. A. (2014). From a given to a construct: Heritage as a commons. *Cultural Studies*, 28(3), 359–390. <https://doi.org/10.1080/09502386.2013.789067>
- Gomes, M. A. O., Soares, N. & Bronzatto, L. A. (2015). *Metodologias Participativas, Elaboração e Gestão de Projetos*. WWF.
- Gouveia, P. H. de. (2016). Dez Ideias Feitas sobre Participação. In *Participação: Partilhando a Responsabilidade* (pp. 83-90), Acesso Cultura.
- Graham, B. & Howard, P. (2008). Introduction: Heritage and Identity. In B. Graham & P. Howard (Eds.) *The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity* (pp. 19-36). Routledge.
- Grcheva, O. & Oktay Vehbi, B. (2021). From Public Participation to Co-Creation in the Cultural Heritage Management Decision-Making Process. *Sustainability*, 13(16), pp. 1-20. <https://doi.org/10.3390/su13169321>
- Groote, P. & Haartsen, T. (2008). The Communication of Heritage: Creating Place Identities. In B. Graham & P. Howard (Eds.) *The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity* (pp. 181-194). Routledge.
- Guerra, I. (2010). Participar porquê e para quê? Reflexões em torno dos efeitos da democracia local na equidade e na legitimidade dos eleitos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 91, 121–134. <https://doi.org/10.4000/rccs.4182>
- Guest, G., Namey, E., Taylor, J., Eley, N. & McKenna, K. (2017) Comparing focus groups and individual interviews: findings from a randomized study. In *International Journal of Social Research Methodology*, 20(6), 693-708.

- Gundumogula, M. (2020). Importance of Focus Groups in Qualitative Research. In *International Journal of Humanities and Social Science*, 8(11), 299-302.
- Guthrie, D. (2008). Strengthening the Principle of Participation in Practice for the Achievement of the Millennium Development Goals. In *Participatory Governance and the Millennium Development Goals (MDGs)* (pp. 163-191). United Nations.
- Hafstein, V. T. (2009). Intangible heritage as a list: from masterpieces to representation. In L. Smith & N. Akagawa (Eds.), *Intangible Heritage* (pp. 93-111). Routledge.
- Haldrup, M. & Bærenholdt, J. O. (2015). Heritage as Performance. In E. Waterton & S. Watson (Eds.), *The Palgrave handbook of contemporary heritage research* (pp. 52-68). Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1057/9781137293565>
- Halme, A.-M., Mustonen, T., Taavitsainen, J.-P., Thomas & S., Weij, A. (2018). Introduction. In A.-M. Halme, T. Mustonen, J.-P. Taavitsainen, S. Thomas, & A. Weij (Eds.), *Heritage is ours: Citizens participating in decision making* (pp. 12-17). Europa Nostra Finland.
- Harrison, H. (2015). Heritage and Globalization. In E. Waterton & S. Watson (Eds.), *The Palgrave handbook of contemporary heritage research* (pp. 297–312). Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1057/9781137293565>
- Häyrynen, M. (2018). Cultural Heritage and Participatory Governance. In A.-M. Halme, T. Mustonen, J.-P. Taavitsainen, S. Thomas, & A. Weij (Eds.), *Heritage is ours: Citizens participating in decision making* (pp. 6-9). Europa Nostra Finland.
- Head, B. W. (2007). Community engagement: Participation on whose terms? *Australian Journal of Political Science*, 42(3), 441–454. <https://doi.org/10.1080/10361140701513570>
- Heras V., C., Cordero, M., S., M, Wijffels, A., Tenze, A. & Paredes, D., E., J. (2019). Heritage values: towards a holistic and participatory management approach. *Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development*, 9(2), 199–211. <https://doi.org/10.1108/JCHMSD-10-2017-0070>
- Hodges, A. & Watson, S. (2000). Community-based Heritage Management: a case study and agenda for research. *International Journal of Heritage Studies*, 6(3), 231–243. <https://doi.org/10.1080/13527250050148214>
- Howard, K. (2022). Musical Instruments as tangible cultural heritage and as/for intangible cultural heritage. In *International Journal of Cultural Property*, 29, 23-44.
- Human, H. (2015). Democratising world heritage: The policies and practices of community involvement in Turkey. *Journal of Social Archaeology*, 0(0), 1-24.

- Jones, S. (2017). Wrestling with the Social Value of Heritage: Problems, Dilemmas and Opportunities. *Journal of Community Archaeology and Heritage*, 4(1), 21–37. <https://doi.org/10.1080/20518196.2016.1193996>
- International Association for Public Participation (n.d.). *Pillars of public participation*. Disponível em: <https://www.iap2.org/page/pillars> [última consulta a 02/09/2025]
- Kiddey, R. R. M. & Schofield, J. (2015). Keeping it real: Social sustainability in the Homeless Heritage project in Bristol and York. In E. Auclair & G. Fairclough (Eds.), *Theory and Practice in Heritage and Sustainability: Between past and future* (pp. 40-53). Routledge.
- Kirshenblatt-Gimblett, B. (2004). Intangible heritage as metacultural production. *Museum International*, 56(1–2), 52–65.
- Kisic, V. (2018). Heritage in the Era of Plurality. In A.-M. Halme, T. Mustonen, J.-P. Taavitsainen, S. Thomas & A. Weij (Eds.), *Heritage is ours: Citizens participating in decision making* (pp. 134-140). Europa Nostra Finland.
- Kohler-Koch, B. & Rittberger, B. (2006). Review article: The “Governance turn” in EU studies. *Journal of Common Market Studies*, 44(1), 27–49. <https://doi.org/10.1111/j.1468-5965.2006.00642.x>
- Landorf, C. (2009). A framework for sustainable heritage management: A study of UK industrial heritage sites. *International Journal of Heritage Studies*, 15(6), 494–510. <https://doi.org/10.1080/13527250903210795>
- Loeff, K. (2018). Creating Ambassadors – the Best Heritage Community in the Netherlands. In A.-M. Halme, T. Mustonen, J.-P. Taavitsainen, S. Thomas & A. Weij (Eds.), *Heritage is ours: Citizens participating in decision making* (pp. 34-37). Europa Nostra Finland
- Lopes, J. T. (2007). *Da Democratização à Democracia Cultural. Uma Reflexão sobre Políticas Culturais e Espaço Público*. Profedições.
- Low, S. M. (2002). Anthropological-Ethnographic Methods for the Assessment of Cultural Values in Heritage Conservation. In Getty Conservation Institute (Ed.), *Assessing the Values of Cultural Heritage* (pp. 31-49). Getty Conservation Institute.
- Lowenthal, D. (1985). *The Past is a Foreign Country*. Cambridge University Press.
- Lowndes, V., Pratchett, L. & Stoker, G. (2006). Local political participation: The impact of rules-in-use. *Public Administration*, 84(3), 539-61. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9299.2006.00601.x>
- Macedo, S. C. (2021, 27 de dezembro). Património Cultural e Governança Participada. *Patrimonio.pt* [online]. Disponível em:

<https://www.patrimonio.pt/post/patrim%C3%B3nio-cultural-e-governan%C3%A7a-participada> [última consulta a 02/09/2025]

- Mackay, R. & Johnston, C. (2010). Heritage Management and Community Connections – on The Rocks. *Journal of Architectural Conservation*, 16(1), 55–74. <https://doi.org/10.1080/13556207.2010.10785062>
- Martins, H. H. T. S. (2004). Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, 30(2), 289-300.
- Masadeh, M. A. (2012). Focus Group: Reviews and Practices. *International Journal of Applied Science and Technology*, 2(10), 63-68.
- Mason, R. (2002). Assessing Values in Conservation Planning: Methodological Issues and Choices. In Getty Conservation Institute (Ed.), *Assessing the Values of Cultural Heritage* (pp. 3-4). Getty Conservation Institute.
- Meirinhos, M. & Osório, A. (2010). O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. *EduSer: Revista de Educação*, 2(2), 49–65. <https://doi.org/10.34620/eduser.v2i2.24>
- Meyer-Bisch, P. (2009). On the “right to heritage” – The innovative approach of Articles 1 and 2 of the Faro Convention. In *Heritage and Beyond* (pp. 59–67). Council of Europe Publishing.
- Mišetić, A. & Ursić, S. (2015). Remembering cities: The role of memory in the culturally sustainable development of Dubrovnik (Croatia). In *Theory and Practice in Heritage and Sustainability* (pp. 69–83). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315771618-8>
- Modwel, N. (2016). Community involvement in mapping and safeguarding of intangible cultural heritage in India. In G. Chitty (Ed.), *Heritage, Conservation and Communities: Engagement, participation and capacity building* (pp. 78-91). Routledge
- Molina, M. (2006). *Frame drums in the medieval Iberian Peninsula*. [Tese de Doutoramento – The City University of New York]. [https://www.academia.edu/7325880/Frame\\_Drums\\_in\\_the\\_Medieval\\_Iberian\\_Peninsula\\_Ph\\_D\\_dissertation\\_2006](https://www.academia.edu/7325880/Frame_Drums_in_the_Medieval_Iberian_Peninsula_Ph_D_dissertation_2006)
- Moreira, A., Paulo, D., Roque, F., Pinto, I., Pizarro, M. & Jerónimo, R. (2023). *Relatório do Grupo de Trabalho sobre a Rede Portuguesa de Museus*. DGPC, Ministério da Cultura.
- Município de Idanha-a-Nova (2015). *Idanha-a-Nova candidata-se à Rede de Cidades Criativas da UNESCO âmbito da Música* [online] Disponível em: [https://www.cm-idanhanova.pt/divulgacao/arquivo\\_noticias/noticias\\_2015/idanha\\_bid.aspx](https://www.cm-idanhanova.pt/divulgacao/arquivo_noticias/noticias_2015/idanha_bid.aspx) [última consulta a 02/09/2025].

- Município de Idanha-a-Nova (s.d). *A Comissão de Candidatura* [online]. Disponível em: <http://cityofmusic.cm-idanhanova.pt/candidatura/a-comiss%C3%A3o-da-candidatura.aspx> [última consulta a 02/09/2025]
- Município de Idanha-a-Nova (s.d). *Quais os benefícios do título Cidade da Música* [online]. Disponível em: <http://cityofmusic.cm-idanhanova.pt/candidatura/quais-os-benef%C3%ADcios-para-idanha-a-nova-do-t%C3%ADtulo-cidade-da-m%C3%BAsica-da-unesco.aspx> [última consulta a 02/09/2025]
- Mydland, L. & Grahn, W. (2011). Identifying Heritage Values in Local Communities. *International Journal of Heritage Studies*, 18, 564-587. <https://doi.org/10.1080/13527258.2011.619554>
- Neal, C. (2015). Heritage and Participation. In E. Waterton & S. Watson (Eds.), *The Palgrave handbook of contemporary heritage research* (pp. 346-365). Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1057/9781137293565>
- Négrier, E. (2020). Introduction. In F. Dupin-Meynard & E. Négrier (Eds.), *Cultural policies in Europe: a participatory turn?* (pp. 11–27). Ed. de l'attribut.
- Neves, J. S. (2021), Políticas culturais de museus em Portugal: ciclos e processos de reflexão estratégica participada. *MIDAS: Museus e estudos interdisciplinares*, 13, 1-23.
- Obot, V. O., Afia, U. U. & Johnson, N. I. (2022). Community Participation and Empowerment in Promoting Healthy Communities. *International Journal of Public Health, Pharmacy and Pharmacology*, 7(4), 15–30. <https://www.eajournals.org/>
- Ocaña-Fernandez, Y. & Fuster-Guillén, D. (2021). The bibliographical review as a research methodology. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 14(33), 1-15. <http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v14i33.15614>
- OCDE. (2001). *Citizens as Partners: Information, Consultation and Public Participation in Policy-Making*. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/9789264195561-en>
- Oliveira, E. V. (2000). *Instrumentos Musicais Populares Portugueses* (3rd ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Olshanskaya, E. (2018). Study the Past. Act Today. Influence Tomorrow. In A.-M. Halme, T. Mustonen, J.-P. Taavitsainen, S. Thomas & A. Weij (Eds.), *Heritage is ours: Citizens participating in decision making* (pp. 44-47). Europa Nostra Finland.
- OMC (2018). *Participatory Governance of Cultural Heritage*. Luxembourg: European Union.
- Osmani, S. (2008). Participatory Governance: An Overview of Issues and Evidence. In *Participatory Governance and the Millenium Development Goals (MDGs)* (pp. 1–45). United Nations.

- Ostrom, E. (1990). *Governing the commons: The evolution of institutions for collective action*. Cambridge University Press.
- Peralta, E. & Anico, M. (2008). Introduction. In M. Anico & E. Peralta (Eds.), *Heritage and identity: Engagement and demission in the contemporary world* (pp. 1-12). Routledge.
- Perkin, C. (2010). Beyond the rhetoric: negotiating the politics and realising the potential of community driven heritage engagement. *International Journal of Heritage Studies*, 16(1-2), 107-122. <https://doi.org/10.1080/13527250903441812>
- Pettinati, L.; Ferreira, T., C.; Marques, T.; Azevedo, N. & Pérez, J. R. (2024). Cultural heritage mapping through community participation in Vale de Massarelos (Porto). In *Proceedings of the International Conference on Nature for Innovative and Inclusive Urban Regeneration (NATiURB 2022)*. (pp. 216-236). Atlantis Press. [https://doi.org/10.2991/978-94-6463-469-3\\_18](https://doi.org/10.2991/978-94-6463-469-3_18)
- Platteau, J. (2008). Pitfalls of Participatory Development. In *Participatory Governance and the Millennium Development Goals (MDGs)* (pp. 45–68). United Nations.
- Polivtseva, E. (2024). *State of Culture Report*. Culture Action Europe.
- Poulios, I. (2011). Is Every Heritage Site a “Living” One? Linking Conservation to Communities’ Association with Sites. *The Historic Environment: Policy & Practice*, 2(2), 144–156. <https://doi.org/10.1179/175675011x13122044136550>
- Poulios, I. (2014). Discussing strategy in heritage conservation: Living with heritage. *Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development*, 4(1), 16–29. <https://doi.org/10.1108/JCHMSD-12-2012-0055>
- Prats, L. (2008). Heritage according to scale. In M. Anico & E. Peralta (Eds.), *Heritage and identity: Engagement and demission in the contemporary world* (pp- 76-89). London: Routledge.
- Ridge, M. (2017). The contributions of family and local historians to British history online. In H. Roued-Cunliffe & A. Copeland (Eds.), *Participatory Heritage* (pp. 57-66). Facet Publishing.
- Ripp, M. (2018). *Heritage as a system and process that belongs to local communities: Reframing the role of local communities and stakeholders*. Council of Europe.
- Robertson, I. J. M. (2008). Heritage from Below: Class, Social Protest and Resistance. In P. Howard & B. Graham (Eds.), *The Routledge Research Companion to Heritage and Identity* (pp. 143–158). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315613031-11>
- Robertson, I. J. M. (Ed.). (2012). *Heritage from Below*. Routledge

- Rosetti, I., Bertrand Cabral, C., Pereira Roders, A., Jacobs, M. & Albuquerque, R. (2022). Heritage and Sustainability: Regulating Participation. *Sustainability*, 14(3), 1674. <https://doi.org/10.3390/su14031674>
- Roued-Cunliffe, H. & Copeland, A. (2017). Introduction: what is participatory heritage. In H. Roued-Cunliffe & A. Copeland (Eds.), *Participatory Heritage* (pp. 15-21). Facet Publishing.
- Sagoe, D. (2012). Precincts and Prospects in the Use of Focus Groups in Social and Behavioral Science Research. *The Qualitative Report*, 17, 1-16.
- Salvesen, L. B. & Keitsch, M. (2021). Preservation and promotion of intangible cultural heritage – A participatory design approach (Atas da 23rd International Conference on Engineering and Product Design Education (E&PDE 2021), Herning, Dinamarca). In H. Grierson, E. Bohemia & L. Buck (Eds.), *E&PDE proceedings*. <https://doi.org/10.35199/EPDE.2021.31>
- Sannemann, C. (2018). The Artova Model. In A.-M. Halme, T. Mustonen, J.-P. Taavitsainen, S. Thomas & A. Weij (Eds.), *Heritage is ours: Citizens participating in decision making* (pp. 52–55). Europa Nostra Finland.
- Santoro, A., Venturi, M. & Agnoletti, M. (2021). Landscape Perception and Public Participation for the Conservation and Valorization of Cultural Landscapes: The Case of the Cinque Terre and Porto Venere UNESCO Site. *Land*, 10(2), 93. <https://doi.org/10.3390/land10020093>
- Santos, R. P. (2023). Acesso Cultura: 10 anos. In *10+1: Acesso, participação e democracia cultural: visões e experiências*. (pp. 7-10). Acesso Cultura, Associação Cultural.
- Sather-Wagstaff, J. (2015). Heritage and Memory. In E. Waterton & S. Watson (Eds.), *The Palgrave handbook of contemporary heritage research* (pp. 191-204). Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1057/9781137293565>
- Schofield, J. (2008). Heritage Management, Theory and Practice. In G. Fairclough, R. Harrison, J. H. Jameson & J. Schofield (Eds.), *The Heritage Reader*. (pp. 15-30). Routledge.
- Schofield, J. (2014). Heritage expertise and the everyday: Citizens and authority in the twenty-first century. In J. Schofield (Ed.), *Who Needs Experts? Counter-mapping Cultural Heritage* (pp. 1–12). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315547251>
- Schofield, J. (2015). Thinkers and Feelers: A Psychological Perspective on Heritage and Society. In E. Waterton e S. Watson, eds., *The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research* (pp. 417-425). Palgrave Macmillan.

- Schultz, E. (2018). The Norwegian Coastal Federation, a Successful “Bottom-Up” Approach. In A.-M. Halme, T. Mustonen, J.-P. Taavitsainen, S. Thomas & A. Weij (Eds.), *Heritage is ours: Citizens participating in decision making* (pp. 48-51). Europa Nostra Finland.
- Silberman, N. (2014). Changing Visions of Heritage Value: What Role Should the Experts Play? *Ethnologies*, 36(1-2), 433–445. <https://doi.org/10.7202/1037616ar>
- Silva, R. (2011). *Al-duff: bases para a aplicação das técnicas de frame drums mediterrânicos ao adufe, séc. XXI adentro*. [Dissertação de Mestrado, Universitat Autònoma de Barcelona]. <https://adufes.com/website/wp-content/uploads/2020/02/Adufe-Tese-Master-Dezembro-2016.pdf>
- Silva, R. (s.d). Fontes históricas, iconografia, vaso de Tavira. *Adufes* [online]. Disponível em: <https://adufes.com/website/fontes-historicas-iconografia-vaso-de-tavira> [última consulta a 02/09/2025]
- Silva, R. (s.d). O que é um adufe em Portugal no séc. XXI? *Adufes* [online]. Disponível em: <https://adufes.com/website/o-que-e-um-adufe-em-portugal-no-sec-xxi/> [última consulta a 02/09/2025]
- Silva, R. (s.d). Cantigas de adufe. *Adufes* [online]. Disponível em: <https://adufes.com/website/cantigas-de-adufe/> [última consulta a 02/09/2025]
- Silva, R. (s.d). O adufe na Beira Baixa. *Adufes* [online]. Disponível em: <https://adufes.com/website/beira-baixa> [última consulta a 03/09/2025].
- Smith, L. (2006). *Uses of Heritage*. London: Routledge.
- Smith, L. (2014). Visitor Emotion, Affect and Registers of Engagement at Museums and Heritage Sites. *Conservation Science in Cultural Heritage*, 14(2), 125–132. <https://doi.org/10.6092/issn.1973-9494/5447>
- Smith, L. & Campbell, G. (2017). The Tautology of “Intangible Values” and the Misrecognition of Intangible Cultural Heritage. *Heritage & Society*, 10(1), 26–44. <https://doi.org/10.1080/2159032X.2017.1423225>
- Smith, L.; Morgan, A. & Meer, A. (2003) Community-driven Research in Cultural Heritage Management: the Waanyi Women's History Project. In *International Journal of Heritage Studies*, 9(1), 65-80.
- Soininen, T. (2018). Adopt a Monument – Conserving Cultural Environment for the People. In A.-M. Halme, T. Mustonen, J.-P. Taavitsainen, S. Thomas & A. Weij (Eds.), *Heritage is ours: Citizens participating in decision making* (pp. 56–61). Europa Nostra Finland.

- Sokka, S., Badia, F., Kangas, A. & Donato, F. (2021). Governance of cultural heritage: towards participatory approaches. *European Journal of Cultural Management & Policy*, 11(1), 4–19.
- Sousa, F. (2015). Património Cultural Imaterial MEMORIAMEDIA e-Museu métodos, técnicas e práticas. *Memória Imaterial CRL*. 1-81.
- Sousa, F. (2018). A Participação na Salvaguarda do Património Cultural Imaterial: O papel das Comunidades, Grupos e Indivíduos. *Memória Imaterial CRL*. 1-72
- Taruvunga, P. & Ndoro, W. (2003). The vandalism of the Domboshava rock painting site, Zimbabwe: Some reflections on approaches to heritage management. *Conservation and Management of Archaeological Sites*, 6(1), 3–10. <https://doi.org/10.1179/135050303793137983>
- Tauscheck, M. (2015). Imaginations, Constructions and Constraints: Some Concluding Remarks on Heritage, Community and Participation. In N. Adell, R. Bendix, C. Bortolotto & M. Tauscheck (Eds.), *Between Imagined Communities of Practice* (pp. 291-306). Göttingen University Press.
- Throsby, D. (2002). Cultural Capital and Sustainability Concepts in the Economics of Cultural Heritage. In Getty Conservation Institute (Ed.), *Assessing the Values of Cultural Heritage* (pp. 101-117). Getty Conservation Institute.
- Tišma, S., Senkić, M. & Jelinčić, D. A. (2021). *How to involve public? Good / participatory governance in cultural heritage*. [www.interreg-central.eu/forheritage](http://www.interreg-central.eu/forheritage)
- Urbinati, S. (2012). Considerazioni sul ruolo di “comunità, gruppi e, in alcuni casi, individui” nell’applicazione della Convenzione UNESCO per la salvaguardia del patrimonio culturale intangibile. In T. Scovazzi, B. Ubertazzi, & L. Zagato (Eds.), *Il Patrimonio Culturale Intangibile nelle sue diverse dimensioni* (pp. 50–73). Giuffré Editore.
- Urbinati, S. (2015). The community participation in international law. In B. Adell, R. Bendix, C. Bortolotto & S. Tauschek (Eds.), *Between imagined communities and communities of practice: Participation, territory and the making of heritage* (pp. 123–140). Göttingen University Press.
- Vaivade, A. (2018). Safeguarding Intangible Cultural Heritage – Participation Rights and Partnerships. In A.-M. Halme, T. Mustonen, J.-P. Taavitsainen, S. Thomas & A. Weij (Eds.), *Heritage is ours: Citizens participating in decision making* (pp. 86-95). Europa Nostra Finland.
- Vaus, D. (2001). *Research Design in Social Research*. Sage Publications, Inc.

- Velasco, H. M. (2012). Las amenazas y riesgos del Patrimonio Mundial y del Patrimonio Cultural Inmaterial. *Anales del Museo Nacional de Antropología*. 10-19.
- Waterton, E. & Smith, L. (2010). The recognition and misrecognition of community heritage. *International Journal of Heritage Studies*, 16(1–2), 4–15. <https://doi.org/10.1080/13527250903441671>
- Smith, L. & Waterton, E. (2012). *Constrained by commonsense: The authorized heritage discourse in contemporary debates*. In R. Skeates, C. McDavid, & J. Carman (Eds.), *The Oxford Handbook of Public Archaeology* (pp. 153–171). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199237821.013.0009>
- Smithson, J. (2008). Focus Groups. In P. Alasuutari, L. Bickman, & J. Brannen, J. (Eds.), *The Sage Handbook of Social Research Methods* (pp. 356-371). Sage Publications, Inc.
- Stoker, G. (1998). Governance as theory: Five propositions. *International Social Science Journal*, 50(155), 17–28.
- Waterton, E. & Watson, S. (2011). Introduction: Heritage and community engagement. In *Heritage and Community Development: Collaboration or Contestation?* (pp. 12–33). Routledge.
- Waterton, E. & Watson, S. (2015). Heritage as a Focus of Research: Past, Present and New Directions. In E. Waterton & S. Watson (Eds.), *The Palgrave handbook of contemporary heritage research* (pp. 1–17). Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1057/9781137293565>
- Watson, S. & González-Rodríguez, R. (2015). Heritage Economics: The Past Meets the Future in the Mall. In E. Waterton & S. Watson (Eds.), *The Palgrave handbook of contemporary heritage research* (pp. 458–477). Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1057/9781137293565>
- Weffort, A. (2023). Prefácio. In J. Gonçalves & J. R. Alexandre, J. R. (Eds.) *Cancioneiro da Música Tradicional de São Miguel de Acha*, (pp. 13-14). Edições Colibri.
- Wenger, E. (1998). *Communities of Practice: Learning, Meaning and Identity*. Cambridge University Press.
- Wetherell, M., Smith, L. & Campbell, G. (2018). Introduction: Affective Heritage Practices. In L. Smith, M. Wetherell & G. Campbell (Eds.), *Emotion, Affective Practices, and the Past in the Present* (pp. 1-53). Routledge.
- White, S. C. (1996) Depoliticising development: the uses and abuses of participation. *Development in Practice*, 6 (1), 6–15
- Wijesuriya, G., Thompson, J. & Court, S. (2017). People-centred approaches: Engaging communities and developing capacities for managing heritage. In G. Chitty (Ed.), *Heritage*,

*conservation and communities: Engagement, participation and capacity building* (pp. 34–50). Routledge.

Wolferstan, S. (2014). Ethnography of a ‘Humble Expert’: Experiencing Faro. In J. Schofield (Ed.), *Who Needs Experts? Counter-mapping Cultural Heritage* (pp. 43-54). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315547251>

Wu, Z. & Hou, S. (2015). Heritage and Discourse. In E. Waterton & S. Watson (Eds.), *The Palgrave handbook of contemporary heritage research* (pp. 37-51). Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1057/9781137293565>

Zagato, L. (2015). *The Notion of “Heritage Community” in the Council of Europe’s Faro Convention. Its Impact on the European Legal Framework*. In N. Adell, R. F. Bendix, C. Bortolotto & M. Tauschek (Eds.), *Between Imagined Communities of Practice: Participation, Territory and the Making of Heritage* (pp. 141–168). Göttingen: Göttingen University Press. <https://doi.org/10.4000/books.gup.220>



## **ANEXOS**

### **Anexo A – Guião para a entrevista individual**

#### **Valor patrimonial do adufe**

1. O que representa o adufe em termos da identidade cultural do concelho e qual a importância de o salvar?
2. O que representa o adufe para si?

#### **Conceito de gestão participada do património cultural**

3. Como definiria um processo participativo na gestão patrimonial?

#### **Principais atores envolvidos na valorização do adufe na Beira Baixa**

4. Quem considera que são os atores mais envolvidos na salvaguarda do adufe no concelho?
5. Que iniciativas para a valorização do adufe destaca no concelho de Idanha-a-Nova? Porquê?

#### **Níveis de participação das comunidades detentoras**

6. Qual a perceção sobre a participação das comunidades na gestão do adufe na região da Beira Baixa?
7. Qual a relação que deve ser estabelecida entre as autoridades públicas e as comunidades neste processo? Porquê?

#### **Vantagens da participação das comunidades detentoras**

8. Acha que é importante que as comunidades detentoras participem na gestão e valorização do adufe? Porquê?

#### **Obstáculos à participação das comunidades detentoras**

9. Que desafios existem a uma maior participação das comunidades detentoras na valorização do adufe?

## **Anexo B - Guião do grupo focal**

### **Questões introdutórias/ gerais**

1. Como se sentem em relação à forma como o adufe está a ser valorizado?
2. Quem acham que está mais envolvido no processo de salvaguarda do adufe no concelho de Idanha-a-Nova?

### **Apresentação de cenários**

3. Suponha-se que se propõe a criação de um museu dedicado ao adufe na Beira Baixa. Quem acham que deveria ficar responsável por gerir esse museu?
4. Suponha-se que uma associação, como a ADEPAC, propõe a criação de oficinas abertas ao público para a prender a tocar e a construir adufes. Quem deveria ficar a cargo destas oficinas?
5. Suponha-se que nas oficinas de construção do instrumento se propunha uma nova forma de construir adufes, em que a pele era substituída por um material sintético. O que achariam disso?
6. Suponha-se que existe uma vontade da parte da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova de candidatar o toque e/ou a construção do adufe à Lista Representativa de Património Imaterial da Humanidade sem que, no entanto, os artesãos e adufeiras tenham manifestado o seu acordo. Qual a vossa opinião sobre essa eventualidade?
7. Suponha-se que o adufe era reconhecido no contexto de uma candidatura a património imaterial da UNESCO e, nesse contexto, chegavam à região profissionais de património cultural e percussionistas que vinham ensinar a tocar ou a falar de boas práticas de construção do adufe. Qual a vossa reação a essa eventualidade?
8. Suponha-se que a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova decide realizar um encontro de base semestral ou anual em que adufeiras/os e artesãos/ãs se reuniriam com a autoridade pública para discussão de medidas de salvaguarda deste instrumento. O que achariam desses encontros?

## **Anexo C – Questionário com medidas para a valorização do adufe na Beira Baixa distribuído pelos participantes do grupo focal**

De entre as seguintes medidas, quais as **três** que assinalaria como **as mais importantes** para valorizar o adufe?

*Assinalar com um X à frente das opções escolhidas.*

- a) Criação de um museu municipal dedicado ao adufe gerido pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.
- b) Criação de um Conselho de Adufeiras e Artesãos da Beira Baixa para tomar decisões sobre este instrumento.
- c) Promover mais investigação académica sobre o adufe (a sua história, as suas tradições, etc.).
- d) Fazer uma candidatura da construção do adufe a lista de património imaterial da Humanidade (pela UNESCO).
- e) Criar sessões informativas com adufeiras e artesãos, em que profissionais de património cultural vêm às aldeias falar de boas práticas de construção e de preservação do adufe.
- f) Oferecer adufes a todas as crianças da Beira Baixa e incluir o ensino do adufe no currículo escolar da região.
- g) Mais apoio financeiro das autarquias a projetos propostos pela comunidade.

Sugeriria alguma outra medida para além das apresentadas acima? Se sim, qual?

## Anexo D - Grelha de observação do grupo focal

<b>Categoria</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Notas/ Exemplos observáveis</b>
Tomada de palavra	Quem fala mais?	
	Há equilíbrio entre os participantes?	
Reações às opiniões dos outros	Concordância ou desacordo visível?	
	Existe escuta ativa?	
Linguagem usada	Usa-se linguagem muito técnica e excludente, ou inclusiva?	

Dificuldades e reflexões pessoais:

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## Anexo E – Festa do Adufe (Fotografias)

Nota: todas as fotografias são da autora deste trabalho



Preparação do pote de flores para subida ao castelo de Monsanto



Jogos de roda no castelo de Monsanto

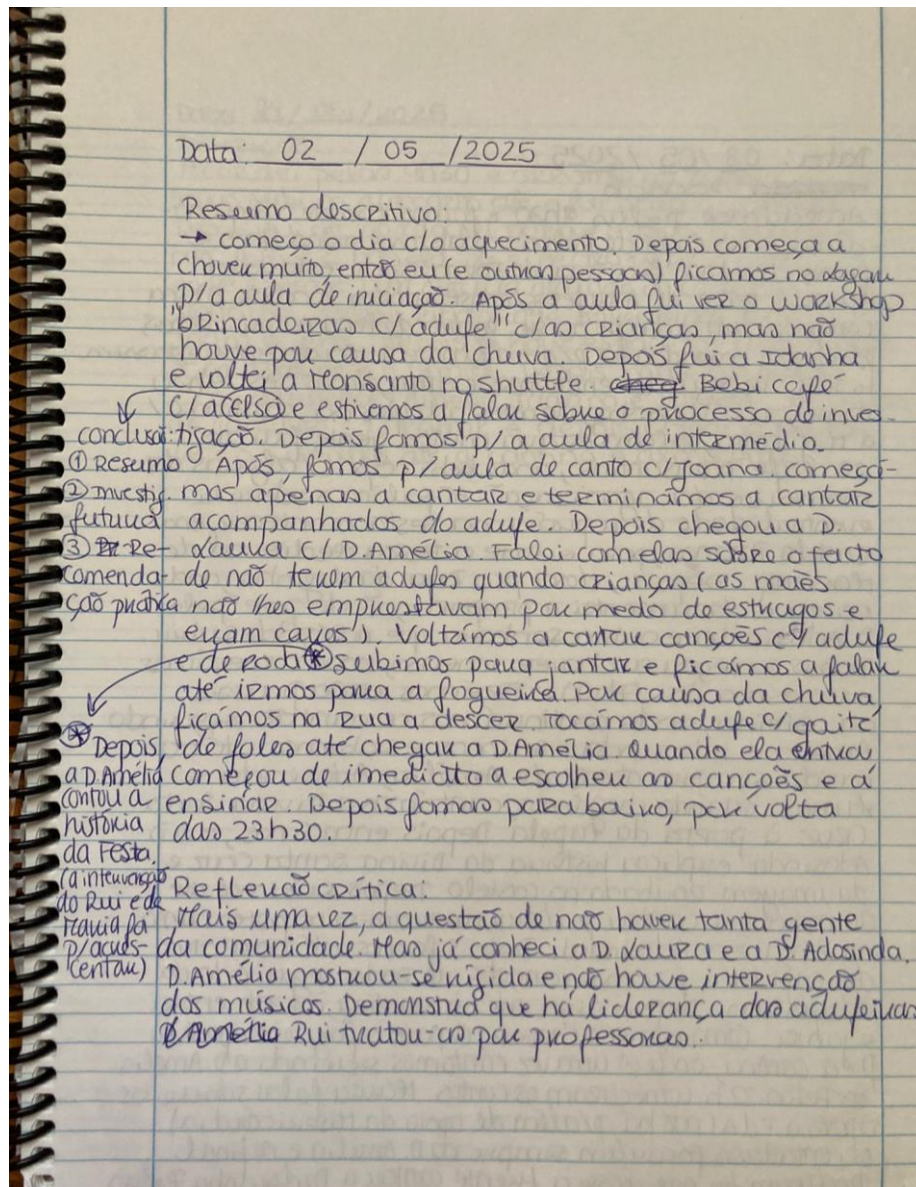


Sessão de toque de adufe com as Adufeiras de Monsanto



Jam session no Miradouro do Forno

## Anexo F - Diário de campo (ilustração)



Página de diário de campo escrita no dia 2 de maio de 2025. Fonte: fotografia da autora.

## **Anexo G - Grelha de observação participante**

Sessão: \_\_\_\_\_

Data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Número de participantes: \_\_\_\_\_

### **Participação da comunidade**

1. Quem dinamiza:
2. Quem lidera a sessão:
3. Interações com os participantes:

### **Ensino do adufe**

1. Como se ensina:
2. O que é ensinado:
3. Reações dos participantes durante e após a sessão:

Citações                      diretas                      dos                      facilitadores                      e/ou  
participantes: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

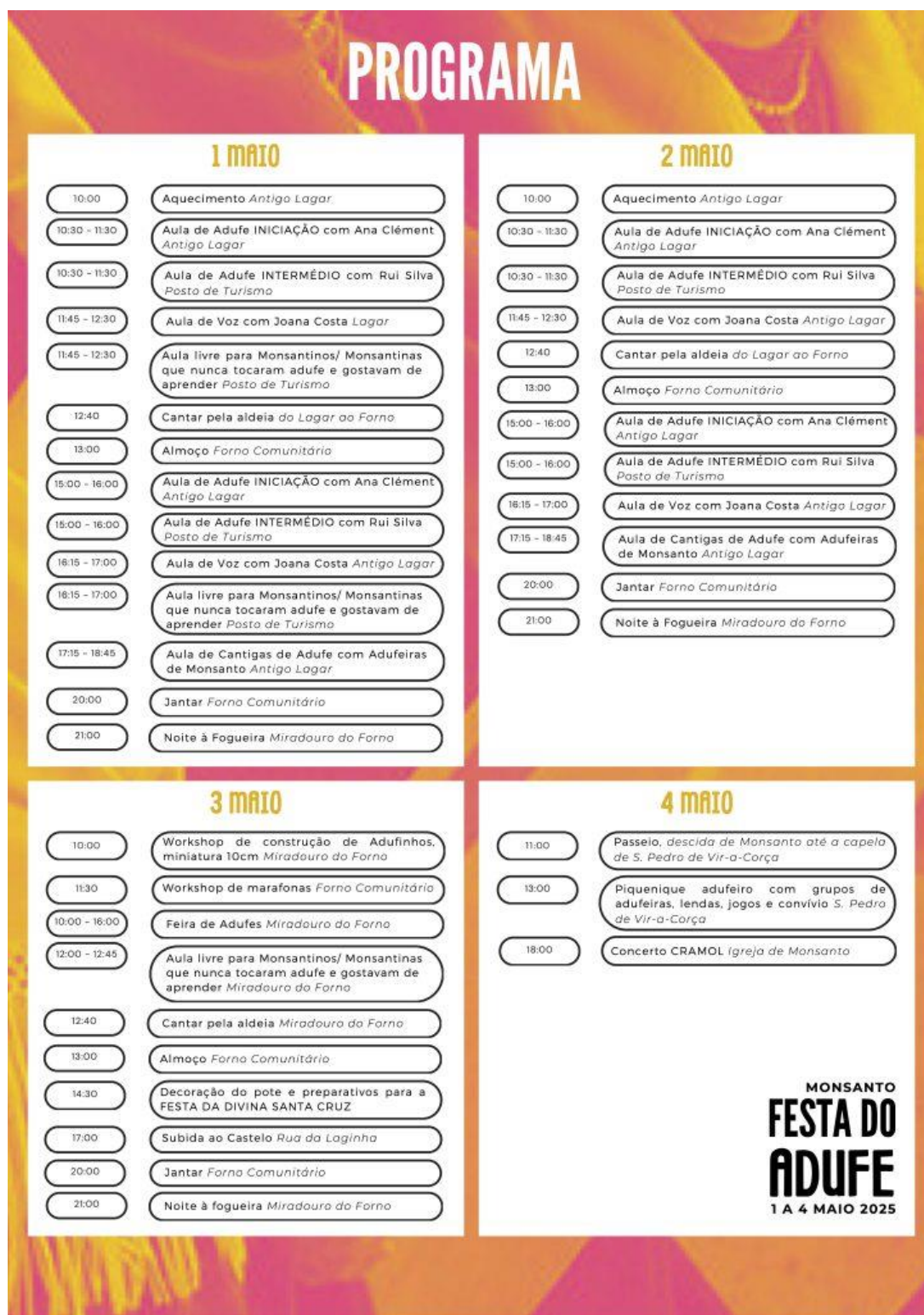
Reflexões  
pessoais: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## Anexo H – Festa do Adufe 2025 (Programas e Cartazes)

Nota: todas as fotografias são retiradas do website da Festa do Adufe (<https://festadoadufe.com/programacao/>, última consulta no dia 04/09/2025)



**PROGRAMA**

### 1 MAIO

- 10:00 Aquecimento *Antigo Lagar*
- 10:30 - 11:30 Aula de Adufe INICIAÇÃO com Ana Clément *Antigo Lagar*
- 10:30 - 11:30 Aula de Adufe INTERMÉDIO com Rui Silva *Posto de Turismo*
- 11:45 - 12:30 Aula de Voz com Joana Costa *Lagar*
- 11:45 - 12:30 Aula livre para Monsantinos/ Monsantinas que nunca tocaram adufe e gostavam de aprender *Posto de Turismo*
- 12:40 Cantar pela aldeia do *Lagar ao Forno*
- 13:00 Almoço *Forno Comunitário*
- 15:00 - 16:00 Aula de Adufe INICIAÇÃO com Ana Clément *Antigo Lagar*
- 15:00 - 16:00 Aula de Adufe INTERMÉDIO com Rui Silva *Posto de Turismo*
- 16:15 - 17:00 Aula de Voz com Joana Costa *Antigo Lagar*
- 16:15 - 17:00 Aula livre para Monsantinos/ Monsantinas que nunca tocaram adufe e gostavam de aprender *Posto de Turismo*
- 17:15 - 18:45 Aula de Cantigas de Adufe com Adufeiras de Monsanto *Antigo Lagar*
- 20:00 Jantar *Forno Comunitário*
- 21:00 Noite à Fogueira *Miradouro do Forno*

### 2 MAIO

- 10:00 Aquecimento *Antigo Lagar*
- 10:30 - 11:30 Aula de Adufe INICIAÇÃO com Ana Clément *Antigo Lagar*
- 10:30 - 11:30 Aula de Adufe INTERMÉDIO com Rui Silva *Posto de Turismo*
- 11:45 - 12:30 Aula de Voz com Joana Costa *Antigo Lagar*
- 12:40 Cantar pela aldeia do *Lagar ao Forno*
- 13:00 Almoço *Forno Comunitário*
- 15:00 - 16:00 Aula de Adufe INICIAÇÃO com Ana Clément *Antigo Lagar*
- 15:00 - 16:00 Aula de Adufe INTERMÉDIO com Rui Silva *Posto de Turismo*
- 16:15 - 17:00 Aula de Voz com Joana Costa *Antigo Lagar*
- 17:15 - 18:45 Aula de Cantigas de Adufe com Adufeiras de Monsanto *Antigo Lagar*
- 20:00 Jantar *Forno Comunitário*
- 21:00 Noite à Fogueira *Miradouro do Forno*

### 3 MAIO

- 10:00 Workshop de construção de Adufinhos, miniatura 10cm *Miradouro do Forno*
- 11:30 Workshop de marafonas *Forno Comunitário*
- 10:00 - 16:00 Feira de Adufes *Miradouro do Forno*
- 12:00 - 12:45 Aula livre para Monsantinos/ Monsantinas que nunca tocaram adufe e gostavam de aprender *Miradouro do Forno*
- 12:40 Cantar pela aldeia *Miradouro do Forno*
- 13:00 Almoço *Forno Comunitário*
- 14:30 Decoração do pote e preparativos para a FESTA DA DIVINA SANTA CRUZ
- 17:00 Subida ao Castelo *Rua da Laginha*
- 20:00 Jantar *Forno Comunitário*
- 21:00 Noite à fogueira *Miradouro do Forno*

### 4 MAIO

- 11:00 Passeio, descida de Monsanto até a capela de S. Pedro de Vir-a-Corça
- 13:00 Piquenique adufeiro com grupos de adufeiras, lendas, jogos e convívio S. Pedro de Vir-a-Corça
- 18:00 Concerto CRAMOL Igreja de Monsanto

**MONSANTO  
FESTA DO  
ADUFE  
1 A 4 MAIO 2025**

# PROGRAMA CRIANÇAS

## 1 MAIO

10:00 - 10:30	Acolhimento das crianças do programa
10:30 - 12:00	Lendas Monsantoínas com Amélia Mendonça pelas ruas da aldeia
13:00	Almoço
15:00 - 16:00	Oficina de Biscoitos
16:15	Oficina de Cerâmica
20:00	Jantar

## 2 MAIO

10:00 - 10:30	Início programa crianças
10:30 - 11:30	Oficina de artesanato
11:45 - 12:30	Cantigas e brincadeiras com adufe
12:55	Canto das crianças com trapezio
13:00	Almoço
15:00 - 16:00	Oficina de Circo
16:15	Oficina
20:00	Jantar

## 3 MAIO

10:00	Workshop de construção de Adufinhos miniatura 10cm <i>Miradouro da Forno</i>
11:30	Workshop de construção de marafonas <i>Forno</i>
13:00	Almoço
14:30	Decoração de pote das crianças
17:00	FESTA DA DIVINA SANTA CRUZ
20:00	Jantar

## 4 MAIO

10:30	Gincana, jogos tradicionais, jogos na natureza em piquenique com família S. Pedro de Vir-a-Corça
13:00	Piquenique adufeiro com grupos de adufeiras, lendas, jogos e convívio S. Pedro de Vir-a-Corça

MONSANTO  
**FESTA DO  
ADUFE**  
1 A 4 MAIO 2025



# FESTA DA DIVINA SANTA CRUZ

3 MAIO  
17H00 LÁ CIMA Ó CASTELO

MONSANTO  
**FESTA DO ADUFE**  
1 A 4 MAIO 2025

organização



apoios



# AULAS DE VOZ COM JOANA COSTA

1 MAIO 11H45 - 12H30  
16H15 - 17H00  
ANTIGO LAGAR DE MONSANTO

2 MAIO 11H45 - 12H30  
16H15 - 17H00  
ANTIGO LAGAR DE MONSANTO

reservas: 967416100 e 917766842  
festadoadufe@gmail.com  
www.festadoadufe.com

MONSANTO  
**FESTA DO ADUFE**  
1 A 4 MAIO 2025

organização



apoios



# AULAS DE ADUFE

## COM ANA CLÉMENT

NÍVEL INICIAÇÃO

**1 MAIO** 10H30 - 11H30  
15H00 - 16H00  
ANTIGO LAGAR MONSANTO

**2 MAIO** 10H30 - 11H30  
15H00 - 16H00  
ANTIGO LAGAR MONSANTO

reservas: 967416100 e 917766842  
festadoadufe@gmail.com  
www.festadoadufe.com

MONSANTO  
**FESTA DO  
ADUFE**  
1 A 4 MAIO 2025

organização



apoios



# AULAS DE ADUFE

## COM RUI SILVA

NÍVEL INTERMÉDIO

**1 MAIO** 10H30 - 11H30  
15H00 - 16H00  
POSTO TURISMO MONSANTO

**2 MAIO** 10H30 - 11H30  
15H00 - 16H00  
POSTO TURISMO MONSANTO

reservas: 967416100 e 917766842  
festadoadufe@gmail.com  
www.festadoadufe.com

MONSANTO  
**FESTA DO  
ADUFE**  
1 A 4 MAIO 2025

organização



apoios





# FEIRA DE ADUFES MIRADOURO DO FORNO

**3 MAIO 10H00 - 16H00**  
SE FAZES ADUFES, JUNTA-TE A ESTA FEIRA  
E VEM MOSTRAR A TUA ARTE!

Para mais informações:  
[festadoadufe@gmail.com](mailto:festadoadufe@gmail.com)

MONSANTO  
**FESTA DO  
ADUFE**  
1 A 4 MAIO 2025

organização



apoios



## Anexo I – Quadro de valores do adufe

Stakeholder	Valor (Mason, 2002; Throsby, 2002)	Citação
E1	Histórico	<p>“(…) que remonta ao início da década de 1990, num contexto em que curiosamente o adufe ainda tem uma expressão muito forte nas aldeias, no ambiente que conhecíamos.”</p> <p>“Havia um ambiente urbano em que o adufe existia, se ouvia, fazia parte de um determinado tipo de ambiente que era muito interessante. Ainda tenho memória de quando era pequeno, finais de 70, inícios de 80, em que havia senhoras que se entretinham a tocar adufe à porta de casa.”</p> <p>“Já não havia muita gente a fabricá-los, Idanha estava limitada a uma pessoa que estava a fazê-los nessa altura. Uma, efetivamente que ainda hoje os faz e que é uma referência, que é o José Relvas, que na década de 90 já está instalado em Idanha (…)”</p>
	Cultural/ Simbólico	<p>“(…) para todos os efeitos é o instrumento mais emblemático desta região.”</p> <p>“(…) dimensão da música tradicional deste território, onde o adufe tem um papel essencial.”</p> <p>“(…) valorização deste património musical, que é o património identitário das aldeias.”</p> <p>“escolheu um elemento de valor simbólico particularmente evidente, particularmente forte, para se representar a si representando também a identidade cultural do território, perante o qual é responsável, e essa escolha recaiu no adufe.”</p> <p>“(…) no caso de Idanha enquanto Cidade Criativa da UNESCO, onde o adufe tem também um papel, porque a dimensão do lugar histórico, da herança cultural, da identidade, tem o seu papel dentro desse contexto.”</p>
	Social	<p>“(…) manifestações culturais, algumas das quais são largamente autónomas, porque têm a ver com a vida da comunidade nas aldeias, no caso das festas mais pequenas, para dar aqui alguns exemplos que são menos conhecidos mas que ainda têm um peso significativo na vida das aldeias, mesmo com todos os elementos de recessão que nós conhecemos nestes territórios de baixa densidade, o caso da Senhora da Granja, que tem um cancionero associado, que é em Proença-a-Velha, a Senhora da Graça, em Idanha-a-Nova, que é uma pequena romaria, na realidade é à porta, porque é no sopé do monte, é a aldeia que se vê... não é uma aldeia, é um lugar, com uma capela no meio, logo a seguir à ponte, a caminho de quem vai para a Senhora do Almurtão, que é o outro elemento que de facto tem um peso muito grande e que toda a gente acaba por reconhecer como sendo o elemento de maior referência ainda hoje para essa dimensão. Mas poderíamos ir mais adiante, passar pela Zebreira, passar pelo Ladoeiro, passar por Penha Garcia, passar por Segura ou Salvaterra e</p>

		encontrar pequenas manifestações associadas quase sempre a uma festa, onde as comunidades se revêm e onde o adufe tem um papel e um cancionero que lhes está associado.”
	Religioso/ Espiritual	“(…) o caso da Senhora da Granja, que tem um cancionero associado, que é em Proença-a-Velha, a Senhora da Graça, em Idanha-a-Nova, que é uma pequena romaria, na realidade é à porta, porque é no sopé do monte, é a aldeia que se vê... não é uma aldeia, é um lugar, com uma capela no meio, logo a seguir à ponte, a caminho de quem vai para a Senhora do Almurtão, que é o outro elemento que de facto tem um peso muito grande e que toda a gente acaba por reconhecer como sendo o elemento de maior referência ainda hoje para essa dimensão.”
	Económico (valor de uso)	“(…) salvaguarda da dimensão da expressão musical do adufe já enquanto instrumento performativo (...)”  “Este cancionero associado ao adufe e os outros cancioneros, salvo seja, porque pronto, estou aqui a incluir coisas que dificilmente alguém da área da musicologia consideraria cancionero, uma peça de música contemporânea, poderia eu achar, mas que fazem parte de facto dessa dimensão musical que é a expressão do adufe, ok?”
	Económico (valor de não- uso)	“(…) ao promover os grupos de música tradicional, com o adufe em destaque, e não só os grupos mas também quem os produzia, e há inúmeros registos dessas situações, também muitas vezes associado àqueles momentos que representam para os municípios uma oportunidade de visibilidade, quando há programas que vêm aos territórios, com aquele propósito que nós sabemos, e muitas vezes não passando necessariamente a imagem mais interessante em alguns pontos, mas, quer a gente queira quer não, acabam por ser uma oportunidade, e no caso de Idanha o adufe foi sempre uma oportunidade explorada sobre esse ponto de vista (...)”

Stakeholder	Valor (Mason, 2002; Throsby, 2002)	Citação
E2	Histórico	“Porque as adufeiras que nós temos, e que são muito conhecedoras das coisas, têm 70, 80, 90 anos. E estas senhoras daqui a alguns anos vão desaparecer e este conhecimento todo desaparece.”
	Cultural/ Simbólico	“(.. ) é extremamente importante porque é um instrumento nosso, da nossa cultura, da nossa identidade, da nossa história.”  “É importante também dizer que é uma tradição feminina e não faz muito sentido que sejam os homens a decidir o que é que se faz com a tradição feminina, daí esta ideia de as senhoras serem o centro das decisões.”
	Social	“Então o adufe mostrou-me a importância desta transmissão oral das coisas, da valorização das pessoas, da troca que há entre gerações.”  “A tradição do adufe é só uma e nós, se aprendermos com as senhoras, se participarmos na tradição delas, somos parte da tradição, não importa se vivemos na cidade, se vivemos no Porto, ou em Lisboa, ou no Algarve. Se houver essa ligação emocional, afetiva, musical, com as senhoras da Beira Baixa, somos parte da tradição. Se nós fizermos isso, vamos ter um país com muita gente a tocar, a saber o repertório, a saber o cancionero, a saber os toques diferentes.”  “Ora, em termos da preservação do adufe, eu acho que a coisa mais importante de fazer na preservação do adufe é pôr as pessoas mais novas, é criar aqui um intercâmbio de gerações em que se põem as pessoas mais novas, criar momentos e oportunidades para as pessoas mais novas aprenderem com as mais velhas.”
	Religioso/ Espiritual	
	Económico (valor de uso)	“Enquanto artesão tento potenciar cada vez mais o instrumento, dando-lhe características que permitem tocar, não só a música tradicional, mas tocar outras coisas, ter um instrumento viável, com boas peles, boas madeiras, boa construção, bom design. Portanto, um instrumento moderno.”  “Enquanto músico e professor, faço uma pesquisa muito profunda de técnicas performativas, que mostram que o adufe não serve só para tocar a música tradicional.”  “O adufe não é uma coisa exótica que nós... ah, é bonito e tal, faz-me lembrar o campo... Não, é um instrumento que se toca hoje em dia, e que devia ser implementado.”
	Económico (valor de não- uso)	

Stakeholder	Valor (Mason, 2002; Throsby, 2002)	Citação
GF1	Histórico	<p>“(…) que tenha sido trazido pelos árabes no século VIII, mas há inúmeras imagens, representações.”</p> <p>“Eu estou a dizer que há quem diga que, mas a arqueologia provou que o adufe circulava em várias partes do Médio Oriente, na Mesopotâmia, no Egito, aliás, há representações muito antigas do adufe...”</p> <p>“Norte de África, e houve uma enorme circulação, e portanto, nós não sabemos, a dado momento, ele veio por via do norte de África, ele chegou cá pelos árabes.”</p> <p>“Porque o adufe, por isso é que eu quis começar por aí, ele chegou cá, provavelmente no século VIII, trazido pelos árabes, mas a história é demasiado vasta para estarmos a reduzir isso.”</p> <p>“Agora, ele na Idade Média esteve conservado, e aí pode-se afirmar, ele na Idade Média esteve muito conservado aqui nesta zona específica. Daí que chegou até nós, quase foi uma cápsula. Porque por várias circunstâncias, que também se repetem noutras situações, porque o despovoamento nem traz tudo de mau, e portanto não traz pressão, traz uma certa tranquilidade, uma certa paz, e conserva as coisas de certa forma. E o adufe também beneficiou um pouco disso. No fundo ficou reservado quase numa cápsula que chegou aos nossos dias, neste território específico. Mas ele também é tocado, por exemplo, há uma pessoa que também produz adufes em Penamacor, na zona do Fundão, em Unhais da Serra, em Paúl.”</p> <p>“Eu tenho aqui uma imagem, portanto, que tem mais de dois mil anos, no Egito.”</p> <p>“E depois tenho aqui uma cerâmica, das mais antigas. Esta cerâmica é uma cerâmica de Tavira. É um vaso. Estilizado. Foi encontrado nas escavações. Ou seja, a história (...) deste instrumento é tão rica, tão rica. Ela é importante saber-se, não é? Conseguimos pouco a pouco juntar algumas peças.”</p>
	Cultural/ Simbólico	<p>“eu diria que é um bem da população em geral, não só das associações e dos grupos, mas é um bem do território, portanto até é o nosso ícone, é o símbolo do município (...)”</p>
	Social	<p>“... avós, mães, filhas, naquela esfera familiar do feminino. E o adufe é tocado nesse contexto histórico.”</p> <p>“A força do toque, a força do adufe são as pessoas, e portanto tem que se envolver as associações, os grupos, a população em geral (...)”</p>

	Religioso/ Espiritual	<p>“Eu diria mais, não é só musicalidade, é musicalidade, espiritualidade.”</p> <p>“Que estão no palco e criam uma espécie de catarse. Porque isso é que é o bonito do toque. Eu estou a falar porque eu não sou da área. Estou a falar como apreciadora. Não sou música, como eu já disse. E aquele ritmo do adufe provoca algo espiritual. Coletivo.”</p>
	Económico (valor de uso)	<p>“Só para pormos aqui as cartas na mesa, há um grande historiador de percussão histórica, também toca adufe, que é o Rui Silva, e que também se dedica ao instrumento, e fez o instrumento evoluir numa outra dimensão. Tanto que até foi colocado eletronicamente.”</p> <p>“Mas, por exemplo, foi muito bonito ver, quando foi numa feira raiana, não foi nesta, foi na outra anterior, os D.A.M.A fizeram questão..., os D.A.M.A. vão muito à música tradicional. e eles vieram cá, e deram um grande concerto onde um dos reis do concerto foi o Adufe.”</p> <p>“Mas depois é preciso apostar na aprendizagem do adufe, no toque do adufe, na vida do adufe, para além da construção.”</p>
	Económico (valor de não- uso)	

Stakeholder	Valor (Mason, 2002; Throsby, 2002)	Citação
GF2	Histórico	<p>“Ele veio pelos árabes trazido do norte de África.”</p> <p>“A minha tese de doutoramento foi sobre o adufe, e todos os grandes historiadores de música, Molinas e companhia, falam do norte de África, até pela característica da execução do próprio adufe. Os ritmos quentes, as pancadas secas, está tudo associado à musicalidade do norte de África. Claro que ele circulou pelo mundo todo.”</p> <p>“O contexto histórico de a mulher estar mais em casa, o homem estar mais na taberna antigamente, e a mulher juntar-se no adro e tocar adufe.”</p>
	Cultural/ Simbólico	
	Social	
	Religioso/ Espiritual	
	Económico (valor de uso)	<p>“E o problema é esse, é que as pessoas que tocam bem neste concelho já têm uma idade avançada. E uma idade avançada e... o tocar adufe, o adufe não se toca sempre da mesma maneira. Há vários toques.”</p> <p>“Eu... eu... tomara eu que trocassem a pele. A nível musical a pele é extremamente difícil para performance. E por isso mesmo o adufe não tem expressão profissional.”</p> <p>“Mas era extremamente importante poder mexer no material, porque é sem dúvida um problema para a afirmação do adufe musicalmente. Às vezes nós queremos muito a tradição, mas a tradição pode ser um bloqueio à expansão das coisas.”</p> <p>“Mas é isso, é extremamente importante poder... poder realmente criar aqui realmente outro material que nos dê alguma fiabilidade ao instrumento. Porque os instrumentos bonitos não fazem música.”</p> <p>“É que os toques desapareceram. Não há quem toque. Mas eles estão gravados. Ou seja, desapareceram do panorama performance, mas não desapareceram do panorama histórico e musical, eles ainda podem ser recuperados. E porquê? Porque há músicos profissionais que ouvindo fazem, executam.”</p> <p>“Isto acaba por ser aqui também... de haver aqui um trabalho que permite a questão da execução. A questão da construção, não há muito a inventar, é construir, desde que a pele seja boa.”</p>
Económico (valor de não-uso)		

Stakeholder	Valor (Mason, 2002; Throsby, 2002)	Citação
GF3	Histórico	“Mas tem muito a ver com os países africanos. Até porque do norte de África, em especial de Marrocos vêm muitos tipos de adufes, que são triangulares, por exemplo, e que se tocam da mesma forma.”
	Cultural/ Simbólico	
	Social	“E isto era um instrumento só tocado por mulheres.”
	Religioso/ Espiritual	
	Económico (valor de uso)	“Tem é que se apostar na formação das crianças.”
	Económico (valor de não- uso)	

Stakeholder	Valor (Mason, 2002; Throsby, 2002)	Citação
GF4	Histórico	“Eu tenho um historial de músicas. Todas que se cantavam aqui. Tudo, tudo, tudo, tudo. Eu não oiço em lado nenhum. Só se cantava cá. Não sei quem é que as trouxe, quem é que as fez, quem não fez. Mas sei que eram aqui cantadas. Mas não estão em pauta, não estão em nada. Estão assim na minha cabeça, e cantadas assim.”
	Cultural/ Simbólico	“Então, eu acho que o que está cá é que valoriza a coisa, agora ir a gente a pedir para que seja valorizado por eles? Não senhora, nós temos o que temos, aqui é que está, aqui é que é nosso. Portanto não é a candidatura que nos vem cá trazer alguma coisa. Acho que não.”
	Social	
	Religioso/ Espiritual	
	Económico (valor de uso)	<p>“Eu acho que devia de haver workshops para as pessoas irem aprendendo, mesmo até meterem a juventude nisso, porque não é só o instrumento que valoriza. A própria pessoa saber tocar também. Ela tem que saber tocar para o instrumento valorizar alguma coisa.”</p> <p>“Ora aí está. Se não houver continuação tudo morre.”</p> <p>“Mas para haver construção tem que haver quem o toque. Se não houver quem o toque a construção não faz nada.”</p>
	Económico (valor de não- uso)	